



# PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

## Guia GPS Gestão Pública Sustentável

[www.cidadessustentaveis.org.br/gps](http://www.cidadessustentaveis.org.br/gps)

Realização:



# CRÉDITOS

## **Realização**

Rede Nossa São Paulo

Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

## **Patrocínio**

BRF

## **Produção e Conteúdo**

Rede Nossa São Paulo

NEF Núcleo de Estudos do Futuro – PUCSP

## **Impressão**

2013 – 1ª edição revisada







De fato no Brasil, a consolidação democrática, após um longo processo iniciado ao final da década de 1970, propicia a organização de sistemas de gestão pública local, de forma a aprimorar as decisões estratégicas com a participação ativa de todos os atores envolvidos. Essa colaboração na tomada de decisões é facilitada, nos dias de hoje, pela implantação de plataformas digitais abertas que permitem o acompanhamento das ações de melhoria dos municípios.

Foi com essa finalidade, de melhorar a condição de vida dos municípios frente às modificações globais, que a Rede Nossa São Paulo iniciou, em 2007, esse movimento. Sua experiência acumulada nos últimos anos poderá ser compartilhada e aproveitada por todo o Brasil.

Também foi com esse propósito que o Núcleo de Estudos do Futuro (NEF), da PUC-SP, com experiência em trabalhos no campo de novos indicadores de riqueza, se ofereceu para contribuir com sua visão estratégica de futuro e missão em favor do Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, o Núcleo de Estudos do Futuro elaborou e coloca à disposição um Guia para a Gestão Pública Sustentável, um “GPS”, que possa servir como “Mapa do Caminho” para orientar as equipes das secretarias municipais responsáveis pelas gestões locais a elaborarem um Plano Diretor com suas Prioridades Estratégicas e Plano de Metas centrado no desenvolvimento sustentável, para e a partir do contexto local. Este Plano deve possibilitar a gestão de processos e projetos de forma eficiente e transparente, que ajude a conduzir o município do estágio em que se encontra até o qual almeja chegar.

Se o progresso tecnológico esta viabilizando deslocamentos automatizados, e em veículos cada vez mais sustentáveis, por que não imaginar, de forma análoga, que a convergência dos avanços das Novas Tecnologias e de formas inovadoras de Gestão Pública Colaborativa, permitam acelerar e aprimorar o Desenvolvimento Sustentável ao nível Municipal no Brasil e no Mundo em geral?

## A GESTÃO DAS CIDADES NO MOMENTO ATUAL

### A REALIDADE DAS CIDADES: A URBANIZAÇÃO PROGRESSIVA

Cerca de metade da humanidade vive hoje nas cidades, percentual que deverá chegar a 60% em 2030, de acordo com as estimativas.

Na América Latina, o Brasil é o país mais urbanizado, resultado de um intenso processo de estruturação das cidades iniciado na década de 1950, que provocou a concentração de 85% de sua população nas áreas urbanas. As estimativas dão conta de que esse percentual possa chegar a 90% até 2020.



## O PLANO PLURIANUAL MUNICIPAL (PPA)

Também determinado pela Constituição Federal, o Plano Plurianual especifica os gastos anuais da administração municipal que serão destinados a obras e projetos estabelecidos no plano de ação governamental ou no Plano Diretor. O PPA deve ser elaborado no primeiro ano de gestão do prefeito eleito, abrangendo o período de quatro anos da gestão municipal, com vigência a partir do segundo ano da administração, até o primeiro ano da gestão posterior.

## O PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS



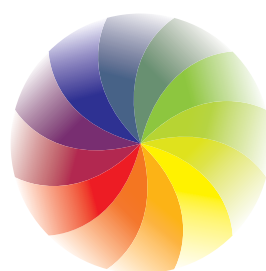
O Programa Cidades Sustentáveis nasceu por iniciativa da sociedade civil organizada, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral.

## A CARTA COMPROMISSO

Em 2012, o Programa Cidades Sustentáveis lançou uma Carta Compromisso, destinada aos partidos políticos, candidatos e prefeitos, com o intuito de ajudar os gestores públicos a melhorar a qualidade de vida de suas populações. Na prática, essa carta representa um compromisso por parte das prefeituras em trabalhar prioridades administrativas que levem em consideração as variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais, de acordo com o contexto local.

## Os 12 EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Como vimos, o Programa Cidades Sustentáveis tem como objetivo contribuir com as equipes responsáveis nas prefeituras para desenvolver seu Plano Diretor e estabelecer Metas Estratégicas. Para isso, propõe que esse processo seja baseado em princípios e valores, organizados em 12 eixos temáticos:



- GOVERNANÇA
- BENS NATURAIS COMUNS
- EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ
- GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE
- PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO
- CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE
- EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA
- ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL
- CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA
- MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO
- AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE
- DO LOCAL PARA O GLOBAL







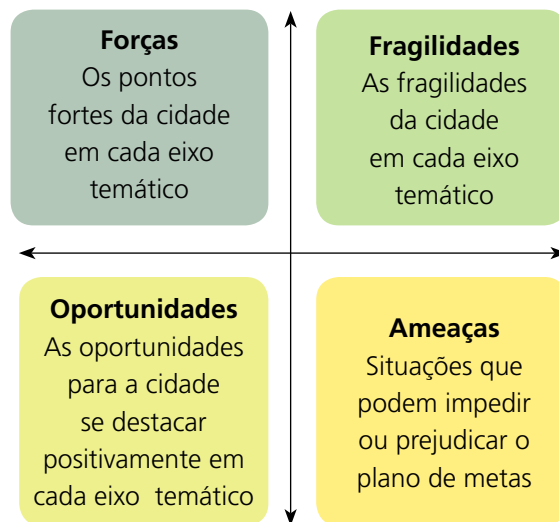
## INFORMAÇÃO ORGANIZADA - COLETA, ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE OS INDICADORES E DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

O planejamento das metas necessita de dados referentes aos respectivos indicadores, os quais precisam ser coletados, organizados, e analisados previamente. Após a organização dos dados, o passo seguinte é a descrição de um diagnóstico da cidade.

## MAPEAMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO

O diagnóstico deve exprimir as perspectivas interna e externa que se têm do município. No âmbito interno, entenda-se como a visão sobre o funcionamento do município isoladamente, considerando seus pontos fortes (quais os indicadores já atingiram as metas sugeridas ou estão próximos de atingir) e fracos (quais indicadores possuem valores distantes das metas sugeridas).

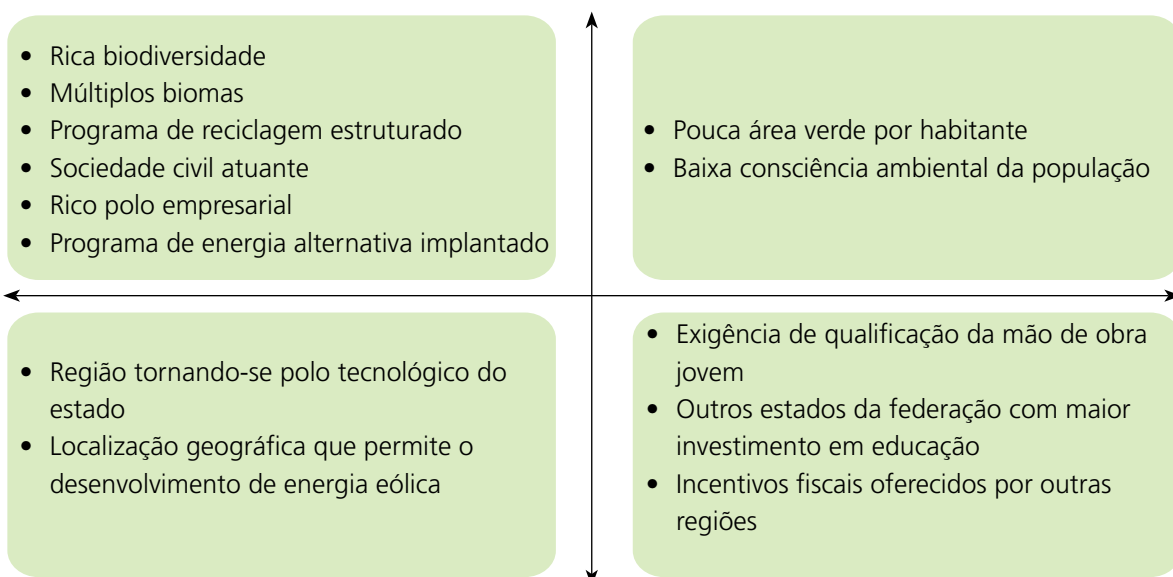
Externamente, deve-se visualizar o município inserido em sua região, seu Estado, e o país, levando em conta as oportunidades oferecidas no âmbito dessas três esferas. Simultaneamente, é necessário projetar possíveis ônus que as dinâmicas nos contextos regional, estadual e federal possam trazer à cidade.



O mapeamento deverá ser feito para cada eixo do Programa Cidades Sustentáveis, considerando os indicadores propostos.

## EXEMPLO

### Eixo Temático: Bens Naturais Comuns





## A ELABORAÇÃO DO PLANO DE METAS DO PROGRAMA

O plano de metas identifica o que é mais urgente, quais os recursos disponíveis e o que demanda período de tempo mais longo para ser realizado. A partir do diagnóstico, as ações necessárias para se alcançarem as metas devem ser analisadas sob os seguintes ângulos:

- Grau de Importância (benéficos e compromissos);

- Viabilidade (custos e prazos);
- Nível de urgência (necessidades imediatas).

O entendimento do contexto e dos compromissos do município são essenciais na definição das metas e das ações para realizá-las.

### Exemplo de Plano de Metas - São Paulo 2022

<http://www.saopaulo2022.org.br/>

## EIXO: AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

---

### A. Informação organizada

Coefficiente de leitos gerais no município de São Paulo ( 2011 ): 2,71

Oscilação entre subprefeituras: de 0,0 leitos a 12,9 leitos por habitantes

Fonte: Infocidade – Prefeitura de São Paulo

### B. Diagnóstico

Na pesquisa IRBEM 2012, o tema saúde obteve nota 5,1 na satisfação do paulistano com os serviços prestados. Desde 2009 a nota manteve-se a mesma (notas oscilam entre 0 e 10).

[http://www.nossasaopaulo.org.br/portall/arquivos/Pesquisa\\_IRBEM\\_lbope\\_2012.pdf](http://www.nossasaopaulo.org.br/portall/arquivos/Pesquisa_IRBEM_lbope_2012.pdf)

### C. Prioridade

Nas metas da atual gestão há planos de construção e ativação de mil novos leitos na cidade. A distribuição irregular entre as subprefeituras deve ser analisada na escolha para construção de novos hospitais.

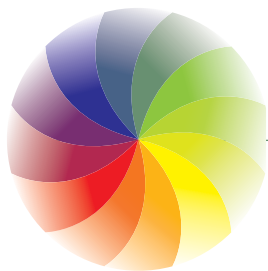
Prioridade: alta.

### D. Visão de futuro

Ser uma cidade reconhecida nacionalmente pela melhor política de saúde.







# GOVERNANÇA

## I. O QUE ENTENDEMOS POR GOVERNANÇA

O conceito de governança significa articular o sistema político-administrativo, que rege o processo decisório na esfera pública, com os diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal. Nesse sentido, governança engloba a forma como o território se organiza politicamente e a participação da sociedade civil. Por isso que uma boa gestão deve combinar as diretrizes político-partidárias do governante com mecanismos de atuação direta da sociedade nas decisões administrativas.



O objetivo dessa articulação é de modificar, gradualmente, a concepção de Poder Público para de Serviço Público, a fim de que se estabeleça, cada vez mais, uma parceria entre governo e sociedade, ao invés de decisões unilaterais.

Para que esta relação seja harmoniosa, devem ser respeitadas as funções legais do Estado, nos âmbitos do Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como os anseios e reivindicações da população.

Este diálogo entre os gestores públicos e a sociedade será bem-sucedido na medida em que incluir o maior número de setores civis, como ONGs, empresas, sindicatos, universidades, meios de comunicação, entre outros. Deve prever também a transparência, a prestação de contas e o livre acesso às informações da gestão pública.

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER UMA BOA GOVERNANÇA

Como exemplo concreto em favor da boa governança, representantes da sociedade civil encaminharam à organização da Rio +20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), realizada em 2012, no Rio de Janeiro, um documento que lista diretrizes para gestão de cidades sustentáveis. São elas:

- Busca de acordos sobre a visão de desenvolvimento sustentável.
- Relação de parceria entre os atores políticos e civis.
- Participação desses atores tanto na fase de diagnósticos das políticas públicas

necessárias, quanto na criação dos projetos de gestão.

- Construção de um planejamento estratégico que estabeleça sinergia entre as iniciativas pública e privada e defina ações com metas de longo prazo.
- Prestação de contas por meio de indicadores e ferramentas de acesso aos dados.

Fonte: Instituto Ethos

### GOVERNANÇA PARTICIPATIVA



Dessa forma, o desenvolvimento sustentável de uma cidade passa pela criação de redes de atores locais com o objetivo de reunir conhecimentos e experiências na concepção de políticas públicas que solucionem problemas locais.

No que se refere à transparência da gestão pública, o que se busca é o bom uso dos recursos públicos.

Do ponto de vista legal, o livre acesso aos dados da gestão pública está previsto na Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 pela Presidência da República, e sustentado pela Controladoria Geral da União com base na Constituição Federal, na Declaração dos Direitos Humanos, no Pacto de Direitos Civis e Políticos e em convenções regionais de Direitos Humanos.

### LEGISLAÇÃO: TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Assim, os municípios devem ficar atentos às seguintes normas sobre transparência: Lei

12.527/2011 (Acesso à Informação); 131/2009 (Leis da Transparência) e a nº 101/ 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A Lei de Acesso à Informação visa a reduzir os casos de mau uso dos recursos a partir da abertura dos dados da gestão pública à sociedade.

A Lei da Transparência é uma lei complementar que altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornando disponíveis on-line as informações sobre execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei de Responsabilidade Fiscal visa a controlar os gastos dos Estados e Municípios, ao condicionar suas despesas à capacidade de arrecadação de impostos, para evitar que gastem mais do que sua capacidade financeira.

### PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

A gestão pública brasileira possui instrumentos de participação da sociedade na formulação das políticas públicas e na definição de prioridades dos gastos orçamentários. Essas ferramentas são as seguintes:

- **Plano Diretor Participativo**  
Documento formulado com participação dos cidadãos por meio de oficinas, plenárias e audiências. Com isso, Poder Público, sociedade civil e agentes econômicos interagem durante o desenvolvimento dos trabalhos.
- **Orçamento Participativo**  
É um processo pelo qual a população decide de forma direta sobre a aplicação dos recursos, pela administração municipal, em obras e serviços.





- **Estatuto da Cidade**  
Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, dispõe sobre as diretrizes e os instrumentos de gestão democrática da cidade.
- **Consultas Populares**  
Canal de interlocução entre Estado e sociedade.
- **Audiências Públicas**  
De acordo com o Artigo 43, do Estatuto das Cidades: “Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: debates, audiências e consultas públicas”.
- **Conselhos Municipais**  
Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e verificar a execução das políticas públicas setoriais.
- **Sistema de consulta on-line a dados do governo (governo eletrônico)**  
Prevê a utilização de tecnologias de informação e comunicação para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos, com foco na eficiência das funções governamentais.

## PLANO DE METAS

Como vimos acima, para que as práticas de boa governança tenham êxito, é necessária a formulação de um Plano Estratégico.

Esse documento dará as bases para se atingir os objetivos do Plano Diretor, o qual, de sua parte, estabelece as diretrizes municipais para os 10 anos seguintes.

Para que seja bem-sucedido, o planejamento estratégico deve contemplar metas claras e concretas a serem atingidas.

Por exemplo:

1. Se o Plano Estratégico estabelece que o município deve eliminar causas de doenças transmitidas por águas contaminadas, uma das metas poderá ser o fornecimento de 100% de rede de esgoto a todo o território local em quatro anos.
2. Ou, se o Plano Estratégico prevê que a demanda por creches seja totalmente atendida, a meta deverá ser a oferta de vagas em creches que satisfaça 100% das necessidades locais. Para isso, é pré-requisito a definição dos locais onde há maior carência por esse serviço; qual o número de novas creches a serem construídas e que espaços estão disponíveis ou precisam ser encontrados.

Dessa forma, o Plano de Metas sublinha as demandas mais importantes para o cidadão, aponta objetivos e orienta na utilização racional dos recursos e processos. A finalidade é levar a uma transformação positiva do município por meio de políticas públicas focadas e bem coordenadas. Além disso, permite o acompanhamento dos objetivos traçados no Plano Diretor, o que contribui para o aprimoramento da gestão.




## INDICADORES

Para se verificar a execução do Plano de Metas, são utilizados indicadores que “apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente” (Jannuzzi, 2005). Com efeito, os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis visam justamente a orientar sobre quais ações devem ser prioritárias no Plano Diretor.

## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A prática de consulta à sociedade sobre que obras e serviços devem ser priorizados na destinação dos recursos municipais surgiu no Brasil ao final da década de 1980 e foi incorporada na gestão das cidades.

É um processo dinâmico de planejamento do orçamento municipal, que se ajusta periodicamente às demandas locais e busca facilitar o debate entre o governo municipal e a população.




O Orçamento Participativo tem início com as reuniões preparatórias, nas quais o Executivo presta contas do exercício passado e apresenta as diretrizes do Plano de Investimentos e Serviços para o ano seguinte.

Na etapa posterior, as assembleias regionais elencam as prioridades para o município, elegem os seus conselheiros e definem o número de delegados para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas.

Ao longo de duas décadas e meia, essa iniciativa se expandiu não só no Brasil, como também ganhou projeção internacional. Estima-se que atualmente exista cerca de duas mil experiências de Orçamento Participativo no mundo, a partir da experiência brasileira, o que caracterizou o país como exemplo de nação que promove formas de democracia participativa.

## III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO GOVERNANÇA

### OBJETIVO GERAL



Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.

Todo prefeito é eleito para representar os cidadãos e, em princípio, atender os seus anseios.

No entanto, em virtude da complexidade atual da sociedade, torna-se desejável a abertura de canais de diálogo do Executivo com diferentes correntes de pensamento a fim de chegar a decisões consensuadas, que deem força e união à realização dos objetivos comuns ao município. (Ver <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/1>>).

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Continuar a desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para cidades e regiões sustentáveis.
- Fomentar a capacidade de participação e de ação para o desenvolvimento sustentável tanto nas comunidades como nas administrações locais e regionais.
- Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva em conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscito e referendo, entre outros, e nos processos de decisão, monitoramento e avaliação.
- Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários.

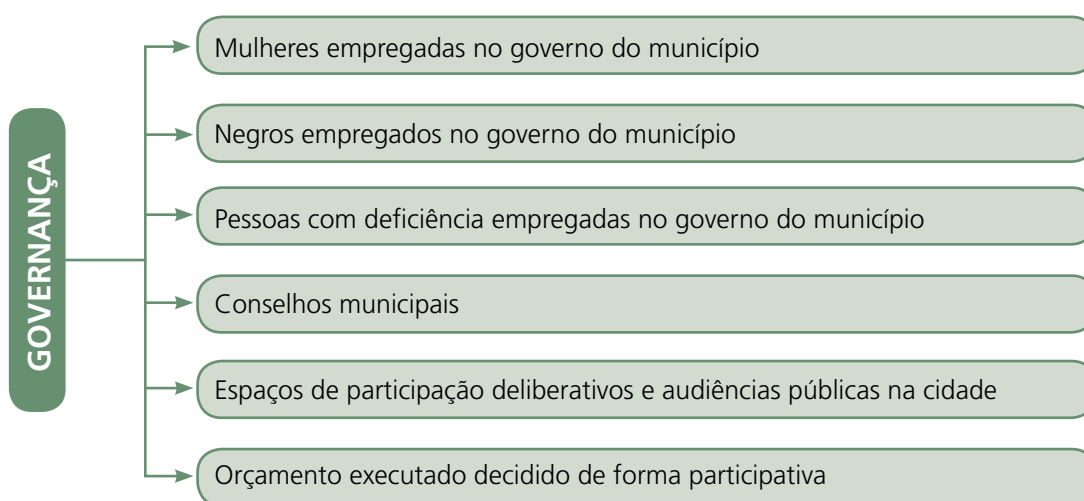
- Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios vizinhos, outras cidades, regiões metropolitanas e outros níveis de administração.

Os objetivos específicos são diretrizes estratégicas gerais para o trabalho em conjunto do Poder Público com a sociedade organizada. Desse trabalho podem nascer ideias que valorizem os aspectos positivos do município e potencializem seu retorno econômico, como a abundância de águas ou oferta de mão de obra qualificada, bem como apontem soluções para problemas cotidianos, a exemplo de enchentes, falta de creches ou de postos de saúde.

Vale ressaltar que a transparência nas informações sobre as políticas públicas, sobre os dados orçamentários e escolha dos parceiros comerciais alavancam o processo participativo.

## INDICADORES REFERENTES AO EIXO GOVERNANÇA

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia).



## OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM



Esses indicadores têm o intuito de promover não só a inclusão e a justiça social, mas também, como mencionado anteriormente, a necessária cidadania e governança participativa.

## DICAS DE GESTÃO

Com o amadurecimento da democracia no Brasil, o avanço tecnológico e a crescente exigência por serviços públicos de qualidade, cresce no país a tendência de profissionalização da gestão pública, com mais participação da sociedade. Para isso, existe uma série de ferramentas à disposição dos gestores, tais como:

1. **Transparência Administrativa:** prevê o fornecimento de dados da administração municipal, como balanço financeiro, processos de licitação e compras, folha de pagamento de funcionários, atos legais, entre outros, por meio de sistema on-line (no portal do governo), com livre acesso e atualização em tempo real. O objetivo é que a população possa acompanhar e avaliar o desempenho da gestão.
2. **Georeferenciamento de dados:** visa a gerar informações referentes à população, ao trabalho e à renda, ao meio ambiente, aos temas econômicos, entre outras, que sejam georeferenciadas por regiões e bairros do município. Tal recurso contribui para o planejamento de políticas públicas e reforça a participação dos moradores na gestão da cidade.
3. **Conselhos municipais:** os conselhos devem ser instituídos por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara Municipal. O texto da lei conterá os objetivos, as competências, as atribuições e a composição dos conselhos. Como exemplo de lei de criação de conselho do meio ambiente, ver <<http://www.mma.gov.br/port/conama/doc/LeiCADES.pdf>>.
4. Ao lado dos conselhos já previstos em lei (Saúde, Educação, Meio ambiente, etc.), recomenda-se a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Município. Esse órgão deverá ter caráter consultivo, a exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que funciona em Brasília, e de órgãos semelhantes criados em diferentes cidades e Estados. O objetivo desse conselho é organizar o diálogo dos principais atores locais, como o Executivo municipal, as empresas, os sindicatos, as universidades e organizações da sociedade civil, para que analisem as questões municipais como um todo e proponham ações conjuntas. Essa prática busca minimizar a sobreposição de determinados setores ou particularidades na definição de políticas públicas.
5. **Orçamento participativo:** como vimos, esse processo permite a participação e a decisão popular sobre o orçamento do município. Para isso, devem ser realizadas reuniões periódicas e regionalizadas para discutir os temas em pauta. Recomenda-se que as chamadas para as reuniões sejam feitas com antecedência, por meio dos diferentes veículos de comunicação.



## TIMÓTEO, MG

### **Movimento Popular “Timóteo da Gente”**

Em 2012, a Associação de Ação e Desenvolvimento Social de Timóteo organizou um movimento apartidário, aberto a toda população, intitulado “Timóteo da Gente”. O objetivo foi de gerar discussões e propostas para o município visando ao desenvolvimento local.

Os participantes do movimento instituíram grupos de trabalho para debater a qualidade do serviço público em áreas como Educação;

Saúde; Segurança Pública; Meio Ambiente; Políticas Públicas; Esportes e Lazer; Turismo; Infraestrutura Urbana e Obras; entre outras. As propostas são organizadas e encaminhadas ao Poder Público Municipal.

Representantes do movimento também passaram a percorrer os bairros da cidade para estimular a participação dos moradores nos eventos da entidade.

Para mais informações, ver <<http://timoteodagente.com.br>>.

### SITES RELACIONADOS

#### **Porto Alegre, RS – Orçamento Participativo**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/16](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/16)

[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/plusu\\_doc/ciclo\\_op\\_2013\\_detalhado.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/plusu_doc/ciclo_op_2013_detalhado.pdf)  
[www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php)

#### **São Carlos, SP - Conselhos Municipais**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/224](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/224)

[www.saocarlos.sp.gob.br/index.php/prefeitura/secretarias-municipais.htm](http://www.saocarlos.sp.gob.br/index.php/prefeitura/secretarias-municipais.htm)

#### **Kyoto, Japão - Plano Diretor em parceria com moradores, gestores e autoridades Locais**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/17](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/17)

<http://www.unhabitat.org/bestpractices/2004/mainview.asp?BPID=2823>

#### **Nova Iorque, EUA – dados abertos**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/100](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/100)

[www.nyc.gov/html/data/about.html](http://www.nyc.gov/html/data/about.html)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHAS

#### **Governo de Minas Gerais**

<http://www.choquedegestao.mg.gov.br/>

#### **Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores - Secretária de Gestão Pública**

<http://www.gespublica.gov.br/ferramentas/pasta.2010-05-24.1806203210>



## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Versão do Senado. Brasília: Edições técnicas, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

ETHOS, Instituto. **A Empresa e a Nova Economia. O que Muda com a Rio+20?** Caderno de Subsídios. São Paulo, 2012.

DOWBOR, L. **Introdução ao Planejamento Municipal**, São Paulo, 1987.

GUERREIRO, E. P. et al. **Desenvolvimento Sustentável e Governança Participativa: Arranjo Produtivo Local e Parque Tecnológico de Santos**. International 2nd Workshop Advances in Cleaner Production. São Paulo, 2009.

JUNQUEIRA, L. A. P. **Gestão social: organização, parceria e redes sociais**. IN: CANÇADO, A.C. et al. (ORGS). Os desafios da formação em gestão social. Palmas: Provisão, 2008.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**, - Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

OLIVEIRA, C. E. O. (org). **Estatuto da Cidade: para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

SILVA JÚNIOR, J. R. da; PASSOS, L. A. dos. **O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal**. – Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006.

W3C BRASIL. **Manual dos dados abertos: desenvolvedores**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2011.

WORLD BANK. **Governance and Development**. Washington: World Bank; 1992.





## II. CONDIÇÕES PARA CUIDAR DOS BENS NATURAIS COMUNS

Para que as cidades tenham um desenvolvimento econômico sustentável, é preciso adotar uma série de medidas em diferentes áreas. Entre elas, estão as práticas educativas de reaproveitamento, reciclagem e cuidado dos insumos para produção; as políticas de preservação e uso adequado dos recursos hídricos e da biodiversidade; redução de fontes de origem fóssil para a geração de energia, substituindo-as por fontes renováveis, como a eólica, solar e as pequenas e médias hidrelétricas, e regulação das atividades agrícolas e agroindustriais para que não saturem o solo e os recursos hídricos.

As políticas ambientais impactam diretamente a saúde e a qualidade de vida das pessoas, como as que monitoram e a qualidade do ar e da água nas cidades. O mesmo acontece na criação e manutenção de áreas verdes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que as cidades tenham um mínimo de 12m<sup>2</sup> de área verde por habitante, bem distribuídos nas áreas urbanas, a fim de contribuir para o bem-estar social.

Por ser um dos pontos centrais do desenvolvimento sustentável, a biodiversidade tem sido objeto de importantes acordos internacionais, a exemplo dos que foram assinados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ao longo dos últimos 20 anos. Embora o Brasil tenha sediado duas edições dessa conferência, em 1992 e 2012, e possua 13% de toda a biodiversidade do planeta, a perda da diversidade biológica continua.

Segundo o “Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção”, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente, as principais ameaças às espécies e aos biomas brasileiros são a destruição dos habitats naturais provocada pelos desmatamentos, as queimadas, exploração madeireira, conversão de campos em pastagens, construção de represas; a poluição de rios e oceanos; a chegada de espécies invasoras; a caça e pesca predatórias; o tráfico e comércio de animais e plantas silvestres.

Tais práticas, embora possam parecer lucrativas no curto prazo, trazem mais prejuízos do que vantagens. De fato é possível mostrar que os benefícios econômicos gerados pela preservação da biodiversidade - as áreas protegidas proporcionam 100 vezes mais ganhos do que custos à economia global. (Ver <http://www.teebweb.org/>).

### JUSTIÇA AMBIENTAL

Em decorrência da falta de planejamento do seu desenvolvimento e das dificuldades econômicas que o país atravessou, as grandes cidades brasileiras enfrentam problemas e buscam soluções em diferentes áreas, como na ambiental e social. É o caso, por exemplo, das moradias pertencentes à população de baixa renda que estão expostas a riscos como deslizamentos em função da localização.

A Justiça Ambiental propõe, assim, que não somente os recursos naturais, mas também nenhum grupo de pessoas arque desproporcionalmente com os desequilíbrios ambientais provocados por terceiros.



Por isso que uma gestão pública sustentável deve trabalhar pela preservação dos recursos naturais e pela realização da Justiça Ambiental, ao possibilitar o acesso igualitário a esses recursos e reverter problemas como falta de saneamento básico, água contaminada, ar poluído, entre outros.

## CUIDADO E CONSUMO RACIONAL DA ÁGUA

A Organização Mundial da Saúde estabelece o consumo mínimo per capita de 100 lts. por dia que representa o suficiente para uma pessoa saciar sua sede, ter uma higiene adequada e preparar os alimentos. No Brasil o Ministério das Cidades calculou que a média diária de consumo de água por indivíduo no Brasil é de 159 litros, incluídos os consumos doméstico, comercial, público e industrial. A esse alto consumo, o documento acrescenta o índice de perdas na distribuição de água, que chega a ser de 38,8% do total.

Entre os motivos para as perdas de água nas cidades estão as falhas na detecção de vazamentos; as pressões elevadas nas redes de distribuição; problemas na operação dos sistemas; dificuldade no controle das ligações clandestinas e na aferição/calibração dos hidrômetros e ausência de programas para monitoramento de perdas.

Novas tecnologias ajudam a reduzir desperdícios (<http://www.cenariomt.com.br/noticia.asp?cod=277428&codDep=6>); e própria Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, órgão do Ministério das Cidades, fornece material de livre acesso para melhoria da gestão dos recursos hídricos, por meio do Programa de Modernização do Setor de Saneamento ([www.pmss.gov.br](http://www.pmss.gov.br)).

De fato existe verba disponível para a esse tipo de melhoria dos Municípios como parte do PAC 2.

(<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/03/06/pac-2-destina-r-33-bilhoes-para-obras-de-saneamento-mobilidade-e-pavimentacao>).

## A GESTÃO COMPARTILHADA DA ÁGUA E OUTROS BENS COMUNS



Como a água é um bem de uso comum, sua gestão enfrenta desafios, como o de assegurar o fornecimento coletivo equilibrado.

O acesso à água é vital para a agricultura, o consumo doméstico, os meios de transporte aquáticos, como espaço de lazer e para o consumo industrial. Assim, a poluição das águas acaba prejudicando todos os usuários.

Para melhor gerenciar os recursos hídricos, a gestão compartilhada das bacias, que inclui o acesso e descarte das águas, tem se mostrado uma forma inovadora e eficiente de administrar esse bem. É menos custoso, por exemplo, assegurar o funcionamento de filtros em uma empresa que despeja líquidos em um rio, do que arcar com as consequências de dejetos que poluam as bacias. O conceito de gestão compartilhada se aplica igualmente às áreas florestais; e de fato representa uma forma de promover o empoderamento da comunidade ([http://prezi.com/2wzpzamy\\_k7bfl/empoderamento-de-comunidade-com-base-em-governanca-participativa/](http://prezi.com/2wzpzamy_k7bfl/empoderamento-de-comunidade-com-base-em-governanca-participativa/)).

### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO BENS NATURAIS COMUNS

#### OBJETIVO GERAL



Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

Como os bens naturais são finitos, as gestões municipais devem zelar pelo seu uso racional, a fim de preservá-los ao longo dos anos.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis.
- Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.
- Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos.
- Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis.
- Melhorar substantivamente a qualidade do ar, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU).

Como a água, a energia, o ar, o solo e a biodiversidade estão presentes na vida dos cidadãos e são bens essenciais para a saúde e o bem-estar da população, a gestão pública deve priorizar metas de cuidado e preservação desses bens. Políticas públicas nesse sentido também geram economia em setores como

saúde (quanto mais água tratada, menor a incidência de doenças, por exemplo) e valorizam o patrimônio natural do município e da região, que podem ser atraentes ao turismo responsável. Para mais informações, ver <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/2>>.

#### OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM



Os indicadores do Eixo Bens Naturais Comuns refletem os pontos primordiais no cuidado com o meio ambiente e a saúde da população em geral. Dessa forma, acompanhar e melhorar estes indicadores vai proporcionar mais qualidade de vida, melhoria na saúde e na longevidade da população do município.

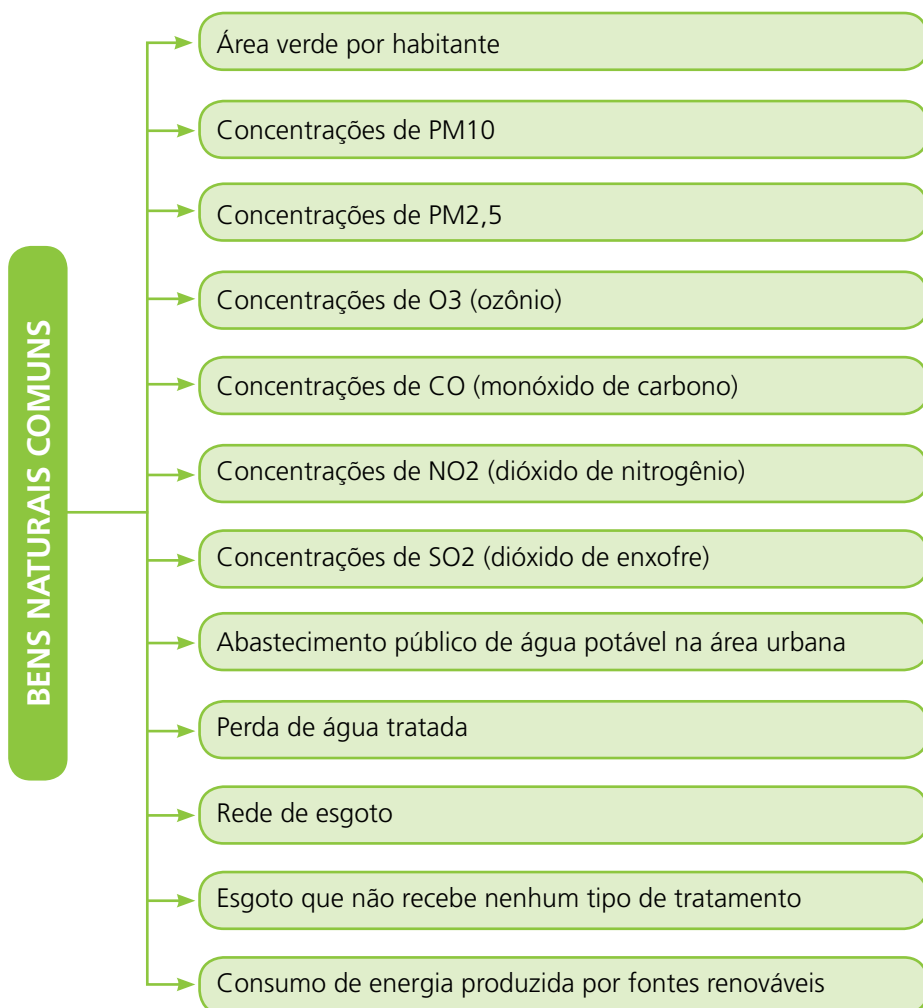
Nesse sentido, a ampliação e distribuição adequada de áreas verdes criam espaços de lazer e atividade física próximos às residências, o que contribui tanto para proteger o meio ambiente quanto para o convívio social, a educação e a prevenção de doenças; de fato um indicador essencial é o de medição da qualidade do ar, que embasa as políticas para melhoria do ar que se respira. A poluição atmosférica traz prejuízos não somente à saúde, mas também aos cofres públicos, visto que acarreta aumento do número de atendimentos e internações hospitalares; de fato se calcula que reduzir 10% da poluição de SP 'economizaria' US\$ 10 bi em 20 anos (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/10/10-da-poluicao-de-sp-causa-us-10-bi-com-saude-em-20-anos-diz-medico.html>).

Também são fundamentais, como vimos acima, os indicadores sobre uso e desperdício de água para auxiliar a gestão pública na adoção de medidas que promovam o acesso adequado e evitem prejuízos financeiros.



## INDICADORES REFERENTES AO EIXO BENS NATURAIS COMUNS

(Indicadores detalhados: consultar anexo ao final deste Guia)



### DICAS DE GESTÃO

1. Agricultura familiar sustentável: oferta de linhas de crédito diferenciadas para investimentos em técnicas agrícolas avançadas e outros benefícios para pequenos agricultores que utilizarem modos sustentáveis de produção.
2. Programa de reflorestamento: implantação de programas de reflorestamento para áreas onde as florestas foram suprimidas

pelas atividades humanas, com o intuito de regenerar e fortalecer a biodiversidade local.

3. Mosaicos florestais: a tecnologia do manejo florestal permite a formação de mosaicos de vegetação, que intercalam o plantio industrial (florestas plantadas) e as florestas naturais, o que possibilita uma convivência harmoniosa que se reflete em ganhos para a biodiversidade e para a produtividade.



4. Reduzir o uso de agrotóxicos: realização de campanhas com materiais (cartilhas, folders, vídeos, entre outros) que esclareçam os produtores sobre o uso racional dos agrotóxicos. Deve-se informar que, dessa maneira, poderão vender alimentos com melhor qualidade e evitar a contaminação do solo e das águas.
5. Programa municipal da biodiversidade: tem por objetivo criar o Sistema de Informações Ambientais do município, cuja função é mapear as áreas de biodiversidade local e gerar indicadores “verdes”, que considerem dados históricos e atuais possam auxiliar as políticas de conservação e recuperação de áreas ambientais.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre bens naturais comuns, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### SÃO FRANCISCO, EUA

#### Flores no lugar da violência

Em 2002, dois vizinhos tiveram a iniciativa de transformar a realidade da Avenida Quesada, marcada por violência e tráfico de drogas. Assim, começaram a plantar flores em um espaço onde se depositava lixo. Daí, nasceram os Jardins Quesada. No decorrer de 10 anos, o projeto alterou profundamente a cara deste bairro, que floresceu em jardins.

Com o sucesso da iniciativa, os ativistas Annette Smith e Karl Paige começaram a disseminar a ideia em encontros de amigos, festas e bares. O grupo cresceu e resultou num movimento comunitário de longo prazo, que criou uma série de jardins onde antes havia terrenos baldios.

### CÔNEGO MARINHO E JANUÁRIA, MG

#### Comunidades revitalizam o Rio São Francisco

Entre as principais causas para deterioração do Rio São Francisco estão o desmatamento dos morros e a substituição da mata original por eucalipto para produção de carvão vegetal. Esse processo vinha prejudicando a produção agrícola local. Para encontrar soluções, as comunidades ribeirinhas criaram a Associação de Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos, um subafluente da bacia do São Francisco.

Reuniram-se por três anos e, como resultado, obtiveram a construção de 850 pequenas represas circulares junto a estradas e outros caminhos por onde seguem as águas de cheias ou chuvas. Essas represas impedem que os sedimentos – que são abundantes por causa do solo arenoso – sejam arrastados até o leito do Rio dos Cochos e provoquem seu assoreamento.



## SHENZHEN, CHINA

---

### Um refúgio no meio do concreto

A cidade de Shenzhen, na região sul da China, próxima a Hong Kong, é hiperurbanizada como São Paulo. Em 2004, a gestão municipal criou o Parque Internacional.

Com 660 mil m<sup>2</sup>, o local é um refúgio no meio do concreto e um concorrido ponto de passeio para turistas, com jardins temáticos, lagos e obras de arte contemporânea.

## TELAVIV, ISRAEL

---

### 100% da água reaproveitada

A cidade de TelAviv consegue reaproveitar toda a água que consome, ao recuperar a água suja na maior estação de tratamento do Oriente Médio, a Shafdan. Por esse sistema, o esgoto é bombeado para dentro da terra e novamente retirado. Nesse processo, ele é purificado ao passar por tratamentos físicos, químicos e biológicos.

Logo depois, a água percorre cerca cem quilômetros por dutos até chegar ao deserto de Neguev, onde diversas plantações são irrigadas. Por causa disso, essa região recebeu áreas agrícolas que antes eram concentradas no centro do país.

O sistema foi instalado há mais de 30 anos e é um exemplo de como um país que enfrenta escassez de água pode fazer melhor uso desse recurso.

## SITES RELACIONADOS

---

### Extrema, MG – Projeto conservador das águas

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/214](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/214)

### Foz do Iguaçu, PR – Cultivando Água Boa

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/179](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/179)

### Paragominas, PA – Município Verde: combate ao desmatamento

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/171](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/171)

### Nantes, França – Capital Verde Européia de 2013

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/252](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/252)

### Växjö, Suécia - Cidade livre de combustível fóssil

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/83](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/83)

### Melbourne, Austrália – CH2, o prédio da Prefeitura é verde

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/141](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/141)





## WEBSITES

### Agência Nacional das Águas

<http://www2.ana.gov.br>

### Marcos regulatórios estaduais em saneamento básico no Brasil

<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a10v43n1.pdf>

### Green Peace

[www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)

### Ministério do Meio Ambiente

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

### Pegada Ecológica

[www.pegadaecologica.org.br](http://www.pegadaecologica.org.br)

### SOS Mata Atlântica

[www.sosma.org.br/](http://www.sosma.org.br/)

### TEEB (The Economic of Ecosystem and Biodiversity)

[www.teebweb.org/](http://www.teebweb.org/)

### WWF

[www.wwf.org.br/](http://www.wwf.org.br/)

## INSTITUTOS

### Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

### Instituto Chico Mendes

<http://institutochicomendes.org.br>

### Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

[www.inpe.br](http://www.inpe.br)

### Instituto Trata Brasil

[www.tratabrasil.org.br](http://www.tratabrasil.org.br)

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ARGEL, M. **Ecoguia: guia ecológico de A a Z**. Fundação Nicolas Hulot. São Paulo: Landy Editora, 2008.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de Sustentabilidade. Uma análise Comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

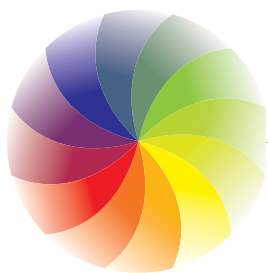
BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Brasília, 2008.

ETHOS, Instituto. **A empresa e a nova economia. O que muda com a Rio+20? Caderno De Subsídios**. São Paulo, 2012.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Inventário Nacional de emissões atmosféricas por veículos automotores e rodoviários**. Brasília, 2010

[http://www.mma.gov.br/estruturas/163/\\_arquivos/inventario\\_veicular2010\\_163.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/163/_arquivos/inventario_veicular2010_163.pdf)  
NUSSENZVEIG, H. M (org.). **O futuro da Terra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.



# EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

## I. O QUE ENTENDEMOS POR EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

Os conceitos de equidade e justiça social se referem ao acesso da sociedade aos serviços públicos de saúde, educação, cultura, segurança e moradia e à ocupação profissional.



Esse acesso gera uma cultura de paz o que representa um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e modos de vida que previnem conflitos, e contribuem para resolver problemas por meio do diálogo e a negociação entre as partes envolvidas.

O melhor atendimento a esses parâmetros socioeconômicos, aliado ao desenvolvimento sustentável, reflete-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sociedades mais igualitárias tendem a produzir resultados superiores na classificação do IDH.



Nesse sentido, o Brasil fez significativos investimentos em políticas sociais na última década, avançou na diminuição da desigualdade, mas permanece como um dos países mais desiguais. Tal situação pode ser verificada no número ainda significativo de pessoas abaixo da linha de pobreza e sem acesso a serviços públicos básicos, como saneamento e saúde.

Segundo o Ministério das Cidades, mais de 80% da população brasileira já têm acesso à água tratada. No entanto, apenas 46% dispõem de coleta de esgoto. Do total coletado, somente 38% recebem algum tratamento antes do despejo na natureza (Jornal Valor Econômico, 22/03/2013).

Um dos caminhos para melhorar esse quadro é por meio da economia solidária, uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, tendo como base o associativismo e o cooperativismo; bem como aproveitando os avanços nas propostas da justiça restaurativa. (<http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/arquivo/mediacao/JusticaRestaura.pdf>).

O processo de inclusão econômica e social também possui como alicerces o fortalecimento das liberdades e dos direitos individuais.



O objetivo deve ser a construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Na medida em que essa articulação se generaliza, a sociedade ganha um direcionamento socialmente mais equitativo.

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

### EDUCAÇÃO E DE QUALIDADE



O educador Paulo Freire afirmou que a “educação pode não ser a solução, mas, sem educação não há salvação”. De fato, um dos pilares do desenvolvimento, da participação do cidadão e da justiça social é o acesso à educação de qualidade, setor em queo Brasil melhora lentamente, mas continua defasado em relação a outros países.

Estatísticas do Ministério da Educação, referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mostram que o Brasil superou as metas na educação previstas para serem alcançadas em 2011 nos dois ciclos do ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano e do sexto ao nono ano).No entanto, apenas igualou a meta projetada para o ensino médio. Além disso, os resultados são muito desiguais considerando-se municípios e escolas individualmente, visto que 39% das cidades e 44,2% das escolas ficaram abaixo da meta (Ver

[<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>](http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/)).

Dados do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes – PISA, que é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e avalia a qualidade da educação em 65 países, apontam que o Brasil ocupa o 53º lugar mesmo sendo o 15º em termos de percentual do PIB gasto em Educação (Ver [<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos/>](http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos)).

No que diz respeito ao controle da violência, se faz necessário um sistema de segurança pública e justiça eficientes, que respeitem o Estado Democrático de Direito. Contudo, intervenções baseadas exclusivamente nas instituições policiais ou no direito penal não produzem resultados duradouros, principalmente porque têm um impacto limitado nas possíveis causas da violência. Assim, uma importante ferramenta para coibir a criminalidade pode ser a parceria do Poder Público junto às comunidades nas iniciativas de prevenção à violência( Ver <http://www2.forumseguranca.org.br/node/21761> ).

## III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

### OBJETIVO GERAL



Promover comunidades inclusivas e solidárias.

Os valores de inclusão social e solidariedade são essenciais ao progresso e à preservação das sociedades e devem ser promovidos pelas gestões municipais, a fim de que as cidades se desenvolvam de forma coesa.(Ver [<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/3/>](http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/3)).

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

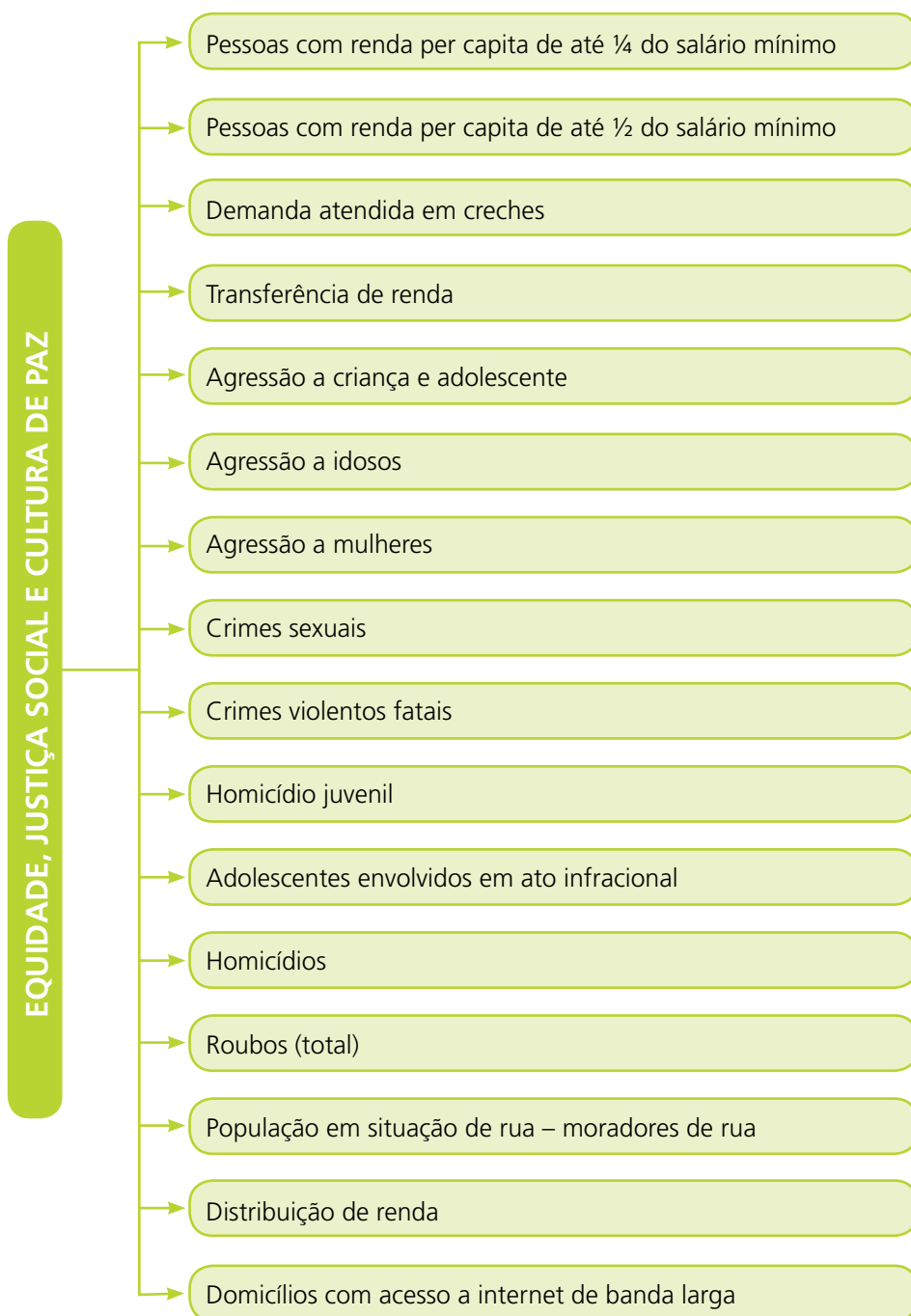
- Desenvolver e implementar programas para prevenir e superar a condição de pobreza.
- Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à internet.
- Promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual.

- Aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz.
- Garantir o direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade.

As políticas públicas que visam à diminuição das diferenças sociais são fundamentais para o desenvolvimento do país e para o bem-estar da população e possibilitam a construção de um espaço urbano sustentável.

## INDICADORES REFERENTES AO EIXO EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



## OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores do eixo refletem a necessidade de superação dos problemas sociais por meio de ações que melhorem a distribuição de renda da população, diminuam a violência e ampliem o acesso à informação, o que irá melhorar a qualidade de vida no município.

Outro objetivo chave dos indicadores é de contribuir para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento local, especialmente das áreas periféricas. Esses dados permitem o acompanhamento das condições sociais e a criação de políticas públicas direcionadas à populações de baixa renda, à redução da violência, ao acesso à informação e à melhoria da infraestrutura.

### DICAS DE GESTÃO

1. Campanha pela paz: criação de uma campanha pela paz a ser veiculada em diferentes meios de comunicação, escolas e espaços públicos, com objetivo de estimular a solução não violenta de conflitos e de disseminar valores como tolerância e sociedade justa ([http://www4.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/2011/diss\\_clovis.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/2011/diss_clovis.pdf)).
2. Igualdade para a diversidade: promoção de políticas públicas de inclusão social e de igualdade entre os gêneros, raças e etnias, bem como de respeito à diversidade cultural.
3. Programa de inclusão social: desenvolvimento de políticas públicas para pessoas em situação de risco ou extrema pobreza, de forma a se buscar o equilíbrio social, a valorização do ser humano e estimular a responsabilidade social e a solidariedade.
4. Habitação popular: implantação de programas de habitação popular, por meio de parcerias com os governos estadual e federal, a fim de oferecer habitações em condições socioambientais de boa qualidade aos moradores de renda mais baixa.
5. Igualdade de oportunidades: deve-se assegurar o acesso aos serviços e equipamentos públicos, especialmente à educação de qualidade.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre equidade, justiça social e cultura de paz, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### RIBEIRÃO PRETO, SP

#### Projeto de Lei 1154/2003 - Prefeitura apoia Movimentos de Paz

A Prefeitura de Ribeirão Preto fez convênio com o Programa Ribeirão Preto pela Paz, organização da sociedade civil, para realizarem

programas socioeducativos e culturais que promovam a cultura de paz em vários setores da sociedade. (Ver <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/leis/pesquisa/ver.php?id=6829&chave=>>>).



PAZ COMO SE FAZ

**Gibi Turminha pela Paz**

Refere-se à produção de cartilhas educativas para serem distribuídas entre os alunos e suas famílias, a exemplo da cartilha "Paz; como se Faz" (<[www.slideshare.net/lencodesedacecab/semando-cultura-de-paz-nas-escolas](http://www.slideshare.net/lencodesedacecab/semando-cultura-de-paz-nas-escolas)>) edo gibi

"Turminha pela Paz" (<[www.londrinapazeando.org.br/Uploads/filelgibi\\_2011.pdf](http://www.londrinapazeando.org.br/Uploads/filelgibi_2011.pdf)>).

Tal iniciativa poderia partir, por exemplo, de um comitê criado visando à cultura de paz nas escolas públicas e privadas, com envolvimento de diferentes setores da sociedade.

**COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA PAZ (CONPAZ)**

Com o objetivo de formular diretrizes públicas baseadas nos princípios de Cultura de Paz,diversos conselhos estão sendo formados nos Poderes Legislativo e Executivo,em municípios do Estado de São Paulo e do Paraná,

inspirados no Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, um programa da UNESCO (Ver <[http://www.comitepaz.org.br/Conselhos\\_Cult.htm](http://www.comitepaz.org.br/Conselhos_Cult.htm)>).

SÃO PAULO, SP

**Instituto Sou da Paz/ Instituto São Paulo Contra a Violência**

O Instituto Sou da Paz (<[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)>), em conjunto com o Instituto São Paulo Contra a Violência (<<http://www.ispcv.org.br/>>), foi eleito, em dezembro de 2012, para integrar o Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) (<<http://portal.mj.gov.br/conasp/>>). Essas instituições representarão a sociedade

civil no biênio 2013/2014, com o objetivo de contribuir para o debate nacional sobre segurança pública, levando a experiência e o conhecimento acumulados em mais de 10 anos de trabalho.

O CONASP é ligado ao Ministério da Justiça e atua como órgão normativo na formulação de estratégias e no controle de execução da Política Nacional de Segurança Pública.

TERESINA, PI

**Habitação, infraestrutura e erradicação da pobreza em vilas e favelas**

A iniciativa da Prefeitura de Teresina tem por objetivo transformar as vilas e favelas de Teresina em bairros com padrão mínimo de urbanização e viabilizar seu desenvolvimento socioeconômico. Entre os impactos esperados com as intervenções destacam-se a reversão das condições subumanas nas áreas de

pobreza, a qualificação da mão-de-obra e o uso sustentável do espaço urbano. A estimativa do Poder Público é beneficiar 116 mil pessoas.

Segundo os indicadores municipais, o programa levou à instalação de infraestrutura física, geração de emprego e renda, recuperação das áreas degradadas e melhoria nas condições sanitárias.

## RIO DE JANEIRO, RJ

---

### Tratamento humanizado para idosos

A cidade desenvolve uma série de ações para melhor atendimento aos idosos:

- Em Copacabana, bairro carioca com a maior concentração de idosos por metro quadrado do país, um curso ensina porteiros a lidar de forma atenciosa e prestativa com os idosos.
- Na Gávea, Zona Sul, foi criado o Centro de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento, que atende pacientes acima de 60 anos com tenham algum tipo de fratura, como a de fêmur, a mais comum entre pessoas dessa faixa etária. Em funcionamento desde abril de 2012, o centro já realizou cerca de 1.500 consultas e 75 eventos científicos, no

qual participaram mais de mil profissionais da área de saúde.

- No âmbito federal, o INSS começou a adequar suas agências para diminuir as filas.

Para mais informações ver:

Curso:

<http://www.secovirio.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=2456&sid=61&tpl=printerview>

Estatuto do Idoso:

[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/idoso/lei\\_10741\\_03.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/idoso/lei_10741_03.pdf)

Cartilha Idoso Cidadão Brasileiro – Previdência Social

[http://www.observatorio-nacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_manual/18.pdf](http://www.observatorio-nacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/18.pdf)

## CORONEL VÍVIDA, PR

---

### Desenvolvimento Rural e Sustentável

A bovinocultura é a principal atividade econômica do município e tem proporcionado o sustento de mais de 1.800 famílias, com a ocupação de pelo menos três pessoas por propriedade. Boa parte da população rural está empregada nesse ramo.

Para apoiar a produção rural, o governo municipal construiu o Centro de Profissionalização em Agroindustrialização, que fornece assistência técnica e equipamentos aos trabalhadores que atuam na produção de leite, peixes, suínos, aves, frutas, verduras e cana de açúcar. Como resultado desses incentivos, houve aumento da produção local.

### SITES RELACIONADOS

---

#### Canoas, RS – Território de Paz

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/191](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/191)

#### Londrina, PR - Pela busca da paz

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/205](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/205)

#### Diadema, SP - Segurança Pública - Medidas de Transformação

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/28](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/28)





## INSTITUTOS

### Instituto Sou da Paz

[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)

### Instituto São Paulo Contra a Violência

<http://www.ispcv.org.br/>

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

### BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Economia Verde e Inclusão

**Socioprodutiva:** papel da Agricultura Familiar. Brasília. 2012.

### CI. Economia verde: desafios e

**oportunidades.** Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

GUEVARA, A. J. H. et al (orgs). **Educação para a Era da Sustentabilidade.** São Paulo: Saint Paul, 2011.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2012.

OECD. **Trabalhando Conjuntamente para um Desenvolvimento Sustentável:** A Experiência da OCDE. Paris, 2002.

OIT. **Empregos Verdes:** trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono. Brasília, 2008.

### OIT. **Hacia el desarrollo sostenible:**

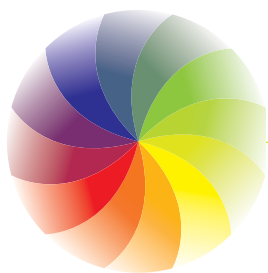
Oportunidades de trabajo decente e inclusión social en una economía verde. Ginebra, 2012.

### PNUMA. **Rumo a uma economia verde.**

Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza - Síntese para Tomadores de Decisão. Nairobi, 2011.

WANDERLEY-BELFIORE, M. et al. (org).

**Desigualdades e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2º Ed. revista e ampliada, 2000.



# GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

## I. O QUE ENTENDEMOS POR GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Para que o desenvolvimento sustentável possa acontecer, é necessário equacionar as formas de gestão às transformações econômicas, sociais e ambientais locais em curso.



O objetivo é que o município tenha instrumentos para buscar o crescimento econômico, em harmonia com a preservação ambiental, de forma que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional e renovável, ao mesmo tempo que promova as necessárias melhorias sociais.

modernizadas. O Relatório Mundial sobre o Setor Público da ONU, elaborado em 2005, mostra que houve evolução da visão convencional de “Administração Pública” centralizada, para uma gestão de viés empresarial, culminando na gestão pública participativa.



Esse modelo de gestão busca responder aos diferentes interesses de grupos da sociedade civil com mecanismos de participação dos cidadãos.

Em virtude dessa complexidade no gerenciamento público, cresce a percepção de que as gestões públicas devem ser

A eficiência é medida não só no resultado, mas no processo, como mostra a tabela a seguir sobre a evolução do conceito de gestão pública.

	<b>Administração Pública</b>	<b>Nova Gestão Pública</b>	<b>Gestão Participativa</b>
<b>Relação cidadão-Estado</b>	Obediência	Credenciamento	Empoderamento
<b>Responsabilidade da administração superior</b>	Políticos	Clientes	Cidadãos, atores
<b>Princípios orientadores</b>	Cumprimento de leis e regras	Eficiência e resultados	Responsabilidade, transparência e participação
<b>Critério para sucesso</b>	Objetivos quantitativos	Objetivos qualitativos	Processo
<b>Atributo chave</b>	Imparcialidade	Profissionalismo	Participação

(UN, World Public Sector Report 2005, p. 7)


## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

### AGENDA 21

A Agenda 21 constitui-se num guia sobre os principais desafios da sustentabilidade e os objetivos a serem atingidos nessa área. Ainda que para muitos essa iniciativa esteja restrita à preservação da natureza, na realidade a Agenda 21 cobre o conjunto das atividades que levam a um desenvolvimento equilibrado do território, com redução das desigualdades, proteção à criança, saneamento básico, políticas de responsabilidade social e ambiental das empresas e assim por diante.

De fato a ONU considera que após cumprido o prazo relativo aos Objetivos do Milênio - ODM de 2015, serão estabelecidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, que representam uma série de metas para reduzir a pobreza, promover a prosperidade global e o avanço social e proteger o meio ambiente (<http://www.onu.org.br/grupo-de-trabalho-que-vai-criar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-e-criado-pela-onu/>).

Ao nível local isso implica organizar uma gestão sustentável do território o qual passa por organizar um conjunto de políticas, de critérios de seleção de projetos, de sistemas de informação e de priorização de financiamentos. O objetivo é que a sustentabilidade se torne não um setor, mas uma forma de traçar políticas de desenvolvimento em todas as áreas da gestão pública.



Quando falamos em gestão local, estamos nos referindo em geral ao município, unidade básica de gestão no país. Mas o conceito também pode se referir a um grupo de municípios que tenha problemas em comum, como os que pertencem a uma mesma bacia hidrográfica.

Essa visão flexível da definição do território permite, por exemplo, a organização de consórcios intermunicipais para o gerenciamento de resíduos sólidos, reduzindo os custos desse processo. Um conjunto de municípios também pode definir uma marca ou “selo” verde dos produtos regionais, a fim de ganhar mercados novo se de melhor qualidade.

### GESTÃO INTEGRADA E EFICIENTE PARA A SUSTENTABILIDADE

O Brasil é composto por 5.565 municípios. Por isso que as gestões integradas e eficientes no nível local são importantes para a sustentabilidade do país como um todo, assim como a eficácia das políticas nacionais e estaduais depende da capacidade de gerenciamento no plano municipal, onde os projetos são desenvolvidos.

O Brasil apresenta hoje uma população urbana de 85% do total de seus habitantes. Isso significa que um conjunto de atividades que antes eram realizadas em áreas rurais foi concentrado nos centros urbanos, o que demanda políticas públicas como saneamento básico, coleta e destino final de resíduos sólidos, sistemas de mobilidade urbana, etc. O adensamento urbano exige políticas articuladas e planejadas estrategicamente.



A urbanização levou também a uma mudança na relação entre cidade e campo, pois a expansão dos núcleos urbanos fez com que as áreas rurais passassem a ser administradas a partir das cidades. Em decorrência disso, a visão sobre sustentabilidade passa a ser de integrar o urbano e o rural, no que tem sido chamado de “rurbano”.

Tal articulação tem sido essencial para a sustentabilidade municipal, graças a possibilidade de desenvolver sistemas de compras locais, organização de cinturões verdes, de hortifrutigranjeiros, de produção local dos produtos da merenda escolar e assim por diante. Políticas públicas organizadas dessa forma têm a vantagem de viabilizar tanto a sustentabilidade ambiental, quanto a geração de emprego e o crescimento econômico local.

#### ESTABELECEMETAS E PRAZOS CONCRETOS

Uma das vantagens dos sistemas locais de gestão é a possibilidade de definir políticas adequadas às condições diferenciadas dos municípios brasileiros.



Nesse sentido, a eficiência da gestão da sustentabilidade não está relacionada a um guia de regras, mas à flexibilidade de processos de gestão que correspondam de maneira ajustada aos desafios de cada localidade.

O Programa Cidades Sustentáveis aponta rumos para um desenvolvimento equilibrado nas suas várias dimensões. A materialização dessas idéias será diferente de acordo com o território de cada cidade, o nível de desenvolvimento atingido, a vocação local ou regional, as situações climáticas, diferenças culturais, entre outros.

Uma ferramenta útil de gestão local para a sustentabilidade é a definição de uma vocação dominante que possa servir de fio condutor para a comunidade no seu conjunto.

Há regiões que definiram a sua vocação como turística, ou de fruticultura, ou como polo tecnológico, ou nodo logístico, ou de negócios, ou gastronômica, segundo as variadas situações.

Isso não reduz as opções de desenvolvimento econômico, mas, ao contrário, traça um eixo integrador de políticas, em torno do qual podem ser construídas opções para os mais diferentes setores produtivos e de serviços. Essa vocação define em boa medida uma identidade local, frequentemente articulada com uma vocação regional, a exemplo de uma rede de pequenas cidades turísticas de determinado litoral. Também permite que o município trilhe um caminho sustentável de longo prazo, evitando descontinuidades políticas.

O plano de metas solicitado aos candidatos, por sua vez, leva os postulantes a cargos públicos e partidos a apresentarem um planejamento concreto para boa gestão municipal.

No Programa Cidades Sustentáveis, recomenda-se a apresentação de um plano de metas pelo prefeito eleito, com indicadores a serem atingidos. Para os eleitores, a prática favorece uma compreensão dos desafios que a sua cidade enfrenta e dos potenciais que apresenta, além de possibilitar o acompanhamento das realizações municipais.



## ASSEGURAR A IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS DE DECISÃO

Embora não haja regras predefinidas, e cada cidade deva definir os seus rumos e as suas prioridades, são necessárias políticas adequadas de gestão, sistemas de planejamento e processos democráticos de tomada de decisão.

A compreensão mais ampla dos desafios pelos agentes locais de transformação e pelos cidadãos em geral previnem custos desnecessários. Nesse sentido, o planejamento

municipal deve dividir com a sociedade as discussões sobre as propostas de gestão e seus impactos sobre a sustentabilidade.

Como os recursos do município são limitados, os investimentos devem ser feitos com base em prioridades. Os municípios pequenos, em particular, dependem de repasses estaduais e federais. A tabela a seguir mostra o quanto as cidades conseguem levantar de recursos próprios e revela as restrições financeiras dos cerca de 4.900 municípios de menos de 50 mil habitantes:

### Participação da Receita Própria na Receita Total dos Municípios

% da Receita Bruta	2004	2005	2006	2007	Média
Total	36,2	34,8	34,3	35,5	35,2
Pop > 1.000.000	53,9	54,9	54,4	55,7	54,7
1.000.000 > Pop > 300.000	41,5	40,1	39,1	40,5	40,3
300.000 > Pop > 50.000	33,7	30,7	30,3	31,4	31,5
Pop > 50.000	15,8	14,7	14,7	15,5	15,2

Fonte: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055514.PDF>

Em termos gerais, os municípios dependem de aportes para quase dois terços dos seus recursos. No caso dos municípios pequenos, os recursos próprios são ainda mais limitados. De forma geral, o acesso a esses recursos tem relação com a capacidade de elaboração de políticas públicas e projetos consistentes, com definição clara sobre a política de sustentabilidade adotada e fornecimento de dados que sustentem esses programas.

### GARANTIR A TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

A eficiência na gestão das políticas sustentáveis depende da qualificação dos gestores, dos compromissos da equipe política e, especialmente, da transparência da gestão e da participação da população na tomada de decisões.

Nos últimos anos vêm ocorrendo avanços no campo da transparência. A Lei da Transparência Pública, que entrou em vigor em maio de 2012, criou o marco jurídico da transparência para todas as esferas da gestão pública.

A administração municipal terá um papel chave na transformação da cultura política local a partir desses novos mecanismos legais. Para isso, deverá ser proativa na divulgação da lei por meio de discussões e fornecimento de dados sobre o município, com fácil acesso às informações.

A evolução das tecnologias de tratamento, análise e transmissão de informação facilitam as ações de transparência. Um município do Paraná, por exemplo, colocou à disposição todos os dados da Secretaria Municipal da Fazenda. Além disso, boa parte das cidades possui banda larga para transmissão de dados pela Internet, o que torna a transparência tecnicamente possível e barata.

O processo também é favorecido pela multiplicação de organizações da sociedade civil que pesquisam e analisam os dados municipais, de maneira independente.

Há exemplos de administrações que pensaram na formação de uma nova geração de jovens que entendam efetivamente a sua cidade e a sua região, inserindo o estudo do local no currículo escolar. É o caso do município de Pintadas, na Bahia, onde as tecnologias do uso sustentável do solo, com as particularidades do semiárido, foram incluídas no currículo escolar. Em Santa Catarina, o governo do Estado criou o programa Minha Escola, Meu Lugar, que inclui no currículo escolar o estudo da própria localidade onde a criança mora.

### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

#### OBJETIVO GERAL



Implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.

Promover a gestão eficiente é obter êxito na realização dos objetivos que contemplem os interesses comuns. O planejamento estrutura a visão de desenvolvimento, a execução e a forma de como vamos atingi-lo, ao mesmo tempo que a avaliação contínua permite aprimorar as ações. (Ver: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/4>>).

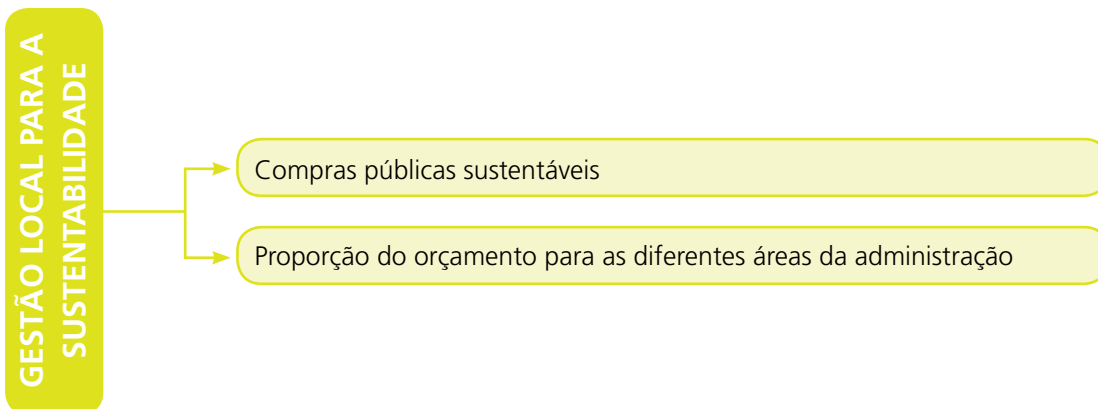
#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reforçar os processos de Agenda 21 e outros que visam o desenvolvimento sustentável local e regional e integrá-los, de forma plena, ao funcionamento da administração em todos os níveis.
- Realizar uma gestão integrada e eficiente para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução sobre o Ambiente Urbano e seu entorno.
- Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos do Programa Cidades Sustentáveis, bem como um programa de monitoramento destes Compromissos.

- Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão nos níveis urbano e regional, assim como uma política de gestão de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.
- Garantir a transparência administrativa e envolver atores diversos para monitorar e avaliar o desempenho, tendo em vista o alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas.

## INDICADORES REFERENTES AO EIXO GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



### OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os dois indicadores do eixo focam em ações internas da gestão pública. A implantação das compras sustentáveis na administração municipal é um exemplo para outros órgãos do município e incentiva o desenvolvimento de fornecedores com processos de produção sustentáveis. Essa preocupação deve ser explicitada na parcela do orçamento destinada a capacitar os diferentes setores da prefeitura na busca de soluções sustentáveis para os desafios que a cidade enfrenta.

### DICAS DE GESTÃO

1. Gestão municipal participativa: a gestão participativa é uma das formas mais modernas de se governar, pois torna a população corresponsável pela administração da cidade. A eficiência administrativa está diretamente relacionada a uma gestão participativa, de forma que o Executivo municipal deve constantemente criar instrumentos e espaços para a participação popular.





2. Gestão 2.0: introdução de novas tecnologias e sistemas de gestão privada no ambiente público, bem como Parcerias Público Privadas (PPPs), a fim de melhorar e ou integrar os serviços oferecidos à população. Além disso, deve-se procurar desburocratizar processos e colocar os serviços on-line para os cidadãos.
3. Gestão sustentável do território: implantação de processos da Agenda 21 Local, visando à criação de um plano local de participação para o desenvolvimento sustentável, com definição de prioridades e ações de curto, médio e longo prazos.
4. Gestão estratégica integrada: estabelecimento de planos estratégicos que envolvam diferentes setores e levem em consideração as diretrizes estabelecidas no plano de metas. Visa ao bom uso do dinheiro público, à continuidade de programas e projetos municipais e à eficiência administrativa.
5. Consórcios intermunicipais: os consórcios intermunicipais funcionam de modo colegiado e trabalham no planejamento regional para a solução de problemas comuns de cidades de uma mesma região. Os projetos podem abranger áreas como da saúde, tratamento de resíduos sólidos, entre outras.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre gestão local para a sustentabilidade, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### MURCIA, ESPANHA

#### **Estratégia Local para Combater as Mudanças Climáticas**

Em 1994, a cidade de Murcia assinou a Carta de Aalborg, conhecida como Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade ( Ver: [http://sustainable-cities.eu/upload/pdf\\_files/ac\\_portuguese.pdf](http://sustainable-cities.eu/upload/pdf_files/ac_portuguese.pdf)). O documento foi firmado na Conferência Europeia sobre cidades sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, em 1994.

Desde então, o município de Murcia tem se comprometido a combater o aquecimento global, adotando medidas que estão reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. É uma série de ações geradas por atividades urbanas alinhadas com os objetivos do Protocolo de Quioto. A meta dessas ações, conhecida como "Trio20", prevê a redução da emissão de CO2 em 20% em 2020, aumento da eficiência energética em 20% e do uso de energias renováveis em 20%.

A proposta foi apresentada à população em outubro de 2007 e publicada no portal da cidade. Desde então, está aberta a sugestões e ideias de todos os cidadãos. Apresenta uma tabela com 115 ações, que detalha os prazos,

atores e indicadores de monitoramento. Mais de 48.000 toneladas de CO2 por ano já foram reduzidas por meio dessas ações. (Ver: <[www.murcia.es/medio%2Dambiente/medio-ambiente/cambio-climatico.asp](http://www.murcia.es/medio%2Dambiente/medio-ambiente/cambio-climatico.asp)>).

## ÖRESUND, DINAMARCA E SUÉCIA

---

### Transição urbana

Com uma população de 3,8 milhões de pessoas, numa região que une o Sul da Suécia e o Leste da Dinamarca, Öresund pretende ser um pólo regional de sustentabilidade, inovação

e tecnologias verdes para a Europa. Nessa área, instituições acadêmicas, autoridades regionais, e empresas de tecnologia limpa trabalham num projeto de mudanças urbanas sustentáveis denominado Transição Urbana Öresund. (Ver: <[www.urban-transition.org/urban-transition-oresund](http://www.urban-transition.org/urban-transition-oresund)>).

## XAPURI, AC

---

### Fábrica de preservativos masculinos de Xapuri

A implantação de uma fábrica de preservativos masculinos, no município de Xapuri, visa a promover a conservação da cobertura vegetal da maior área extrativista do Estado. Contribui

para o desenvolvimento autossustentável do Acre, por meio da geração de emprego e renda nos municípios de Xapuri, Capixaba e Brasiléia. O projeto fortalece a economia extrativista do látex nativo e agrega valor como forma de elevar a qualidade de vida dos seringueiros.

## CAMPINA GRANDE, PB

---

### Reassentamento da Favela da Cachoeira

O Projeto de Reassentamento da Favela Cachoeira teve como objetivo realizar um trabalho articulado entre a equipe técnica social, comunidade e órgãos parceiros, de modo

a promover o reassentamento da população nos Conjuntos Glória I e II, oferecendo 670 moradias em condições sanitárias e ambientais adequadas. Isso possibilitou mudanças psicossociais e econômicas que melhoraram a qualidade de vida dessas famílias.

## SITES RELACIONADOS

---

### São Paulo, SP - Lei do Plano de Metas

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/38](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/38)

### Búzios, RJ – Cidade inteligente

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/160](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/160)

**Woking, Inglaterra - Descentralização de Geração de Energia**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/35](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/35)

**Viena, Áustria - Compras Ecológicas na Prefeitura de Viena**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/103](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/103)

**Heidelberg, Alemanha - Criação de um Quadro de Gestão Integrada de Recursos**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/34](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/34)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

**Sistema de Convênios do Governo Federal**

[https://www.convenios.gov.br/portall/avisos/CARTILHA\\_SICONV\\_PARA\\_MUNICIPIOS\\_-\\_Jan\\_13-1.pdf](https://www.convenios.gov.br/portall/avisos/CARTILHA_SICONV_PARA_MUNICIPIOS_-_Jan_13-1.pdf)

**Contratações Públicas Sustentáveis/  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>

**Gestão Municipal Responsável**

<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/cartilha.pdf>

### LEGISLAÇÃO

**Plano Nacional de Saneamento Básico**

Lei nº 11.445/2007

**Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Lei nº 12.305/2010

**Estatuto da Cidade**

Lei nº 10.257/2001

**Política Nacional de Recursos Hídricos**

LEI nº 9.433/1997

### WEBSITES

**Ministério das Cidades**

[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

**Agência Nacional de Águas -**

[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

**Programa de Modernização do Setor de Saneamento**

[www.pmss.gov.br](http://www.pmss.gov.br)

**Ministério do Meio Ambiente**

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

**Portal dos Convênios**

[www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)

**Secretaria Nacional de Economia Solidária**

[www.mte.gov.br/ecosolidaria](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria)

**Ministério do Trabalho**

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

**Instituto Nacional de Gestão Pública**

[www.ingep.com.br](http://www.ingep.com.br)

**Programa Cidades Sustentáveis**

[www.cidadessustentaveis.org.br](http://www.cidadessustentaveis.org.br)

## INSTITUTOS

### Instituto Nacional de Gestão Pública

[www.ingep.com.br](http://www.ingep.com.br)

### Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade

[http://sustainable-cities.eu/upload/pdf\\_files/ac\\_portuguese.pdf](http://sustainable-cities.eu/upload/pdf_files/ac_portuguese.pdf)

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, R. et al (orgs). **Guia de compras públicas sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

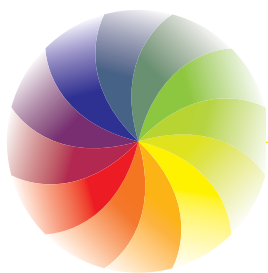
CAVALCANTI, B. S. et al (orgs.)

**Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

CONTI, D. M. **Estado Empreendedor e Descentralização**. In: Nova Gestão Pública; ERKENS, R. (Org.). São Paulo: IFNB, 2010.

DOWBOR, L; **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.



# PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

## I. O QUE ENTENDEMOS POR PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO



O planejamento urbano engloba concepções, planos e programas de gestão de políticas públicas, por meio de ações que permitam harmonia entre intervenções no espaço urbano e o atendimento às necessidades da população. O planejamento identifica as vocações locais e regionais de um território, estabelece as regras de ocupação de solo e as políticas de desenvolvimento municipal, buscando melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O desenho urbano é uma atividade que visa à transformação das formas urbanas e seus espaços, ao trabalhar a aparência, a disposição das construções e as funcionalidades dos municípios. Dessa forma, funciona como um instrumento para reduzir os impactos negativos que a urbanização desequilibrada provoca no meio ambiente e possui papel estratégico nos projetos de integração regional.

No caso do Brasil, a urbanização acelerada das últimas décadas, realizada sem o devido planejamento, agravou o quadro de exclusão social e violência urbana que fora gerado por um modelo econômico concentrador de renda e por crises como a recessão mundial do final da década de 1970 e a crise da dívida da América Latina, no início da década de 1980.

A urbanização em larga escala também cria desafios de como atender o crescimento do contingente populacional em sua demanda por bens e serviços de primeira necessidade, como alimentos, água, energia, assistência médica, ensino, redes de saneamento básico, moradia acessível e em número suficiente.

Isso faz com que os gestores se deparem com necessidades complexas da população por infraestrutura, sistemas eficazes de abastecimento da cidade pelo campo, quantidade de profissionais públicos e qualificados que atuem nos serviços de Educação e Saúde, política de limpeza pública, entre outros equacionamentos sofisticados.

Em vista do aumento populacional, do crescimento da renda que permitiu uma expansão da massa consumidora, dos fluxos populacionais entre diferentes regiões e das demandas metropolitanas, observáveis em diversas partes do mundo, o comitê de Meio Ambiente da União Europeia recomenda a adoção de um novo modelo de cidade. Ao invés da aglomeração e fragmentação das grandes metrópoles, a entidade defende o padrão baseado em cidades compactas, mas que apresentem multifuncionalidades.



Ou seja, possuam uma rede de serviços capilarizada em seu território não muito extenso, o que permite à população ser suprida em suas necessidades e anseios sem que precise percorrer grandes distâncias.



As consequências positivas para o meio ambiente são evidentes. A redução dos deslocamentos urbanos diminui, por exemplo, a emissão dos gases de efeito estufa provocada pelos meios de transporte e mesmo pelo fluxo de gente.

Reduzem-se, também, as demandas por grandes malhas estruturais, como longas artérias automobilísticas, comuns nas metrópoles brasileiras.

As menores dimensões e uma boa cobertura dos serviços e equipamentos em geral também possibilitam maior capacidade de transformação das áreas degradadas em espaços de convívio para a comunidade, com oferta de áreas verdes, de lazer, cultura e moradias revitalizadas, a exemplo do que foi realizado no antigo lado oriental da cidade de Berlim. Na capital alemã, grandes prédios brutalizados do período comunista foram recuperados e deram lugar a moradias para estudantes e artistas de toda a Europa a preços bem mais acessíveis que em capitais como Paris ou Londres.

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER O PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

### ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DIRETOR

<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm>

O Estatuto da Cidade é a denominação da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política Urbana”, da Constituição Federal. O documento tem por objetivo garantir o direito de todos os cidadãos às oportunidades que a vida urbana oferece, definir as diretrizes a serem seguidas pelos municípios ao elaborar suas políticas urbanas, tendo em vista que devem ser voltadas a viabilizar cidades justas. Em consequência, irão possibilitar a todos exatamente o desfrute dos inúmeros benefícios da urbanização, em contraponto aos efeitos colaterais da metropolização desorganizada.

De acordo com o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deve ser aprovado por lei municipal para, em seguida, tornar-se instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Como parte de todo o processo de planejamento municipal, o Plano Diretor, que orienta localmente a implantação do Estatuto da Cidade, deverá estar integrado ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias futuras e ao orçamento anual. Ele deve ser elaborado com a participação de toda a sociedade, cujos representantes devem apresentar ideias sobre os rumos do município e acompanhar a execução das propostas aprovadas no estatuto. Experiências que podem servir de modelo encontram-se no site do Ministério das Cidades (Ver: <<http://migre.me/dGnfa>>).

### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

#### OBJETIVO GERAL



Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

Planejar a estrutura da cidade e o seu crescimento resultará em mais qualidade de vida, permitirá à gestão municipal antecipar as saturações contemporâneas que as cidades apresentam, traçar políticas públicas que previnam esses problemas e realçar os pontos fortes do município. (Ver: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/5>>).

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas.
- Evitar a expansão urbana no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, com a recuperação dos ambientes urbanos degradados, assegurando densidades urbanas apropriadas.

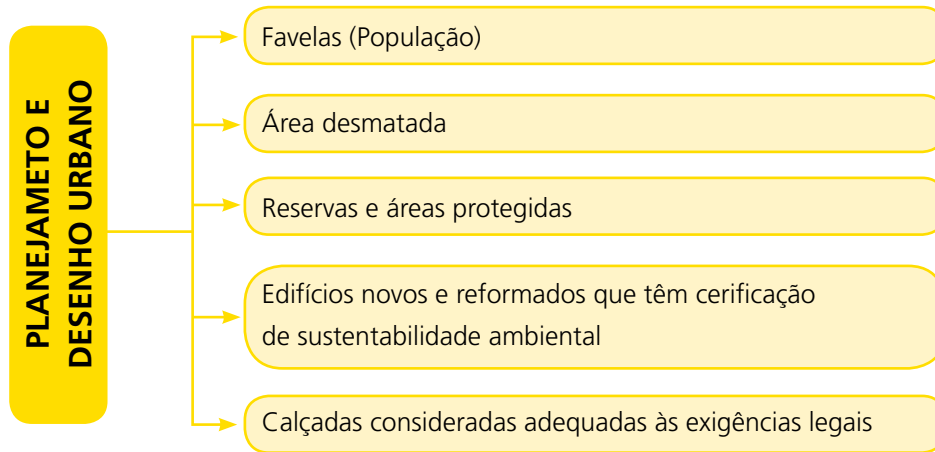
- Assegurar a compatibilidade de usos do solo nas áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, transportes, habitação e equipamentos socioculturais e esportivos, dando prioridade ao adensamento residencial nos centros das cidades.
- Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano.
- Adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis, respeitando e considerando os recursos e fenômenos naturais no planejamento.



O objetivo deste eixo é fomentar ideias inovadoras e ações para solucionar os problemas urbanos. Entre essas ideias podem estar o reaproveitamento de áreas degradadas (centros, região de porto, áreas industriais), o adensamento de áreas urbanas e o planejamento do uso do solo, que são primordiais para o desenvolvimento sustentável.

## INDICADORES REFERENTES AO EIXO PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



### Os BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Embora todo cidadão tenha direito à moradia, parcelas da população enfrentam as dificuldades provocadas pelos déficits habitacionais. Com efeito, o objetivo dos indicadores é acompanhar e gerar ações para diminuir essas carências em áreas como favelas; preservar ou recuperar a biodiversidade em áreas desmatadas e reservas ambientais; indicar a construção ou recuperação de edifícios sustentáveis com certificação e a instalação de calçadas que permitam a mobilidade urbana adequada e atendam às exigências legais.

### DICAS DE GESTÃO

1. Política de adensamento urbano: promoção de políticas que especifiquem o adensamento das áreas urbanas já consolidadas, evitando que a cidade se expanda ainda mais em seu território.

2. Recuperação de áreas degradadas: restauração de espaços urbanos degradados por meio da implantação de políticas públicas que visem à qualidade de vida, sustentabilidade e à criação de áreas multifuncionais e criativas para o convívio coletivo.

3. Política de Urbanismo Verde: incentivo ao plantio e à distribuição de árvores ao longo do território municipal, especialmente para criação de corredores ecológicos e a consolidação de um urbanismo verde que se reflita positivamente na qualidade do ar, no clima e no bem-estar social.

4. Programa de Construções Públicas Sustentáveis: implantação de projetos de construção civil que tragam soluções aos problemas ambientais relacionados à atividade desse setor. Um dos caminhos para isso poderia ser a concessão de Selos Verdes a empreendimentos que utilizem mão de obra e materiais locais; aproveitem resíduos sólidos nas obras; empreguem técnicas e materiais que possibilitem a



redução do consumo energético; usem madeira certificada; priorizem materiais não tóxicos; captem e utilizem águas de chuva para diminuir o consumo de água tradicional; construam telhados verdes, com vegetação no topo do edifício que contribui para regulação climática no interior do prédio e atrai pássaros, entre outras características arquitetônicas sustentáveis.

5. Mobilidade Urbana Integrada e Sustentável: redesenho do espaço urbano que priorize o transporte não motorizado - a exemplo

das caminhadas, do uso de bicicletas – e o integre às diferentes redes de condução pública (ônibus, metrô, trens), a fim de reduzir a circulação de veículos motorizados particulares, muitas vezes subaproveitados por apenas uma pessoa em seu interior. Tal iniciativa, se ganhar a devida dimensão, pode restringir a emissão de gases poluentes e de efeito estufa, os custos ambientais, o desgaste das malhas rodoviárias e incentivar o emprego de energias renováveis e menos poluentes.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre planejamento e desenho urbano, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

#### **URBAN TNS**

[www.thenaturalstep.org/sites/all/files/urban\\_tns.pdf](http://www.thenaturalstep.org/sites/all/files/urban_tns.pdf)

Desenvolvido na Suécia, o URBAN TNS® é um instrumento aplicável a qualquer município, ou mesmo a um bairro ou empreendimento imobiliário, independentemente do seu porte. Auxilia a administração na tarefa de acordar os anseios dos diferentes setores da sociedade, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Tem sido adotado com resultados positivos em países da Europa, Ásia, África e do continente americano.

Baseado em princípios científicos de sustentabilidade, o URBAN TNS® possibilita um detalhado levantamento da situação do município, a identificação de boas iniciativas já existentes e a criação de um plano de ações prioritárias. Sua execução une os governos e a sociedade.

## ECO-VILAS, ECO-BAIROS E CIDADES EM TRANSIÇÃO

---

<http://mbecovilas.wordpress.com/ecovilas/>  
[http://www.ecobairro.org.br/site/dna\\_economia.html](http://www.ecobairro.org.br/site/dna_economia.html)

Ecovilas são comunidades rurais ou urbanas de pessoas que buscam integrar um ambiente social e um estilo de vida de baixo impacto ecológico. Para atingir esse objetivo, as ecovilas adotam construções de baixo impacto, produção verde, energia alternativa e práticas de fortalecimento da comunidade. Similarmente há propostas para Eco Bairros em desenvolvimento no Brasil.

Ao mesmo tempo, o movimento das Cidades em Transição (Transition Towns) tem como objetivo transformar os municípios em modelos sustentáveis, menos dependentes do petróleo, mais integrados à natureza e resistentes a crises externas, tanto econômicas como ambientais. A Rede Transition Network (<http://www.transitionnetwork.org/>) foi fundada com a missão de encorajar e dar suporte e treinamento às comunidades com base nesses princípios.

## BUENOS AIRES, ARGENTINA

---

### Renovação urbana

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470>

Buenos Aires tinha problemas históricos em relação ao descarregamento de navios em sua costa, devido à baixa profundidade do Rio da Prata. Com o apoio da cidade espanhola de Barcelona, a municipalidade portenha desenvolveu, em 1991, um notável projeto de renovação urbana. Concebido de forma a incorporar o porto à cidade, como uma extensão do seu centro, nasceu a região

de Puerto Madero, um dos 48 bairros que compõem a agradável cidade de Buenos Aires.

Para efetivar essa iniciativa, a gestão municipal realizou estudos para revitalização da região e organizou um concurso nacional de ideias que embasassem o Plano Diretor do bairro.

O caso de Puerto Madero demonstra como políticas públicas de renovação urbana de áreas degradadas podem ser exitosas quando bem planejadas e recebem a participação da sociedade.

## SITES RELACIONADOS

---

### Portland, Estados Unidos - Crescimento Inteligente

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/42](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/42)

### Totnes, Inglaterra - Cidades em Transição, desenhando comunidades sustentáveis

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/151](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/151)

### Malmö, Suécia - Ecocidade de Augustenborg

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/39](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/39)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

#### Banco de Experiências de Planos Diretores

<http://www.cidades.gov.br/index.php/planejamento-urbano/392-banco-de-experiencias>

#### Cartilha Plano Diretor: Participar é um direito!

[http://www.direitoacidade.org.br/publicacoes\\_interno.asp?codigo=195](http://www.direitoacidade.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=195)

#### Estatuto da Cidade – para compreender

[http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost\\_files/cartilha\\_estatuto\\_cidade.pdf](http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/cartilha_estatuto_cidade.pdf)

#### Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas

<http://www.capacidades.gov.br/noticia/59/Implementacao+de+Acoes+em+Areas+Urbanas+Centrais+e+Cidades+Historicas+Manual+de+Orientacao#!prettyPhoto>

#### O Estatuto da Cidade para compreender

<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/24/06.pdf>  
[http://terra-geog.lemig2.umontreal.ca/donnees/Projet%20Bresil/urbanisation/cartilha\\_estatuto\\_cidade%20cef.pdf](http://terra-geog.lemig2.umontreal.ca/donnees/Projet%20Bresil/urbanisation/cartilha_estatuto_cidade%20cef.pdf)

#### Vamos mudar nossas cidades

[http://www.direitoacidade.org.br/publicacoes\\_interno.asp?codigo=210](http://www.direitoacidade.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=210)

### LEGISLAÇÃO

#### Estatuto da Cidade

Lei Nº 10.257/2001

#### Capítulo sobre a política urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183).

#### Política Nacional de Saneamento Básico

LEI Nº 11.445/2007

### WEBSITES

#### Ministério das Cidades

[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

#### Ministério do Meio Ambiente

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

#### Nações Unidas

[www.un.org](http://www.un.org)

#### The Natural Step

[www.thenaturalstep.org](http://www.thenaturalstep.org)

#### The Cities Programme

<http://citiesprogramme.com>

#### Transition Towns

[www.transitionnetwork.org](http://www.transitionnetwork.org)

#### UN-HABITAT

[www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)

## INSTITUTOS

### Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

<http://www.ibam.org.br/>

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. (Org.). **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2009.

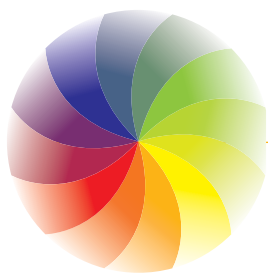
NGAH, I. **Urban planning a conceptual framework**. Jurnal Alam Bina Jilidno.1, 1998.

ONU. **Urban Planning for City Leaders**. Nairobi, 2004.

ROMERO, M. A. B. **O Desafio da Construção de Cidades Sustentáveis**. UNB. Brasília: LaSUS - Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e Urbanismo, 2011.

SPANGENBERG, J. **Retroinovação– Enverdecimento Urbano: Uma Antítese ao Aquecimento**. In: Revista Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: ano 23, nº. 167, fev. de 2008.

UE. **Cidades de Amanhã: Desafios, visões e perspectivas**. Bruxelas, 2011.



# CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

## I. O QUE ENTENDEMOS POR CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

A cultura para a sustentabilidade é um fator necessário à integração entre os diversos setores da administração municipal, pois também leva à valorização da identidade local, da gestão participativa e contribui para fomentar a produção local.

O desenvolvimento sustentável requer a promoção de uma prática cultural que respeite e valorize a diversidade, o pluralismo, o patrimônio natural, a preservação das heranças naturais e artísticas e abra espaço à participação dos cidadãos; dessa forma as dinâmicas culturais surgem como possibilidade de ampliação do espaço público, ao oferecer novos instrumentos de sociabilização e apoio à formação do cidadão.

O acesso aos bens culturais deve ser universal, com o fornecimento de equipamentos adequados pelo Poder Público, e ampla participação da sociedade nas diferentes formas de expressão cultural.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Cultura, lançado em 2010 pelo Ministério da Cultura, estabelece que políticas culturais devem reconhecer e valorizar o capital simbólico, por meio do estímulo às suas múltiplas manifestações, o que cria laços de identidade entre os brasileiros. A cultura também deve ser vista e aproveitada como oportunidade para geração de trabalho e renda.

! Dessa maneira, o planejamento municipal precisa considerar a dimensão cultural como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável. Essa variável tem relação com as raízes de uma determinada população, agregando valor para compreensão do passado e visualização do futuro.

As comunidades crescem e se aprimoram a partir da preservação de suas manifestações culturais, que em particular reforçam um senso de identidade local, motivo pelo qual a gestão municipal deve adotar políticas públicas para a promoção e inclusão cultural.

## II. CONDIÇÕES PARA DESENVOLVER UMA CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

### POLÍTICAS CULTURAIS

Como vimos, os municípios devem implementar políticas públicas que valorizem a diversidade cultural, protejam o patrimônio natural, preservem as heranças culturais e artísticas e abram espaço para a participação dos cidadãos. O objetivo é criar uma cultura de relação dos moradores com a cidade e seus próprios bairros.

### CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO

Outro elemento importante para a cultura da sustentabilidade é o incentivo a campanhas de educação para a cidadania, pois essa compreensão é peça chave ao engajamento dos indivíduos na construção de uma cidade sustentável. Isso pode ser feito por meio da destinação de recursos a campanhas de comunicação que visem, por exemplo, a orientar o comportamento dos cidadãos no cuidado com o patrimônio público. A ideia é estabelecer uma co-responsabilidade na preservação do local onde vivem.

### CRIAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS

A criação de centros culturais, casas de cultura, bibliotecas, bem como a modernização dos equipamentos públicos, é fundamental para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura. O Plano Nacional de Cultura prevê, por exemplo, que 100% dos municípios brasileiros tenham ao menos uma biblioteca pública em funcionamento e atinjam uma média de quatro livros lidos ao ano por pessoa, fora do aprendizado formal.

(Ver: <<http://pnc.culturadigital.br/>>).

### ADESÃO A CAMPANHAS MUNDIAIS

A projeção de uma campanha mundial tem força para mobilizar cidadãos locais numa lógica de conscientização e apoio aos movimentos mundiais, o que impacta o município. O estímulo local do Poder Público a esses eventos pode fortalecer a cultura coletiva da sustentabilidade nas cidades.

## III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

### OBJETIVO GERAL



Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos

e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.

A valorização da cultura local permite ao cidadão o reconhecimento de sua herança histórica e, ao município, a geração de riquezas. Dessa forma, o apoio da gestão pública pode transformar habilidades locais em fator de inclusão e de destaque para o município, produzindo atividades econômicas relacionadas (Ver: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/6>>).



## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

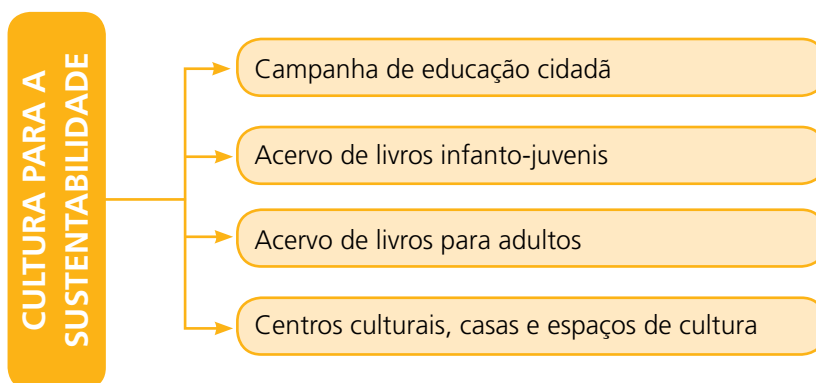
- Trabalhar para a formulação de parâmetros culturais (referências conceituais e metodológicas para as políticas públicas de cada ação ou equipamento); construir amplo diálogo social para desenvolver conceitos e práticas que religuem o ser humano à natureza, buscando incrementar a cultura do humanismo com os preceitos da sustentabilidade.
- Promover a gestão participativa envolvendo comunidade, profissionais da área cultural e gestores públicos.
- Garantir o amplo acesso aos espaços culturais existentes, promovendo múltiplos usos junto à população local, assim como disseminá-los para regiões que ainda não os possuem.

- Fomentar a criação e a produção cultural nas comunidades, observando sempre o valor das tradições culturais populares.
- Estabelecer acesso gratuito ou a preços simbólicos, nos equipamentos e espaços culturais públicos.
- Promover a cultura da sustentabilidade como área de integração entre os diversos setores da administração municipal.

! A construção de uma identidade local, que compreenda a diversidade de manifestações culturais, é parte importante no desenvolvimento de uma cidade sustentável. Dessa maneira, o fomento às expressões culturais torna-se uma política pública necessária para o avanço do município e a participação dos moradores.

## INDICADORES DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS REFERENTES AO EIXO CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



### Os BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores deste eixo focam no contato da população com as diferentes manifestações culturais. Têm início com a conscientização sobre o tema (campanhas de educação cidadã), passam pela oferta de livros (com bibliotecas em diferentes pontos do município) e chegam a espaços onde as formas de cultura se desenvolvam e interajam com a população. Por isso, o trabalho com esses indicadores permitirá acompanhar o desenvolvimento da Cultura.

### DICAS DE GESTÃO

1. Campanhas culturais: implantação de campanhas que incentivem os chamados “4Rs” (Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Reeducar), bem como a utilização de compostagens domésticas, de forma a diminuir o descarte de materiais oriundos das residências. Além disso, deve-se incentivar o processo de coleta seletiva.
2. Políticas culturais para a sustentabilidade: desenvolvimento de políticas culturais que valorizem o patrimônio natural da cidade e promovam a participação popular na preservação e construção de uma cidade sustentável.
3. Rede pública cultural: criação de centros culturais, casas de cultura, bibliotecas, assim como a modernização dos equipamentos públicos existentes, de forma a conseguir uma boa capilaridade em todo o território municipal.
4. Projeto “História da cidade”: adoção de um projeto que vise a contar a história da cidade nas escolas públicas e nos centros culturais, de forma a recuperar aspectos culturais do município. A formação de cidadãos conhecedores de suas raízes desperta o interesse sobre o local onde vivem, tornando cada um corresponsável pelo bem-estar da localidade.
5. Cultura na comunidade: fomento à produção cultural nas comunidades, com incentivos socioeconômicos, considerando-se o valor das tradições culturais populares.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre cultura para a sustentabilidade, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### PARATY, RJ

#### Um Centro Mundial da Literatura e Uma rede de Gastronomia Sustentável

A Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) foi inspirada em grandes festivais da Europa voltados para a literatura. Também são realizadas oficinas de poesia, de máscaras, de

cordel e de ilustração. A FLIP integra um projeto maior, que envolve ações nos espaços públicos com o objetivo de preservar e revitalizar o patrimônio histórico da cidade. É um evento que transforma, por alguns dias, a cidade brasileira situada no litoral do Estado do Rio em capital mundial da literatura. Além disso, Paraty possui uma rede de gastronomia sustentável, pela qual os restaurantes compram das famílias que produzem localmente.



## INDAIATUBA, SP

---

### **Programa VIDA - Valorização da Água**

O Programa VIDA (Valorização Indaiatubana da Água) promove uma série de apresentações teatrais nas escolas do município e reuniões com a comunidade para debater a situação dos recursos hídricos do município. É uma parceria entre a Prefeitura Municipal, por meio do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgotos) e da Secretaria Municipal de Educação, e o governo do Estado de São Paulo.

O programa foi lançado em 22 de março de 2011, no Dia Mundial da Água, com apresentação de uma peça teatral infantil. Durante as encenações, reuniões e palestras, os alunos do Ensino Infantil e Fundamental I recebem uma cartilha, em linguagem de história em quadrinhos, com o mesmo conteúdo da peça; cartelas de adesivos com ilustrações dos personagens e imãs de geladeira com mensagens informativas sobre o uso da água.

Programa VIDA (Ver: <[www.ambiental.indaiatuba.sp.gov.br](http://www.ambiental.indaiatuba.sp.gov.br)>)

## RECIFE, PE

---

### **Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque**

A Associação Beneficente Criança Cidadã, focada no trabalho social com jovens e crianças do grupo de risco da violência urbana, criou, em 2006, uma Escola de Música na comunidade do Coque, área de extrema pobreza, com cerca de 40 mil habitantes de Recife. Os objetivos eram de evitar a marginalização dos alunos; exercitar a cidadania, com ênfase na formação do cidadão; profissionalizar 130 jovens da comunidade pela música, com aprendizado de instrumentos de corda e percussão; realizar a

inclusão digital; promover o acompanhamento psicológico, pedagógico, com assistência médica e odontológica dos alunos, entre outros.

Entre os benefícios do projeto, foram observados um significativo aumento da massa corpórea e altura dos alunos, maior integração com a família, alfabetização dos alunos, redução na evasão escolar, entre outros. O programa foi viabilizado por meio de parcerias, que incluíram o Exército Brasileiro, responsável por abrigar as instalações da orquestra em sua unidade localizada no Coque.

## SITES RELACIONADOS

---

### **Araçuaí, MG - Araçuaí Sustentável**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/51](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/51)

### **Nova Olinda, CE - Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/53](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/53)

**Kamikatsu, Japão - Academia de Resíduos Zero**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/113](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/113)

**Adelaide, Austrália - Bairro Sustentável Criado por Moradores Locais**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/46](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/46)

**França - Festa da Música**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/47](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/47)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

**As metas do Plano Nacional de Cultura**

<http://www.cultura.gov.br/site/2012/06/27/plano-nacional-de-cultura-38/>

### LEGISLAÇÃO

**Plano Nacional de Cultura**

Lei nº 12.343/2010

### WEBSITES

**Ministério da Cultura**

[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

**Sistema Brasileiro de Museus**

<http://www.museus.gov.br/sbm/main.htm>

**Centro Cultural Banco do Brasil**

<http://www.bb.com.br/portalbb/home21,128,128,0,1,1,1.bb>

**Fundação Nacional das Artes (Funarte)**

<http://www.funarte.gov.br/>

**Lixo também pode virar arte**

<http://www.ecoviver.com.br/>

### INSTITUTOS

**Instituto Anima**

[www.institutoanima.org](http://www.institutoanima.org)

**Instituto Mais**

[www.institutomais.com.br](http://www.institutomais.com.br)

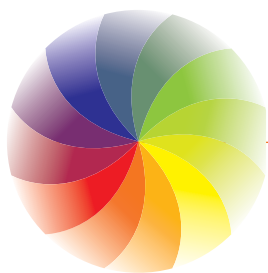
### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, V. F. de. **Cultura, Desenvolvimento Local, Solidariedade e Educação**. Campo Grande: I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, 2003.

KASHIMOTO, E. M. et al. **Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento**. Campo Grande: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Vol. 3. N. 4, p. 35-42, mar. 2002.

SANTOS, J. L. **O que é Cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

# EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA



## I. O QUE ENTENDEMOS POR EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

A educação para sustentabilidade objetiva o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade. Deve estar comprometida com uma abordagem ambiental que inter-relacione os aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos.

O tema ganhou ainda mais importância com a declaração, pela UNESCO, da Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, celebrada entre 2005 a 2014. O objetivo da década foi de incorporar os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem; isso implica em particular trabalhar pela inclusão social, a defesa da diversidade e a inclusão do tema da sustentabilidade nos currículos e propostas pedagógicas, conforme solicitado pelo Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Educação Ambiental.

Nesse contexto, a educação deve ajudar a construir pontes entre as necessidades da sociedade, a geração de riquezas e as práticas sustentáveis.

! A formação de cidadãos esclarecidos sobre o desenvolvimento sustentável ocorrerá na medida em que a escola possa informar os alunos sobre problemas sociais e ambientais, dentro de uma visão sistêmica; e uma educação de qualidade para todos.

! Paralelamente é preciso monitorar indicadores de Bem-Estar e Qualidade de Vida no Município de forma a tornar mais efetiva a Gestão Local; isso pode ser realizado implementando propostas de observatórios para essa finalidade aproveitando o modelo da Rede Nossa São Paulo ( <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/> ).

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

### EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1993, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO) criou a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século 21. O tema debatido pelo comitê foi o seguinte: "Que educação será necessária amanhã e para qual sociedade?".

Dessa reflexão, foi criada uma base teórica e prática para o que se chamou Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O programa destina-se a melhorar as condições futuras da sociedade a partir da qualificação dos estudantes para lidarem com os principais desafios da atualidade. Dentre eles, a proteção do meio ambiente, o respeito à biodiversidade e a defesa dos direitos humanos.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável reorienta o aprendizado sob os seguintes aspectos:

- Abordagem interdisciplinar, que integre as dimensões social, ambiental, econômica e cultural do desenvolvimento e esclareça sobre a interdependência entre pessoas e natureza;
- Desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de resolução de problemas;
- Incentivo ao diálogo, trabalho em equipe e ao espírito de iniciativa;
- Ensino de noções de paz, igualdade e respeito pelos seres humanos e pelos ambientes natural e social;
- Formação de professores e alunos visando à compreensão sobre os desafios da própria cidade.



Para essa finalidade as universidades podem contribuir como centros de pesquisas e documentação sobre a região em que atuam, possibilitando consultas científicas sobre o território em questão.

A educação evolui, assim, para o conhecimento sobre a gestão local.

## A CARTA DA TERRA

[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/carta\\_terra.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf)

O documento surgiu na ECO 92, no Rio de Janeiro, e abarca uma série de princípios básicos que devem reger o comportamento da economia e do meio ambiente, por parte dos povos e nações, visando a uma sociedade mais sustentável.

A **Carta da Terra** pode ser utilizada como:

- Ferramenta educativa para ampliar a compreensão sobre as decisões críticas que a humanidade deve tomar e a urgente necessidade de comprometer-se com formas de vida sustentáveis;
- Convite às pessoas, instituições e comunidades para que reflitam sobre as atitudes fundamentais e valores éticos da sociedade;
- Instrumento de diálogo entre diferentes culturas e credos, com relação à ética global e aos rumos da Globalização;
- Ferramenta para o desenho de códigos de conduta profissionais, que atendam aos preceitos de sustentabilidade;
- Base de dados para a elaboração de normas jurídicas ambientais voltadas ao desenvolvimento sustentável.

## ECOPEDAGOGIA — PARA REEDUCAR O OLHAR NA EDUCAÇÃO

[http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/palestra3\\_eco\\_educacao\\_sustentabilidade\\_gadotti\\_1998.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/palestra3_eco_educacao_sustentabilidade_gadotti_1998.pdf)

Este conceito nasceu na década de 1990 com o objetivo de reorientar educadores e comunidades sobre princípios de sustentabilidade, respeito à comunidade e ao meio ambiente. De acordo com essa idéia, os gestores públicos podem contribuir para formação de gerações mais conscientes se implantarem a educação socioambiental nos currículos escolares que vão do ensino infantil à universidade.

Entre as propostas de ecopedagogia nas escolas estão:

- Coleta seletiva do lixo;
- Hortas escolares;
- Reflorestamentos;

- Estímulos às expressões teatral, musical, artesanal e outras;
- Envolvimento do contingente escolar em ações de melhoria da cidade.

### PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PRONEA)

[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/pronea3.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf)

A Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério de Educação elaboraram, em 2005, o Programa Nacional de Educação Ambiental. A iniciativa foi resultado do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

## III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

### OBJETIVO GERAL



Integrar, na educação formal e não formal, valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.

A sustentabilidade dos municípios necessita de cidadãos bem informados. A educação ambiental pode transformar hábitos e construir uma sociedade apta ao desenvolvimento sustentável. Integrá-la de forma transversal a educação é o caminho para a transformação. (Ver: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/7>>).

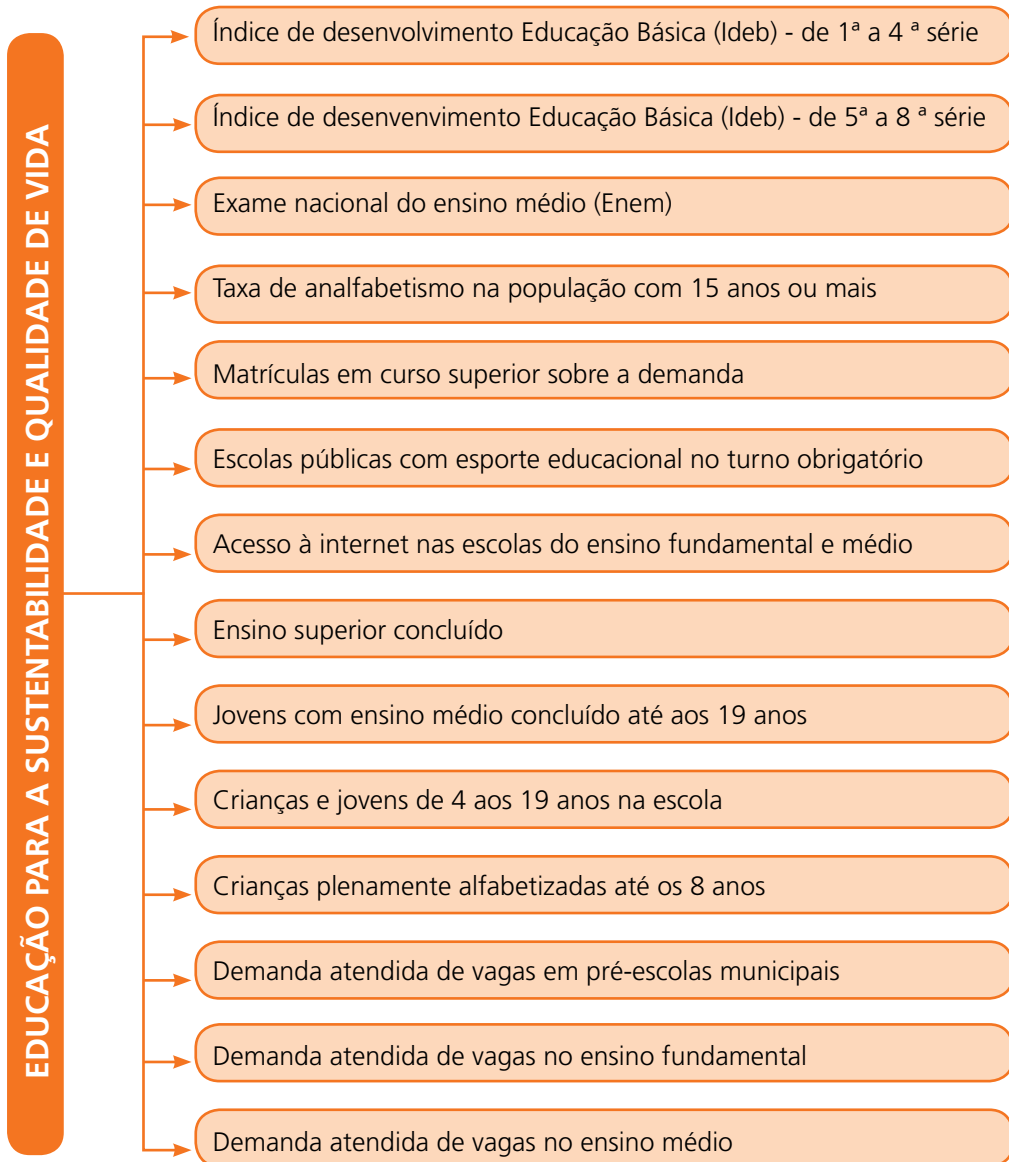
### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Prover a todos, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional.
- Garantir a implementação do tema da sustentabilidade de forma transversal nos currículos e propostas pedagógicas.
- Incentivar o papel dos meios de comunicação de massa na conscientização sobre os desafios socioambientais e sobre as mudanças culturais necessárias à sustentabilidade.

- Reconhecer a importância da educação ética, baseada em valores, para uma condição de vida sustentável.
  - Garantir a universalização e a qualidade do ensino em todos os níveis, assegurando a participação da comunidade na gestão escolar.
  - Prover a todos o ensino do esporte educacional, como maneira de se promover a auto estima, o desenvolvimento pessoal, o trabalho em equipe, o respeito à diversidade e a promoção da saúde.
- Promover a educação para sustentabilidade e a gestão local é trabalhar para integrar ensino e vida, conhecimento e ética em toda a sociedade.

### INDICADORES REFERENTES AO EIXO EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



## OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores deste eixo abordam os pontos-chave do ensino no país. Iniciam com a oferta de vagas nos diferentes níveis educacionais (pré-escola, ensino fundamental, médio e superior), passam pelos dados relacionados a qualidade da educação e finalizam com os índices de problemas instalados (índices de analfabetismo) e formas de aprimorar o acesso a educação (banda larga).

## DICAS DE GESTÃO

1. Educação para a era da sustentabilidade: inclusão do tema da sustentabilidade de forma transversal e multidisciplinar nos currículos e indicação de propostas pedagógicas que visem a formar uma nova geração que possa lidar com os desafios locais e globais.

2. Campanhas educativas: utilização dos meios de comunicação de massa – jornais, televisão, internet, rádio – no esclarecimento sobre os desafios socioambientais e as mudanças culturais necessárias à sustentabilidade.
3. Educação ambiental: adoção da disciplina de Educação Ambiental no currículo formal da educação básica, de forma a conscientizar crianças e jovens sobre as relações que os homens estabelecem com a natureza; e conforme recomendado pelo ProNEA.  
*<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>*.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre educação para a sustentabilidade e qualidade de vida, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### ITABUNA, BA

#### Sustenta Cidade

O Projeto “Sustenta Cidade”, conduzido em parceria entre a Prefeitura de Itabuna e a Empresa Municipal de Águas e Saneamento (EMASA), propõe a formação da Rede Itabuna, que integra ações de educação ambiental

e social. Essas ações envolvem diferentes segmentos da comunidade, num projeto que tem como público alvo principal as crianças. (Ver: <<http://www.itabuna.ba.gov.br/portal/m/noticias.php?id=66>>).

## PARANÁ

---

### Arranjos Educativos Locais

<http://www.fiepr.org.br/aell/wp-content/uploads/2010/08/Arranjos-Educativos-Locais-Augusto-de-Franco.pdf>

Os Arranjos Educativos Locais são clusters de aprendizagem, espécie de aglomerados locais de pessoas e organizações que se formam criando ambientes favoráveis às interações educativas.

São compostos por agentes comunitários de educação, pessoas que atuam individualmente ou representando uma organização social, empresarial ou governamental. Um projeto piloto foi instalado na comunidade de Campo Largo, em setembro de 2009, que visa, por meio da interação entre comunidade e indústria, apoiar o desenvolvimento de comunidades a partir da valorização dos ativos sociais, ambientais, culturais e econômicos já existentes.

## SÃO CARLOS, SP

---

### Curso online gratuito de segurança alimentar

[www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/curso-de-capacitacao-professores.html](http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/curso-de-capacitacao-professores.html)

Uma boa alimentação é fundamental para o desenvolvimento escolar. Dessa forma, a cidade de São Carlos, no interior do Estado de São Paulo, considerada referência em segurança alimentar, ofereceu aos professores da rede pública de

ensino um curso gratuito de capacitação à distância nessa área, inteiramente online.

O Projeto teve como objetivo capacitar os educadores em alimentação escolar, boas práticas de manipulação dos alimentos, normas sanitárias, elaboração de cardápios, educação nutricional e segurança alimentar. Aos professores e diretores foi solicitado que se cadastrassem no site da Prefeitura, no qual receberam uma senha para o uso de área restrita aos inscritos.

## SITES RELACIONADOS

---

### Santa Catarina - Minha Escola, Meu Lugar

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/49](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/49)

### Brasil - Educação GAIA - Design para Sustentabilidade

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/175](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/175)

### Mogi das Cruzes, SP - Aprendizagem escolar e práticas alimentares saudáveis em Mogi das Cruzes

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/234](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/234)

### Belfast, Reino Unido - Limpando as Ruas com Propaganda Direcionada

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/131](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/131)

### Xangai, China - Escolas de Xangai

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/237](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/237)

### Austrália - Iniciativa australiana por escolas sustentáveis (AuSSI)

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/50](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/50)





## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

#### **Publicações MEC**

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12814&Itemid=872](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872)

### LEGISLAÇÃO

#### **Política Nacional do Meio Ambiente**

Lei nº 6.938/81

#### **Política Nacional de Educação Ambiental**

Lei nº 9.795/99

### WEBSITES

#### **Biblioteca Mundial Digital**

<http://www.wdl.org/pt/>

#### **Canal da Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio**

<http://www.youtube.com/educachico>

#### **Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC)**

<http://www.cenpec.org.br/>

#### **Eco Futuro**

[www.ecofuturo.org.br](http://www.ecofuturo.org.br)

#### **Educação ambiental**

<http://www.icmbio.gov.br>

#### **Educar na cidade**

<http://www.educarnacidade.org.br/>

#### **Envolverde**

<http://envolverde.com.br>

#### **Fundação Tide Setubal**

<http://www.ftas.org.br/>

#### **Rede Nacional Primeira Infância**

<http://primeirainfancia.org.br/>

#### **Todos pela Educação**

<http://www.todospelaeducacao.org.br/>

#### **UNESCO Brasil**

[www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br)

### INSTITUTOS

#### **Instituto 5 elementos**

<http://www.5elementos.org.br/5elementos/>

#### **Instituto Arapyau**

[www.arapyau.org.br](http://www.arapyau.org.br)

#### **Instituto Paulo Freire**

[www.paulofreire.org.br](http://www.paulofreire.org.br)

#### **Rede da Sustentabilidade**

[www.sustentabilidade.org.br](http://www.sustentabilidade.org.br)

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BETTINE DE ALMEIDA. M. et al **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**

[http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade\\_vida.pdf](http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf)

BOFF, L. **Saber cuidar; ética do humano-compaixão pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo, Cultrix, 2012.

CAPRA. **Alfabetização Ecológica**; A educação das Crianças para um Mundo Sustentável. São Paulo : Cultrix , 2006.

DELORS, J. (coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 6. São Paulo: Cortez, Brasília, DF; MEC, 2001.

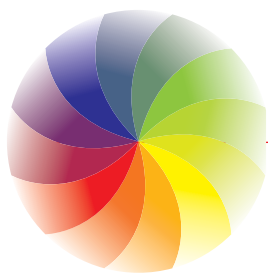
FREIRE , P. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GUEVARA, A. J. H. et al (orgs). **Educação para a Era da Sustentabilidade**. São Paulo: Saint Paul, 2011.

GUEVARA, A. J. H. **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Décadas das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Documento Final, Plano Internacional de Implementação**. Brasília, 2005.



# ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

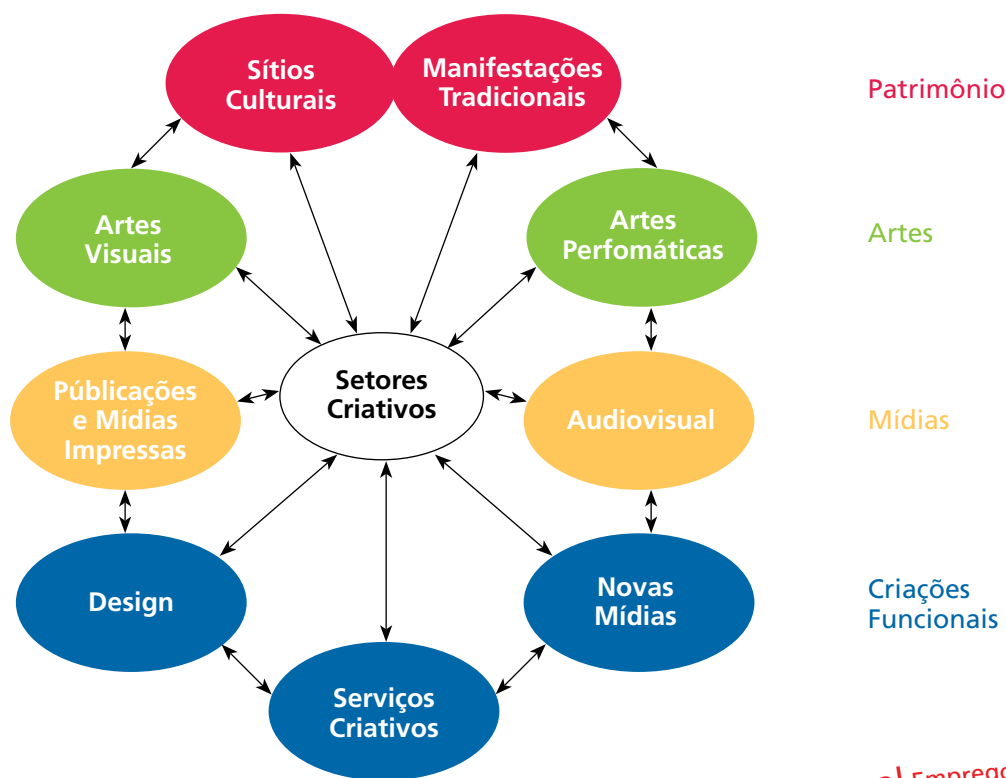
## I. O QUE ENTENDEMOS POR ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL



O conceito de Economia Criativa refere-se ao incentivo à economia do intangível, o que envolve a produção, distribuição, troca e uso de bens simbólicos. O incremento dessa prática econômica se dá pela atuação dos talentos criativos, ao se organizarem individual ou coletivamente para produzir bens e serviços inovadores.

Como se caracteriza pela abundância, e não pela escassez, essa nova modalidade econômica possui dinâmica própria, o que faz com que seus parâmetros de negócios ainda estejam em construção, visto que diferem dos modelos econômicos tradicionais.

A Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) classifica os setores criativos em nove áreas, conforme a figura a seguir:



A composição de cada um desses setores, de acordo com a classificação do Ministério da Cultura, é a seguinte:

- Patrimônios – Material, imaterial, arquivos e museus.
- Expressões Culturais – Artesanato, culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, artes visual e digital.
- Espetáculos artísticos – Dança, música, circo e teatro.
- Audiovisual e Literatura - Cinema e vídeo, publicações e mídias impressas.

- Criações culturais e funcionais – Moda, design e arquitetura.

O Brasil, por sua diversidade cultural, possui imenso potencial para o desenvolvimento da Economia Criativa, semelhante ao potencial da biodiversidade para a Economia Verde.

Assim, uma economia local dinâmica e sustentável permite o aproveitamento eficiente e inteligente das vocações regionais. Como pré-requisito ao progresso das técnicas econômicas criativas, se faz necessário o bom conhecimento das características do território a fim de defini-lo como turístico, cultural ou patrimonial.

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

### VALORES INTANGÍVEIS URBANOS

Para que uma economia local seja dinâmica, criativa e sustentável, não se devem considerar apenas a produção de bens materiais.

Apesar de ainda não haver um sistema que os contabilize financeiramente, os valores aparentemente intangíveis, como a cultura, diversidade, arte e criatividade constituem a riqueza das cidades e do país.

Entre os exemplos desse patrimônio cultural nacional, que se manifesta em diferentes cidades, estão o Carnaval e as festas juninas do Nordeste, que ganharam até mesmo projeção internacional, bem como a dança, música, o artesanato, cinema e teatro das várias regiões brasileiras.

De forma a comprovar a importância da Economia Criativa para a evolução das cidades, a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) informou, no Relatório da Economia Criativa 2010, que os setores criativos são os que mais crescem com sustentabilidade e inclusão no mundo (Ver: [http://unctad.org/en/docs/ditctab20103\\_en.pdf](http://unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf)).

Segundo o levantamento, em 2010 a China era a maior exportadora mundial de bens criativos, com 20,87% do mercado, enquanto o Brasil era o 35º, com 0,30%. Apesar de o percentual brasileiro ser ainda baixo frente às potencialidades dessa atividade no país, a exportação de bens da Economia Criativa já representa 2,84% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, que representa a soma de tudo o que é produzido no país.



Como sétima maior economia mundial e possuidor de uma abundante riqueza cultural, o Brasil pode ganhar destaque internacional no campo da Economia Criativa a partir das peculiaridades culturais, artísticas e históricas de cada um de seus 5.565 municípios. Em virtude desse potencial, é necessário que as localidades identifiquem seus valores e símbolos culturais, suas vocações intangíveis e qualidades particulares, para que possam agregar valor às suas economias e mobilizar os atores locais (Ver: <http://www.cultura.gov.br/economiacriativa/>).

Para uma melhor compreensão dessas possibilidades, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) criou uma série de indicadores que traçam um panorama das indústrias criativas no Brasil, tendo como base estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego. Esses indicadores podem ser consultados pelos municípios como apoio ao desenvolvimento de suas próprias economias criativas.

(Ver: <http://www.cultura.gov.br/economiacriativa/mapeamento-da-industria-criativa-no-brasil-firjan/>).

### PRÊMIO ECONOMIA CRIATIVA – ACERVO DE IDEIAS PARA AS CIDADES

O prêmio foi lançado em fevereiro de 2012, pelo Ministério da Cultura, por meio do Edital de Fomento a Iniciativas Empreendedoras e do Edital de Apoio a Estudos e Pesquisas em Economia Criativa. A premiação contemplou trabalhos que abordassem modelos de gestão em iniciativas sustentáveis que estimulassem os ciclos de produção, circulação, distribuição, consumo e fruição de bens e serviços criativos. A relação dos vencedores constitui um rico acervo de ideias para as cidades que pretendam adotar projetos dessa natureza.

(Ver: [www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=08/10/2012](http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=08/10/2012)  
<http://www.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2012/12/VETOR-NOROESTE-DA-REGI%C3%83O.pdf>).

### URBANISMO E PLATAFORMAS COLABORATIVAS

Na essência dessa nova economia está o princípio da abundância. Assim, ao invés desses recursos e serviços se exaurirem, ocorre sua multiplicação, a exemplo de como são disseminadas as mais variadas informações, sobre todos os campos.



A Economia Criativa também possui a característica de agregar a participação coletiva da sociedade na produção dos bens culturais e artísticos. Além disso, as plataformas colaborativas aproximam os cidadãos das políticas públicas da gestão municipal.

Algumas iniciativas bem-sucedidas nessa área podem ser encontradas em ([www.cidadedemocratica.org.br/](http://www.cidadedemocratica.org.br/)) e (<http://portoalegre.cc/>).

### EMPREGOS VERDES

A administração pública deve favorecer as condições para uma economia local criativa e dinâmica, que contribua para a geração de empregos e assegure a preservação ambiental e inclusão social. De acordo com o relatório Rumo ao Desenvolvimento Sustentável (<http://www.ilo.org.br/node/256>), divulgado em maio de 2012 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre os setores mais promissores para a criação de empregos verdes no Brasil estão:

**1. Energia** - As novas indústrias de biocombustíveis, de energia solar, energia eólica e de biogás são exemplos de empreendimentos sustentáveis que geram postos de trabalho. A estimativa é de que 1,3 milhão de novos empregos seja criado no setor de energia renovável até 2020.

**2. Indústria** – A economia verde no setor industrial pode ser implantada na própria cadeia produtiva, a fim de torná-la mais eficaz e sustentável, a exemplo do aproveitamento de resíduos para a geração de energia. Práticas desse gênero vêm estimulando a criação de milhões de emprego em todo o mundo.



**3. Agricultura** – Um dos segmentos que mais emprega é também um dos que apresenta mais desafios, visto que concentra trabalhadores de baixa renda, impacta o meio ambiente, é sujeito a variações climáticas e mostra-se essencial à existência humana. Dessa forma, entre as ações que podem gerar empregos e sustentabilidade ao setor da agricultura, estão o suporte a pequenos e médios agricultores e a agricultura familiar, a adoção de tecnologia e técnicas mais eficientes, melhor uso do solo e produção de alimentos orgânicos.

**4. Reciclagem** - Em 2010, 11 bilhões de toneladas de resíduos sólidos foram recolhidas no planeta. Somente o processamento do lixo já é uma indústria que gera em torno de 410 bilhões de dólares anualmente. A inclusão das operações de coleta, transporte, separação e preparação para a reutilização do lixo nesse processo pode gerar milhares de empregos. Relatório

do Banco Mundial (Ver: <http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2013/02/04/e-waste-management-tablets-hones-computers-Brazil-environment-sustainable-development>) indica que o manuseio de lixo eletrônico no Brasil também poderia ser uma boa fonte de empregos verdes e de desenvolvimento sustentável.

**5. Construção** – Neste setor surgem novas oportunidades a partir da construção de edificações ecologicamente mais eficientes, bem como nas reformas, no design, na produção de novos materiais e produtos e na reciclagem do entulho.

**6. Pesca** - A indústria da pesca emprega cerca de 180 milhões de pessoas no mundo. No entanto, a redução nos estoques de peixes devido à pesca industrial ameaça a atividade desses trabalhadores. Assim, embora medidas como o controle dos estoques, a adoção da pesca sustentável e o apoio à recuperação dos estoques possam levar a uma redução no número de empregos no curto prazo, essas ações poderão gerar 50% mais ofertas de trabalho no longo prazo, ao contrário do que ocorrerá se a indústria da pesca mantiver o ritmo atual.

**7. Florestas** - Empregos diretos e indiretos foram criados como resultado das políticas de proteção, reflorestamento e uso sustentável das florestas. De acordo com o relatório Rumo ao Desenvolvimento Sustentável, ao menos 2 milhões de pessoas estão empregadas na indústria de florestas que possua certificado de sustentabilidade.

**8. Transportes** - O setor de transportes consome mais da metade dos combustíveis fósseis extraídos do planeta e é responsável por boa parte da poluição do ar. Uma das principais ações para minimizar esse impacto é a melhoria do transporte público o que, em princípio, poderia reduzir a utilização de carros individualmente.

#### INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO

Para ser pujante e sustentável ao mesmo tempo, a economia deve estimular empreendedores que transformem o plano das ideias em programas sustentáveis concretos. Com efeito, a gestão municipal deve criar condições para que os pequenos negócios floresçam, com preservação do meio ambiente, o que reverte em melhor qualidade de vida e trabalho para a comunidade.

#### ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Os Arranjos Produtivos Locais são grupos de empresas com as características produtivas semelhantes, localizadas em um mesmo município, que se retroalimentam com práticas comuns, cooperam entre si e articulam ações conjuntas em parceria com órgãos públicos e financeiros.

Exemplos de países e cidades em que esse mecanismo funciona plenamente podem ser encontrados na Europa. É o caso da Itália, que soma 145 Arranjos Produtivos Locais, integrando 212.500 empresas e representando 27% do PIB nacional.

(Ver : <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitiol/internal/interna.php?area=2&menu=300>>).

#### COOPERATIVAS DE TRABALHADORES

As cooperativas de trabalhadores tornaram-se uma boa alternativa para milhares de brasileiros que encontram dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Estão vinculadas ao conceito de Economia Solidária e geram renda a 2,3 milhões de pessoas no país, movimentando uma média de R\$ 12,5 bilhões por ano.

Segundo levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, existem 30.829 empreendimentos econômicos solidários no país, cujo faturamento representou 0,33% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) em 2010. De acordo com o órgão federal, entre 2005 e 2011 houve um acréscimo de mais 88% de pessoas nessa atividade em relação ao total que já trabalhava em cooperativas. (Ver:<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim\\_mercado\\_de\\_trabalho/mt39/06\\_ES1Paul.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/06_ES1Paul.pdf)>).

#### PASSAPORTE VERDE

Trata-se de uma campanha direcionada ao turismo sustentável, que visa a apoiar a qualificação da cadeia produtiva do turismo e a implantação de infraestrutura básica e turística (Ver <[www.passaporteverde.gov.br](http://www.passaporteverde.gov.br)>).

### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

#### OBJETIVO GERAL



Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.

A gestão pública deve considerar a cultura como um eixo estratégico das políticas de desenvolvimento sustentável do município, a fim de transformar a diversidade cultural e o potencial criativo da região em produção de bens e serviços que leve à geração de empregos e esteja integrada ao meio ambiente.

(Ver: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/8>>).

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

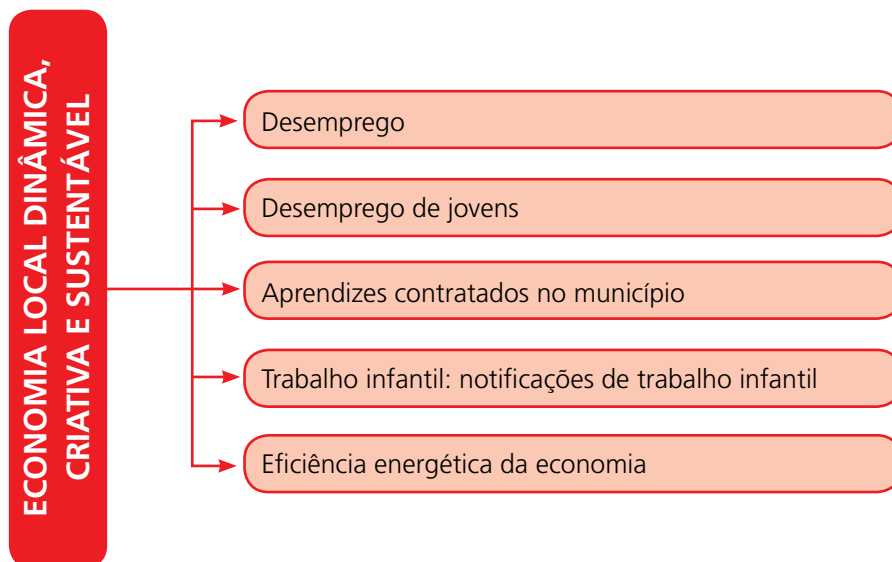
- Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local, o trabalho decente, a contratação de aprendizes e a formação de empresas.
- Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar a responsabilidade social empresarial.
- Desenvolver e implementar princípios e indicadores de sustentabilidade para as empresas, desde a localização mais apropriada para cada uma, passando por seus processos e produtos, até a sustentabilidade das cadeias produtivas que integram.
- Promover o mercado de produções criativas locais.
- Implementar o turismo local sustentável.

A economia criativa e sustentável apoia-se em diversos pilares, a exemplo das empresas de produção sustentável, a responsabilidade social e as produções locais. Faz-se necessária uma visão ampla da economia local para que a gestão pública, com participação da comunidade, possa planejá-la visando a agregar as potencialidades do município.



## INDICADORES DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS REFERENTES AO EIXO ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

(Indicadores detalhados: consultar anexo no final deste Guia)



### OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores do eixo refletem a importância de uma economia local dinâmica e sustentável, ao analisarem as questões de desemprego adulto e dos jovens, o trabalho infantil e a eficiência energética da economia, item este que sintetiza as ações sustentáveis locais.

### DICAS DE GESTÃO

1. Prover um ambiente criativo: desenvolvimento de políticas para o fomento da economia criativa, com a priorização dos aspectos culturais, ambientais, sociais e de infraestrutura, visando à atração de empresas e talentos à cidade.
2. Oficinas de artesanato: oferta de oficinas de capacitação e de cursos gratuitos de artesanato, ao lado da organização de feiras para que artesãos possam comercializar seus trabalhos e gerarem renda para sua categoria.
3. Programa de incentivo ao empreendedorismo criativo: concessão de incentivos e realização de concursos para o fomento de projetos ligados à Economia Criativa.
4. Mapeamento de vocações: estímulo à produção local por meio da valorização das peculiaridades e vocações locais.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre economia local dinâmica, criativa e sustentável, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### ARARUNA, PR

---

#### **Internet gratuita melhora arrecadação municipal**

Araruna está entre os municípios do Paraná que aderiram à inclusão digital, ao fornecer sinal gratuito de internet para seus 14 mil habitantes. Para ter acesso ao serviço basta estar em dia com o pagamento de impostos, o que também melhora a arrecadação fiscal. O

acesso à Rede Mundial estimulou os negócios e, conseqüentemente, o desenvolvimento da cidade.

(Ver: <[www.cnm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20290:internet-gratuita-em-araruna-pr-melhora-arrecadacao-municipal&catid=55:governo-eletronico&Itemid=162](http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20290:internet-gratuita-em-araruna-pr-melhora-arrecadacao-municipal&catid=55:governo-eletronico&Itemid=162)>).

### GUARAMIRANGA, CE

---

#### **A terra do Festival de Jazz e Blues**

Com uma população de aproximadamente 5 mil pessoas, distante 100 km de Fortaleza, a cidade de Guaramiranga possui características muito peculiares. Em 2000, uma empresa de produção cultural foi contratada para desenvolver um projeto de visibilidade do município, a partir

da organização do Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga. Tal iniciativa atraiu grande número de visitantes, estimulou os talentos locais e fortaleceu a economia municipal por meio da música (Ver: <<http://www.guaramiranga.ce.gov.br/>>).

### HORTOLÂNDIA, SP

---

#### **Usina de Reciclagem de Entulho**

A cidade de Hortolândia, no interior de São Paulo, conta com uma Usina de Reciclagem de Entulho (URE Hortolândia), que reaproveita o lixo proveniente da construção civil em obras da cidade e da região. O projeto foi feito pela

prefeitura em parceria com o Instituto Nova Agora de Cidadania (Inac), Fundação Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com investimento total de R\$ 3 milhões ( <http://inac.org.br/crcd1/hortolandia-em-sao-paulo-inaugura-usina-de-reciclagem-de-materiais-de-construcao/> ).

## VILLASECA, CHILE

---

### Alimentação com energia solar

Em Villaseca, a maioria dos moradores cozinha com energia solar. Essa iniciativa foi uma resposta ao desmatamento crescente no Chile e se transformou em uma alternativa de inclusão econômica, fazendo também com que a cidade virasse um polo de turismo. Como o município registra uma média de 310 dias de sol por ano, é ideal para aproveitar a incidência da luz solar e minimizar o problema da queima de lenha.

A iniciativa começou em 1989, com pesquisas realizadas por um grupo de especialistas da Universidade do Chile e do Instituto de Nutrição e Tecnologia dos Alimentos. Esses técnicos

instalaram fornos e fogões solares para serem usados por famílias da região. O objetivo era comprovar a eficácia dessas novas tecnologias, evitando que os moradores fossem à área de serra para buscar lenha. Isso reduziria também o consumo de gás e querosene. A partir daí, os professores da universidade capacitaram as famílias interessadas na construção e no uso de fornos solares, o que levou a comunidade a empregar energia solar na preparação dos alimentos. A atração do município é o Restaurante Solar, cuja cozinha utiliza integralmente a energia solar para preparo dos alimentos.

## PAULÍNIA, SP

---

### Polo Cinematográfico

Com cerca de 63 mil habitantes e localizada a 118 km de São Paulo, a cidade de Paulínia é um polo petroquímico que tem 64,5% de sua economia baseada na indústria. Com o objetivo de buscar novas formas de geração de trabalho e renda sustentáveis, a gestão municipal decidiu desenvolver o projeto “Paulínia Magia do Cinema”, tendo como apoio um estudo

realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) sobre os indicadores econômicos locais. Essa iniciativa cultural fomentou uma nova cadeia de serviços e a criação de empregos na cidade que até então não existiam. (Ver: <http://www.paulinia.sp.gov.br/secretarias.aspx?id=29&Titulo=Polo%20Cinematogr%C3%A1fico%20de%20Paul%C3%ADnia>).

## PIRENÓPOLIS, GO

---

### Turismo cultural

A gestão municipal de Pirenópolis buscou seguir o conceito de que Economia Criativa é a capacidade de movimentar a economia de um local a partir das peculiaridades que a região oferece. Assim, adotou políticas para o desenvolvimento sustentável que valorizaram

o turismo ao destacarem as manifestações de cultura popular, como as Cavalhadas, a Festa do Divino, o artesanato e a culinária; as belezas naturais, como as cachoeiras, e a própria História da cidade (Ver: <http://www.pirenopolis.go.gov.br/>).

## FINLÂNDIA

---

### Urbanismo colaborativo em rede

A Finlândia implantou, em 2009, a plataforma Kickstarter, um portal na Web em que cidadãos inserem suas ideias sobre a criação de projetos urbanos. Assim, com o emprego da tecnologia e de propostas culturais, como de

um guia de cinema, os participantes articulam e compartilham sugestões sobre atividades sustentáveis para a comunidade. Como consequência dessa participação, a plataforma está contribuindo para converter propostas em ações concretas (Ver: <<http://brickstarter.org/>>).

## SITES RELACIONADOS

---

### Fortaleza, CE – Banco Palmas

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/58](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/58)<http://habitat.aq.upm.es/dubai/00/bp490.html>

### Piraí, RJ – cultura digital

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/59](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/59)

### Cirali, Turquia - Gestão do Turismo

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/56](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/56)

### Daca, Bangladeche - Resíduo Orgânico vira Fertilizante

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/60](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/60)

### Rosário, Argentina - Programa de Agricultura Urbana Verde

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/124](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/124)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

#### Plano da Secretária da Economia Criativa - Políticas, diretrizes e ações. 2011 a 2014

[http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro\\_web2edicao.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf)

#### Publicações do Ministério do Trabalho

<http://portal.mte.gov.br/geral/publicacoes/>

### LEGISLAÇÃO

#### Plano Nacional de Cultura

Lei nº 12.343/2010

#### Lei do aprendiz

Lei nº 10.097

## WEBSITES

### **Cidade Democrática**

[www.cidadedemocratica.org.br](http://www.cidadedemocratica.org.br)

### **Confederação Nacional de Municípios**

[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

### **Ministério da Cultura**

[www.cultura.gov.br/](http://www.cultura.gov.br/)

### **Muda de Ideia**

[www.mudadeideia.com.br](http://www.mudadeideia.com.br)

### **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**

[www.oit.org.br](http://www.oit.org.br)

### **Pirai Digital**

[www.piraidigital.com.br](http://www.piraidigital.com.br)

### **Porto alegre CC**

[www.portoalegre.cc](http://www.portoalegre.cc)

## INSTITUTOS

### **Instituto da Economia Criativa**

[www.economiacriativa.com](http://www.economiacriativa.com)

### **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):**

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

### **Instituto Ethos**

[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

### **Instituto Ideias**

[www.ideias.org.br](http://www.ideias.org.br)

### **Instituto Nova Ágora de Cidadania**

<http://inac.org.br/>

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BORJA, J. **Estrategias Urbanas y**

**CiudadesCreativas.** Universitat Oberta de Catalunya, 2010.

ETHOS, Instituto. **A Empresa e a Nova**

**Economia. O que Muda com a Rio+20?**

Caderno de Subsídios. São Paulo, 2012.

IPEA. **Radar tecnologia, produção e**

**comércio exterior: caderno 23.** Brasília, 2012.

OIT. **Empregos Verdes: trabalho decente**

**em um mundo sustentável e com baixas**

**emissões de carbono.** Brasília, 2008.

OIT. **Empregos Verdes no Brasil: Quantos**

**são, onde estão e como evoluirão nos**

**próximos anos.** Brasília, 2009.

OIT. **Rumo ao desenvolvimento sustentável:**

**oportunidades de trabalho decente e**

**inclusão social em uma economia verde.**

2012.

OIT. **Working towards sustainable**

**development. Opportunities for decent**

**work and social inclusion in a green**

**economy.**Genebra, 2012.

REIS, A. C. F., KAGEYAMA, P. (Orgs). **Cidades**

**Criativas – Perspectivas.** São Paulo: Garimpo

de Soluções, 2011.





3. Uso compartilhado dos produtos, em substituição à posse e ao uso individual.
4. Adoção de modos de produção, de produtos e serviços que sejam socioambientalmente sustentáveis.
5. Redução do desperdício de alimentos e produtos, por meio do aproveitamento integral desses itens e do prolongamento de sua vida útil.
6. Satisfação pelo uso dos produtos e não pelo ato de comprá-los em excesso.
7. Dar mais importância às emoções, ideias e experiências do que aos produtos materiais.
8. Valorizar a cooperação acima da competição.

O incentivo ao consumo consciente pode ser feito por meio de campanhas de esclarecimento aos estudantes e à população de maneira geral, bem como no emprego, pela administração pública, de ações concretas que visem ao consumo consciente, à redução, reutilização e reciclagem de produtos.

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER O CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

### A MUDANÇA DOS HÁBITOS DE CONSUMO

Tanto governos quanto consumidores, comerciantes, indústrias e fornecedores podem consumir, produzir e vender de acordo com os critérios de sustentabilidade, ao levarem em conta o impacto que provocarão no meio ambiente. Tendo isso em vista, pode-se adotar a prática do consumo responsável desde a produção dos bens e serviços até a distribuição e o descarte. Como exemplos dessa conduta estão a compra de matérias-primas certificadas; a fabricação de produtos mais concentrados; redução no emprego de embalagens desnecessárias; tratamento de resíduos e reposição de recursos à natureza, como reflorestamentos.

### A EVOLUÇÃO DO PADRÃO DO CONSUMO BRASILEIRO

O relatório “O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade: Atitudes e Comportamentos frente ao Consumo Consciente, Percepções e Expectativas”, do Instituto Akatu, acompanha a evolução do padrão de consumo brasileiro desde 2000. Na edição de 2010, a publicação aborda o que considera um excessivo nível de consumo em vigor no país, resultante da expansão do contingente de consumidores.

(Ver: <<http://www.akatu.org.br/Publicacoes/Percepcao-do-Consumidor>>).



## COMO O GOVERNO MUNICIPAL PODE ACELERAR MUDANÇA DE HÁBITOS DA SOCIEDADE?



Em linha com o esforço de mudança de atitudes em favor do consumo e da produção sustentáveis, o governo municipal pode dar um importante impulso às práticas econômicas adequadas ao realizar compras públicas de produtos sustentáveis; evitar o desperdício de água, energia e outros insumos; investir em transporte público que polua menos; apoiar fabricantes locais que adotem processos sustentáveis; promover campanhas de esclarecimento sobre esse tema; racionalizar o uso do solo, entre outras medidas (ver: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2914:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2914:catid=28&Itemid=23)).

Como forma de disseminar modelos sustentáveis de produção, o Ministério do Meio Ambiente lançou, em 2012, o Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, que aponta diretrizes a serem seguidas pelo Poder Público, o setor produtivo e a sociedade nos próximos dez anos a fim de que o Brasil adote padrões mais sustentáveis de produção e consumo (Ver: <http://www4.planalto.gov.br/conseal/noticias/noticias/2012/01/lancado-o-plano-de-producao-e-consumo-sustentaveis>).

## CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÃO – DIA DO CONSUMIDOR

O Ministério do Meio Ambiente também tem promovido campanhas de esclarecimento no Dia do Consumo Consciente, comemorado em 15 de outubro. Entre essas ações destaca-se o estabelecimento deste período como “Mês do Consumo Sustentável”, quando são realizadas atividades de conscientização em parceria com

supermercados, fabricantes de eletroeletrônicos e diferentes setores da sociedade. O ministério ainda publicou a série “Cadernos de Consumo Sustentável”, que recebeu a contribuição de instituições especializadas na abordagem do tema (Ver: <http://www.consumosustentavel.gov.br/>).

## MANUAL DE EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL (MEC)

Em 2005, o Ministério da Educação publicou esse documento que trata sobre as responsabilidades da sociedade no que tange às decisões de consumo dos indivíduos, levando-se em conta seus estilos de vida, suas relações com a natureza, com os demais cidadãos, a sua escola, seu bairro, sua cidade e o país (Ver: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>).

## RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão de resíduos sólidos constitui outra área em que surgem soluções inovadoras de gestão, a exemplo de consórcios intermunicipais que economizam custos na manipulação do destino final desse material e de ações empresariais que transformam resíduos de uma atividade econômica em matéria-prima de outra.

Outra iniciativa é a articulação de diferentes atores e atividades, tornando-os complementares, como ocorreu em Londrina, no Paraná, com a criação do “Pacto do entulho”.

Essa parceria reuniu caçambeiros, pequenas empresas de construção e associações de moradores em favelas. Como resultado, os caçambeiros passaram a ter locais próprios



onde despejar o entulho, o qual, em seguida, é recolhido e transformado em blocos. Esses blocos são utilizados nas construções e obras de infraestrutura para essas próprias

comunidades. A prefeitura deixa de ser, assim, a única responsável por resolver problemas que abrangem diferentes agentes e se transforma em articuladora de soluções conjuntas.

### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

#### OBJETIVO GERAL



Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.

Entre as medidas importantes para uma economia sustentável estão a criação de condições e a concessão de incentivos à produção de bens que utilizem menos recursos naturais em sua confecção e que poderão ser facilmente reaproveitados. Também podem ser realizadas campanhas que estimulem a compra apenas dos produtos essenciais e orientem sobre o prolongamento de sua vida útil.

(Ver: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/9>>).

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

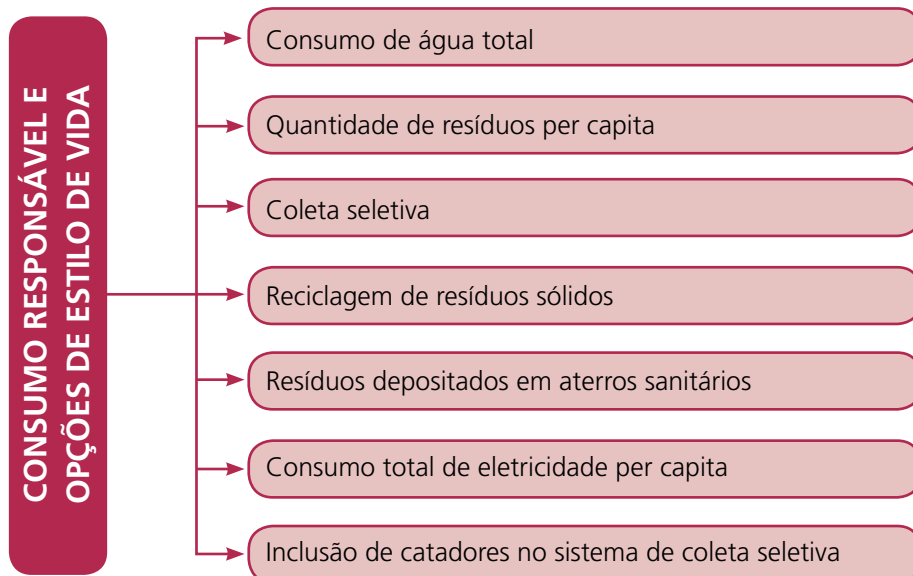
- Evitar e reduzir os resíduos, aumentar a reutilização e a reciclagem com a inclusão social das cooperativas de catadores e recicladores.

- Gerir e tratar os resíduos de acordo com técnicas e modelos sustentáveis.
- Evitar desperdícios de energia, melhorar a eficiência energética e incentivar a autossuficiência.
- Adotar uma política rigorosa de compras públicas sustentáveis.
- Promover ativamente a produção e o consumo sustentáveis, incentivando e regulamentando cadeias produtivas com certificações, rótulos ambientais, produtos orgânicos, éticos e de comércio justo.

O principal caminho para implantação de um planejamento local sustentável deve ser a educação dos moradores para a diminuição do consumo e o desperdício, a destinação correta de todo tipo de resíduos, entre outras posturas sustentáveis.

## INDICADORES REFERENTES AO EIXO CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



### OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores deste eixo abrangem desde a redução/educação sobre o consumo de bens (água, eletricidade, geração de resíduos), a geração de resíduos per capita, passando pela inclusão dos catadores no sistema de gestão local de resíduos, até a destinação correta dos rejeitos produzidos.

2. Produção e consumo local: adoção de políticas que incentivem o consumo de produtos da própria cidade ou região. Medidas desse gênero podem reduzir os impactos logísticos dos deslocamentos, como o consumo de combustível, os congestionamentos, emissão de poluentes e degradação da malha asfáltica, além de incentivar o crescimento econômico da própria comunidade.

### DICAS DE GESTÃO

1. Campanhas de conscientização: iniciativa que visa a promover o consumo responsável e disseminar valores para um estilo de vida sustentável.

3. Política para alimentação sustentável: promoção de campanhas para reduzir o desperdício de alimentos e incentivar ao consumo dos produtos que sejam frescos ao invés de congelados, visto que a comida congelada consome mais energia para ser produzida e pode ter menos nutrientes do que a fresca. O Poder Público também pode estimular a compra de alimentos orgânicos, cuja produção é mais sustentável, sem o emprego de agrotóxicos, e utilizá-los na merenda escolar.

4. Uso racional da água e da energia: criação de mecanismos para que governo e cidadãos possam monitorar, por meio da internet, em tempo real, os seus gastos de energia elétrica e de água, a fim de incentivar o consumo consciente. No caso da água, o programa vai além, uma vez que pode indicar um eventual consumo atípico relacionado a vazamentos na rede de abastecimento, cuja detecção permite aos órgãos responsáveis corrigirem rapidamente o problema.
5. Programa de compras públicas sustentáveis: ação que busca articular a produção e o consumo sob a perspectiva da sustentabilidade. Como exemplo dessa prática, os órgãos públicos devem considerar não só critérios financeiros no ato da contratação ou da compra, mas sobretudo os impactos que determinados produtos ou serviços causam no meio ambiente. Essa escolha consciente gera um efeito cascata ao reduzir os danos ambientais; criar referências para que empresas privadas e consumidores adotem posturas semelhantes e assegurar a demanda pela produção de empresas inovadoras.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre consumo responsável e opções de estilo de vida, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

#### **Ecologicamente Correto**

Criado em abril de 2008 com o objetivo de reduzir o impacto ambiental do funcionamento do TCU, o programa buscou esclarecer os servidores, funcionários terceirizados

e estagiários sobre as melhores práticas ambientais e gerou a implantação de uma série de ações sustentáveis pela administração do órgão. (Ver: [http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/gestao\\_projetos/tcu\\_ecologico/inicio](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/gestao_projetos/tcu_ecologico/inicio)).

### ACRE

#### **Decreto que institui práticas de consumo sustentável no Estado**

O governo do Acre publicou, em 2012, um decreto que instituiu práticas de consumo sustentável na administração pública estadual. De acordo com o texto do decreto, os órgãos

da administração direta e indireta devem implantar medidas de consumo sustentável relacionadas aos processos de aquisição de produtos, bens e serviços. O Estado do Acre também adotou marcos regulatórios referentes ao uso da água e trato dos resíduos sólidos.

## RIO DE JANEIRO, RJ

---

### Favela Orgânica

Das sobras de alimentos que iriam para o lixo, uma moradora de espírito empreendedor, do Morro da Babilônia, na zona sul do Rio de Janeiro, passou a preparar pratos e vendê-los à comunidade, a empresários e universidades. Tudo começou quando a ex- empregada doméstica Regina Tchelly fez um curso de culinária no SENAC e, em seguida, fundou em sua casa o bufê Favela Orgânica, cuja cozinha aproveita talos e cascas de vegetais nos pratos servidos.

Dessa iniciativa, nasceu o Projeto Favela Orgânica, que ensina os moradores a aproveitar melhor os alimentos que muitas vezes são descartados nas feiras da cidade.

Duas vezes por semana, Regina reúne um grupo na Associação de Moradores do Morro da Babilônia para testar novas receitas com os alimentos aproveitados da feira. Entre os pratos orgânicos preparados estão feijoada vegetariana, brigadeiro de casca de banana, risoto de casca de melancia, arroz de folhas verdes, entre outros.

O projeto também oferece palestras ministradas por nutricionistas e um engenheiro agrônomo que orientam as mulheres das comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira sobre como criarem uma mini horta, mesmo em um espaço pequeno. (Ver: <http://favelaorganica.blogspot.com.br/>).

### SITES RELACIONADOS

---

#### **Santana do Parnaíba, SP - Cooperativa de Reciclagem**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/65](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/65)

#### **Tibagi, PR - Recicla Tibagi para resíduos secos e úmidos**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/158](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/158)

#### **Ilhas Galápagos, Equador - Plano de Manejo de Resíduos para as Ilhas Galápagos**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/172](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/172)

#### **Nova Zelândia - Rumo ao Resíduo Zero**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/63](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/63)

#### **Estocolmo, Suécia - Uma forma diferente de lidar com resíduos**

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/98](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/98)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

#### Planos de Gestão de resíduos Sólidos:

##### Manual de orientação

[http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/manual\\_de\\_residuos\\_solidos3003\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf)

#### Licenciamento Ambiental - TCU

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2059156.PDF>

### LEGISLAÇÃO

#### Política Nacional de Recursos Hídricos

Lei 9.433/97

#### Política Nacional de Resíduos Sólidos

Lei 12.305/2010

#### Política Nacional sobre Mudança do Clima

Lei 12.187/2009

### WEBSITES

#### Ministério do Meio Ambiente

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

#### Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

[www.pnuma.org.br](http://www.pnuma.org.br)

#### Passaporte Verde

[www.passaporteverde.gov.br](http://www.passaporteverde.gov.br)

#### Saco é um Saco

[www.sacoeumsaco.gov.br](http://www.sacoeumsaco.gov.br)

#### Separe o Lixo e acerte na Lata

[www.separeolixo.com](http://www.separeolixo.com)

#### Rede da Sustentabilidade

[www.sustentabilidade.org.br](http://www.sustentabilidade.org.br)

#### Movimento Nós Podemos

<http://www.nospodemos.org.br/>

### INSTITUTOS

#### Instituto Akatu

<http://www.akatu.org.br/>

#### IPEA

<http://www.ipea.gov.br>

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BETIOL, L. S. et al. **Compra Sustentável: A força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012.

BIDERMAN, R. et al (orgs). **Guia de compras públicas sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

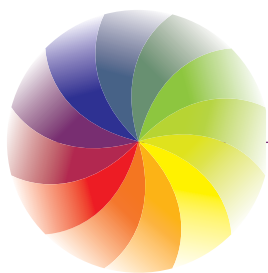
IPT/ CEMPRE. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. 2a ed. São Paulo: IPT/ CEMPRE. 2000.

JARDIM, A. et al. **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólido**. Barueri: Ed. Manole, 2012.

PNUMA. ABC do CPS: **Esclarecendo conceitos sobre consumo e produção sustentável**. Paris, 2012.

#### FAO. Estado da Insegurança Alimentar no Mundo – 2012

[www.fao.org/publications/sofi/en/](http://www.fao.org/publications/sofi/en/)



# MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

## I. O QUE ENTENDEMOS POR MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

O conceito de melhor mobilidade e menos tráfego significa a busca de soluções para o fenômeno contemporâneo da expansão urbana e o crescimento acelerado da frota de veículos, que provocou por um lado a saturação dos serviços de transporte de massa, e por outro lado os congestionamentos com aumento no tempo de deslocamento das pessoas; e o aumento da poluição atmosférica com reflexos no sistema de saúde pública.

A utilização dos automóveis particulares para as pessoas se dirigirem ao trabalho, às compras e ao lazer tornou-se um hábito generalizado nos dias atuais, não só pela autonomia que dá a seus condutores, mas, principalmente, pela pouca oferta de transporte público de qualidade, que trafegue com rapidez e seja confortável.

No entanto, apesar da aparente sensação de que essa situação um tanto quanto caótica devido a falta de infraestrutura seja aparentemente insolúvel a curto prazo, diversas cidades do mundo desenvolveram técnicas e realizaram investimentos que equacionaram esse desafio do transporte urbano. Entre as inovações adotadas está a integração intermodal, que reduz os custos urbanos e beneficia a população de maneira geral.

No Brasil, o Plano Nacional de Mobilidade Urbana define dez princípios para o planejamento da mobilidade:

1. Diminuir a necessidade de viagens motorizadas.
2. Repensar o desenho urbano, planejando o sistema viário como suporte da política de mobilidade.
3. Repensar a circulação de veículos, priorizando os meios não motorizados e de transporte coletivo.
4. Desenvolver o uso desses veículos não motorizados, integrando-os à malha de transporte coletivo.
5. Reconhecer a importância do deslocamento dos pedestres.
6. Reduzir os impactos ambientais do transporte urbano que gere poluições sonora, atmosférica e de resíduos.

7. Propiciar mobilidade às pessoas com deficiência e restrição de movimentos.
8. Priorizar o transporte público coletivo.
9. Promover a integração da rede pública de transporte, considerando a demanda e as características da cidade.
10. Estruturar a gestão local, com o fortalecimento do papel regulador dos órgãos gestores do trânsito.

Na esfera federal, o governo aprovou, em janeiro de 2012, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que estabelece para os municípios acima de 20 mil habitantes a obrigatoriedade de elaborarem um plano de mobilidade alinhado ao Plano Diretor local. Pelo cronograma, até janeiro de 2015 as cidades deverão ter elaborado o plano de mobilidade alinhado ao Plano diretor. O município que não se adequar ficará impedido de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência desta Lei.

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

A melhoria da mobilidade nas cidades pode ser feita com a adoção de medidas criativas, tais como:

- Investimentos na revitalização de áreas degradadas que já possuem infraestrutura instalada, a exemplo das regiões centrais das grandes cidades ou zonas portuárias;
- Descentralização dos serviços públicos, o que pode evitar o deslocamento dos cidadãos em longas distâncias para receberem atendimento;
- Construção de escolas em bairros em que a demanda por ensino público é maior que a oferta;
- Transporte público integrado, como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), como vem sendo implantado na cidade do Rio de Janeiro. O VLT vai interligar os diversos tipos de transportes, como terminais rodoviários, aeroportos, estação de barcas, metrô e trens. A expectativa é que permitirá a redução

gradativa da quantidade de ônibus nas ruas e tornará o sistema de locomoção carioca mais inteligente, rápido e sustentável.

Outras recomendações que podem ser consideradas para a melhoria das condições de Mobilidade Urbana são as seguintes:

- Construção de calçadas com materiais adequados para circulação de pedestres;
- Rebaixamento do passeio público, com instalação de rampa acessível ou elevação das vias para travessia de pedestre em nível;
- Adaptação e revitalização das calçadas existentes;
- Colocação de piso tátil direcional e de alerta;
- Pistas e faixas para ciclistas;
- Estacionamentos para as bicicletas (bicicletário);
- Integração das bicicletas aos meios de transporte coletivo;



- Normatização da frota de ônibus;
- Formação de condutores que inclua atendimento diferenciado ao idoso;
- Conservação de passeios e eliminação de barreiras arquitetônicas;
- Debate sobre o transporte de cargas nos centros urbanos.
- racionalização econômica, com redução dos custos totais do sistema;
- priorização dos modais de maior capacidade e menor custo operacional;
- prerrogativa do transporte coletivo sobre o individual;
- integração tarifária e física, com redução do ônus e do tempo de deslocamento para o usuário;

### CARTILHAS “A NOVA MOBILIDADE URBANA PARA A SUA CIDADE”

Três cartilhas com orientações aos municípios foram lançadas em 2012, pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com objetivo de tratar sobre as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e auxiliar a implantação das regulamentações definidas pela Lei nº 12.587, de janeiro de 2012. Os documentos tiveram apoio do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito, da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) (Ver <[www.ntu.org.br/novosite/arquivos/CartilhaFNP.pdf](http://www.ntu.org.br/novosite/arquivos/CartilhaFNP.pdf)>).

### FINANCIAMENTO DE PROJETOS - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia projetos estruturadores de transporte urbano, a exemplo dos transportes públicos sobre trilhos e hidroviários. Os investimentos devem ter os seguintes objetivos:

- acessibilidade universal, inclusive para os usuários com necessidades especiais, pedestres e ciclistas;
- utilização de tecnologias adequadas para a melhoria das condições de conforto e segurança;
- aprimoramento da gestão e da fiscalização do sistema, acompanhado de medidas para fortalecer a regulamentação e a redução da informalidade;
- diminuição dos níveis de poluição sonora e do ar, do consumo energético e dos congestionamentos;
- revalorização urbana das áreas no entorno de onde os projetos são implantados.

(<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Produtos/FINEM/estruturadores.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/estruturadores.html)>)

### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

#### OBJETIVO GERAL



Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.

Os fatores externos que afetam a saúde e provocam doenças possuem relação com a escassez de recursos dos indivíduos e ausência de investimentos em infraestrutura, educação, transporte, saneamento, habitação e serviços de saúde. Destinações financeiras essas que decorrem de decisões políticas.

Com efeito, no que diz respeito ao transporte, o plano estratégico do município deve contemplar ações que melhorem as condições de mobilidade urbana, para que se reflitam positivamente na saúde pública, na qualidade do ar e no direito à locomoção.

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/10>

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transportes coletivos acessíveis a todos, a preços módicos.
- Aumentar a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta.
- Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas.
- Acelerar a transição para veículos menos poluentes.
- Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.
- Desenvolver de forma participativa um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.

## INDICADORES DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS REFERENTES AO EIXO MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



## OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores deste eixo procuram aumentar a segurança no trânsito. Para isto além de melhoria na infraestrutura e na logística do transporte urbano devem ser realizadas campanhas educativas e investimentos bem planejados – a exemplo de corredores de ônibus e ciclovias exclusivas - que beneficiem a coletividade.

No entanto, em razão do contínuo crescimento urbano, do aumento da população e do fluxo de pessoas entre diferentes lugares, devem-se conciliar políticas públicas para solução dos problemas atuais, com um planejamento estratégico de médio e longo prazo. O objetivo desse plano é prever a divisão modal da cidade nos anos seguintes e estruturar seu desenvolvimento metropolitano.

## DICAS DE GESTÃO

1. Readequar a política de investimento: redirecionar investimentos de infraestrutura do transporte individual para a construção e o desenvolvimento do transporte público de qualidade, bem como para o transporte individual não motorizado, como a criação de ciclovias.
2. Política municipal de acessibilidade: qualificação da cidade para que seja inclusiva e democrática na circulação de pessoas, de forma que todos os cidadãos tenham o direito de ir e vir. A execução desse conceito passa por intervenções urbanísticas concretas, como o rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação das vias para travessia de pedestre em

nível, instalação de calçadas com materiais adequados para deslocamento de todos os pedestres – cadeirantes, deficientes visuais -, entre outros projetos do gênero.

3. Sistema inteligente de semáforos: implantação de um sistema inteligente de ajuste e sincronização de semáforos que utilizem sensores de movimentos e outras tecnologias que permitam maior fluidez do trânsito nas diferentes regiões da cidade.
4. Sistema integrado de transporte: adoção de terminais de integração que possibilitem o transbordo de passageiros entre as diferentes modalidades de transporte coletivo, no intuito de reduzir custos para os usuários e incentivar o uso das conduções públicas. Dessa forma, o sistema deve unir as redes de transporte, como as ciclovias a estações de metrô ou terminais de ônibus.
5. Sistema de bilhetagem eletrônica: a implementação desse mecanismo propicia a interligação entre os meios de transporte coletivo – ônibus, metrô, trens e barcos –, ao mesmo tempo em que fornece dados e relatórios à gestão municipal, possibilitando melhor planejamento e controle de processos.
6. Sistemas de informação dos itinerários de linhas de ônibus: Tornar disponíveis, no portal da prefeitura, informações sobre todas as linhas de transportes que circulam na cidade, os pontos de integração e de parada, com fornecimento de listas e mapas e que possam ser acessadas por meio de aplicativos de celulares e sistema telefônico. Tais medidas facilitam o deslocamento das pessoas no território urbano e podem reduzir congestionamentos.



7. Programa de monitoramento da mobilidade: desenvolvimento de um sistema que faça acompanhamento estatístico de acidentes de trânsito, das ocorrências e situação dos transportes públicos, por meio de tecnologias como geoprocessamento e cruzamento de dados. A adoção desse mecanismo permite que os órgãos de transporte urbano sistematizem o monitoramento da mobilidade na cidade.
8. Utilização de inovações tecnológicas que permitam direcionar o deslocamento de veículos de forma eficiente e em tempo real, sistemas que fazem parte do desenvolvimento de cidades inteligentes ([http://www.sebraemg.com.br/Geral/VisualizadorConteudo.aspx?cod\\_conteudo=6163&cod\\_areasuperior=1](http://www.sebraemg.com.br/Geral/VisualizadorConteudo.aspx?cod_conteudo=6163&cod_areasuperior=1)).

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre melhor mobilidade, menos tráfego, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### SEBRAE, MG

#### Projeto Smart City BH

O projeto Smart City BH tem como objetivos:

a) Identificar e apoiar o desenvolvimento de negócios relacionados a soluções inteligentes para a cidade de Belo Horizonte, reforçando a competitividade das empresas do APL (empresas de TIC, turismo, engenharia, automóveis, energia, iluminação e design), de modo a

promover a qualidade de vida dos que aqui residem e tornar a capital mais atrativa para o turismo;

b) Criar uma dinâmica de mudança em torno de uma Visão de Futuro, que gere sinergias entre os atores envolvidos e validar as principais diretrizes estratégicas, definindo colaborativamente um plano estratégico para alcance dessa Visão de Futuro no curto, médio e longo prazo.

### RIO DE JANEIRO, RJ

#### Corredor BRT (Bus Rapid Transit)

O primeiro corredor BRT do Rio de Janeiro – que integra a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande - já reduziu à metade o tempo médio de viagem de seus passageiros. Atualmente, o chamado Transoeste registra cerca de 40 km em operação, atendendo 65 mil pessoas diariamente. Mais três corredores BRT – o Transcarioca, a Transolímpica e Transbrasil – serão implantados no Rio de Janeiro até 2016,

totalizando 150 km de corredores exclusivos para os ônibus de alta capacidade.

O BRT surgiu em Curitiba, em 1974, ainda hoje a capital paranaense tem a maior malha de corredores BRT do Brasil. São 81 km distribuídos em seis eixos que interligam todas as áreas da cidade. Mais 10 km estão em obras. (Ver: <http://www.brtbrasil.org.br/>).

## NOVA IORQUE, EUA

### Luz Verde para a Cidade

O projeto “Green Light for Midtown” (Luz verde para Midtown), promoveu uma série de mudanças para melhorar a mobilidade e a segurança da famosa Avenida de Times Square, em 2009. As transformações deram vida a novas áreas dedicadas aos pedestres, na

região de Midtown, Manhattan. Dentre essas novidades, trechos de algumas avenidas foram bloqueados para os automóveis e ocupados por praças e locais de convívio.

(Ver: [www.nyc.gov/html/dot/html/about/broadway.shtml](http://www.nyc.gov/html/dot/html/about/broadway.shtml)).

### SITES RELACIONADOS

#### Rio Branco, AC - Rio Branco é o exemplo brasileiro de priorização da bicicleta como meio de transporte

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/226](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/226)

#### Uberlândia, MG –100% da frota com acessibilidade

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/194](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/194)

#### Calgary, Canadá - Programa EcoFootprint (Pegada Ecológica)

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/19](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/19)

#### Jakarta, Indonésia - Sistema de Corredores de Ônibus em Jakarta

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/116](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/116)

#### Sevilla, Espanha - Bicicletas em Sevilla

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/184](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/184)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

#### Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Bibliotecal/LivroPlanoMobilidade.pdf>

#### GUIA PLANMOB – Construindo a Cidade Sustentável. Ministério das Cidades, 2007.

[http://www.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/03/21/79121770-A746-45A0-BD32-850391F983B5.pdf](http://www.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/03/21/79121770-A746-45A0-BD32-850391F983B5.pdf)

#### BNDES - Projetos de Desenvolvimento Social e Urbano

([http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atualizacao/Desenvolvimento\\_Social\\_e\\_Urbano/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Desenvolvimento_Social_e_Urbano/))

## LEGISLAÇÃO

### **Política Nacional de Mobilidade Urbana - Lei nº 12.587/2012.**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12587.htm)

## WEBSITES

### **((o))eco**

[www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br)

### **Siemens**

[www.siemens.com.br](http://www.siemens.com.br)

### **Mobilize: Mobilidade Urbana Sustentável**

[www.mobilize.org.br](http://www.mobilize.org.br)

### **O Caso de Nova Iorque**

[www.nyc.gov/html/dot/html/about/broadway.shtml](http://www.nyc.gov/html/dot/html/about/broadway.shtml)

### **SPTrans**

[www.sptrans.com.br](http://www.sptrans.com.br)

## INSTITUTOS

### **Instituto Brasileiro de Mobilidade Urbana:**

[www.ibm.u.org.br](http://www.ibm.u.org.br)

### **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):**

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

### **Institute for Transportation & Development Policy:**

[www.itdp.org](http://www.itdp.org)

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

### GUIA PLANMOB – **Construindo a Cidade**

**Sustentável.** Ministério das Cidades, 2007.

[http://www.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/03/21/79121770-A746-45A0-BD32-850391F983B5.pdf](http://www.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/03/21/79121770-A746-45A0-BD32-850391F983B5.pdf)

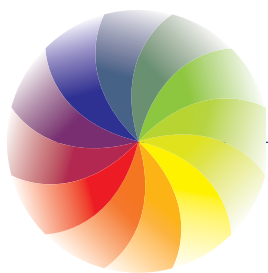
### DUARTE, Fábio. **Introdução à mobilidade urbana.** Curitiba: Juruá, 2007.

EUROPÉIA, União. **Livro Verde: Por uma nova cultura de mobilidade urbana.** Bruxelas: versão português, 2007.

PREFEITOS, Frente Nacional de. **A nova mobilidade urbana para a sua cidade.** Brasília, 2012.







# AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

## I. O QUE ENTENDEMOS POR AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

Saúde, educação e segurança estão entre os principais fatores que elevam os índices de desenvolvimento humano. Ação local para a saúde, como política pública que vise à sustentabilidade, significa a promoção de uma vida mais saudável. Para que possa ser efetiva, depende de uma articulação institucional entre sociedade civil, iniciativa privada e Poder Público, que leve em conta os fatores de risco à saúde da população, bem como as necessidades específicas de cada território.


Deve-se compreender a saúde como eixo focal de políticas públicas integradas, visto que o setor possui natureza sistêmica e se inter-relaciona com outras esferas municipais. Dentre essas esferas estão o fornecimento de saneamento básico, acesso à água potável, serviço de coleta de lixo, poluição do ar, mudanças climáticas, combate ao tráfico de drogas, como de crack, entre outras.

Portanto, o serviço eficaz de saúde requer também a criação de parcerias entre o Estado, o cidadão, as comunidades e o setor privado, de forma a conjugar políticas públicas, ações comunitárias, a qualificação do trabalhador no sistema de saúde e o apoio empresarial.

A política municipal de saúde também demanda diretrizes que levem a um planejamento urbano integrado, que propicie o acesso adequado aos equipamentos de saúde pelos cidadãos e informações claras e precisas sobre o serviço. Isso porque a informação é um elemento fundamental para a socialização dos sistemas de saúde e o fortalecimento da gestão pública. Seu objetivo deve ser de orientar os indivíduos sobre o comportamento mais adequado, a fim de evitar o contágio de doenças, e sobre como terem acesso ao tratamento público no caso de enfermidades. Essas orientações podem ser fornecidas por meio de campanhas educativas.

A base de dados do município também deve ser atualizada com estudos que avaliem a qualidade da saúde pública prestada no território urbano e que possam servir de guia para as políticas do setor.

Com efeito, a política de saúde tem de abranger a infraestrutura física; a incorporação de métodos e equipamentos inovadores; a qualificação e atualização dos profissionais, que resulte em agilidade e qualidade do atendimento, e o acesso de todos ao serviço, visando a reduzir carências do município neste setor.



É importante ressaltar que a Política Nacional de Promoção da Saúde, do governo federal, estabelece as diretrizes básicas do serviço em âmbito nacional, que devem ser implantadas nos municípios de acordo com suas realidades locais; e da mesma forma que a educação, a saúde é um dos fatores mais ramificados nos demais eixos da administração pública. Por isso, mostra-se imprescindível que a gestão municipal defina políticas que envolvam os mais diferentes setores da administração, para que atinja bons resultados na área de assistência médica.

## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

### A SAÚDE NO BRASIL, ABAIXO DA LINHA MUNDIAL

De acordo com dados divulgados em 2012, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os gastos do Brasil com saúde corresponderam, em 2010, a 5,9% do total do orçamento federal. Esse percentual é inferior à média mundial, que é 14,3% dos orçamentos federais. Uma das consequências é que a oferta de leitos, cuja proporção chega a 26 leitos para cada 10 mil habitantes no Brasil, é inferior à média mundial, que é de 30 leitos por 10 mil habitantes, ainda de acordo com a OMS.

No entanto, pelo menos em termos proporcionais, não faltam médicos no país. São 17,6 doutores para cada 10 mil habitantes, acima da média mundial, que é de 14 por 10 mil pessoas. O problema é que esses profissionais estão mal distribuídos no território nacional e parte deles necessita de melhoria na formação acadêmica.

### SANEAMENTO BÁSICO

Instrumento essencial para melhoria das condições de saúde, a coleta de esgotos chega a 46,2% da população brasileira e apenas 37,9% recebe algum tipo de tratamento. A distribuição de água potável, por sua vez, abrange 81,1% da população, quando consideradas as áreas urbanas e rurais do país (Ver: <<http://www.tratabrasil.org.br/?gclid=CODm6Ki2sbUCFQsGnQod7zcAAQ>>).

Dessa forma, é necessário que os investimentos incorporem ações nos campos da saúde e de saneamento, tendo em vista que estão diretamente relacionados. Prova disso é que, pelos cálculos da OMS, cada R\$ 1,00 investido em saneamento gera uma economia de R\$ 4,00 na área de saúde (OMS).

Nesse sentido, o Governo Federal e o Conselho das Cidades trabalham em conjunto na elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, que prevê destinações de R\$ 270 bilhões para universalizar os serviços de água e esgoto, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs), até o ano de 2030.

## POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE (PNPS)

Para melhor trabalhar as políticas públicas do setor, o Ministério da Saúde subdivide a Saúde em sete subtemas: “Alimentação saudável”, “Práticas corporais/atividade física”, “Tabagismo”, “Álcool e outras drogas”, “Acidentes de trânsito”, “Cultura de paz” e “Desenvolvimento sustentável”. O ministério conta ainda com um comitê gestor, responsável pela Política Nacional de Promoção da Saúde. Tal grupo organiza, dirige e acompanha as políticas públicas de saúde em três plataformas de ação, que serão prioritárias para os três entes federativos (União, estados e municípios), com definição das responsabilidades de cada um:

1. Pacto em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS);
2. Pacto em Defesa da Vida;
3. Pacto de Gestão.

(ver: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf), [http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes\\_programa/site/home/nobrasil/comite\\_gestor\\_politica\\_nacional\\_promocao\\_saude/](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programa/site/home/nobrasil/comite_gestor_politica_nacional_promocao_saude/)).

## O SISTEMA BRASILEIRO DESCENTRALIZADO

O sistema de saúde brasileiro tem como premissa básica a descentralização, que está prevista na Constituição de 1988. Assim, o Sistema Único de Saúde (SUS) começou a funcionar, efetivamente, a partir de 1990, quando foram elaboradas as Leis nº 8.080 (Lei orgânica da Saúde) e nº 8.142 (que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde).

Essa Legislação tem como premissa básica a universalização do acesso aos serviços de saúde; a assistência integral; a organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos; igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios; utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades; alocação de recursos e orientação programática.

A descentralização foi adotada para que o sistema possa ser operacionalizado das seguintes formas: com transferência das unidades orçamentárias dos serviços de saúde aos municípios, para que possam alocar os recursos conforme as necessidades locais, e com a participação social, em que representantes da sociedade integram conselhos de saúde estabelecidos por lei. Este sistema mudou o modelo de saúde no país e transferiu aos municípios uma responsabilidade que antes não era dele.

### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO A AÇÃO LOCAL PARA SAÚDE

#### OBJETIVO GERAL



Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

Os programas de promoção e prevenção da saúde necessitam, em particular, de um acompanhamento local eficiente e permanente, de forma que os investimentos no setor possam trazer os benefícios desejados, ao integrar os avanços das tecnologias à formação e valorização dos profissionais da área.

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/11>

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Disseminar informações no sentido de melhorar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os fatores essenciais para uma vida saudável, muitos dos quais se situam fora do setor restrito da saúde.
- Promover o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável das cidades, garantindo ações integradas para a promoção da saúde pública.
- Garantir a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de indicadores sobre o progresso na redução das disparidades.
- Promover estudos de avaliação da saúde pública, a gestão participativa e o controle social sobre o sistema de saúde.
- Determinar aos urbanistas para integrarem condicionantes de saúde nas estratégias de planejamento e desenho urbano.
- Promover a prática de atividades físicas, individuais e coletivas, que busquem enfatizar os valores de uma vida saudável.

Como vimos acima, as diretrizes para saúde são abrangentes e contemplam desde o planejamento urbano, que influencia diretamente a qualidade de vida (mobilidade, saneamento, escolas, etc.), até a equidade no acesso aos serviços públicos, passando pela prevenção (atividade física) e a divulgação dos indicadores de saúde pública. Nesse sentido é importante acompanhar o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde do Município - IDSUS do Ministério da Saúde, bem como a situação referente a demora nos atendimentos e tratamentos procurando em particular melhorias na gestão dos serviços (<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/03/pacientes-do-sus-relatam-problemas-mesmo-em-cidades-bem-avaliadas.html>).

## INDICADORES REFERENTES AO EIXO AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



### OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores do eixo refletem o grau de desenvolvimento estrutural e educacional do município. Abarcam fatores como unidades básicas de saúde, leitos hospitalares, mortalidades por causas diversas, problemas na gestação e no nascimento do bebê, equipamentos esportivos, doenças epidêmicas, como dengue, e de origem hídrica, como disenterias.

Também demonstram a interação entre as políticas públicas que devem ser pensadas para o todo da população. Os indicadores buscam fazer um retrato da realidade do município, principalmente das periferias e regiões mais pobres e distantes. Balizam o direcionamento do governo local e onde as políticas prioritárias devem ser concentradas para promover a justiça e o bem estar social.

## DICAS DE GESTÃO

1. Política de saúde preventiva: implantação de campanhas educacionais e de tratamentos médicos que busquem deslocar o foco principal da saúde curativa para políticas preventivas, principalmente nos lugares mais carentes de serviços de saúde.

2. Plano municipal de saneamento básico: expansão da rede de saneamento básico, em parceria com os governos estadual e federal, de forma a possibilitar às populações urbanas o abastecimento de água potável, o esgoto sanitário e a destinação correta de lixo. Essa política é fundamental para prevenir e controlar doenças, promover hábitos higiênicos e saudáveis, melhorar a limpeza pública e, conseqüentemente, a saúde e o bem estar da população.

3. Concessões e parcerias: adoção de sistema de concessões da gestão do serviço hospitalar a entidades privadas com reconhecida expertise na área, no intuito

de aperfeiçoar a administração hospitalar, visando à melhora de atendimento e dos serviços de saúde.

4. Integração tecnológica: criação de uma plataforma digital, na Secretaria Municipal de Saúde, com informações sobre consultas, fornecimento de medicamentos, escalas de profissionais e plantões, que interligue a gestão da pasta ao funcionamento das unidades de saúde e demais equipamentos do setor.

5. Esporte como saúde: promoção de atividades físicas em praças, parques e áreas verdes do município, estimulando o exercício físico individual ou em grupo para favorecer uma vida saudável, que contribua para minimizar o impacto das enfermidades no sistema de saúde.

6. Atendimento odontológico: implementação de um programa municipal de atendimento odontológico nos postos de saúde e itinerantes, visando à prevenção e solução dos problemas bucais.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre ação local para saúde, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### PIRAPORA, MG

#### **base de dados para uma saúde pública mais eficiente**

Em Pirapora, norte do estado de Minas Gerais, a organização dos dados nas unidades básicas de saúde reduz a sobrecarga de atendimentos no único hospital da cidade.

Foi também nessa região que nasceu a primeira rede de atenção às urgências e emergências do país e que hoje tem servido de modelo para as demais áreas do Estado mineiro. Os resultados desse trabalho, que integra diferentes serviços locais, tem diminuído a mortalidade por causas evitáveis na cidade.

Como exemplo de funcionamento dessa rede de emergência, o chamado pelo Corpo de Bombeiros também aciona, automaticamente, o Samu (serviço de remoção). Da mesma forma que o Corpo de Bombeiros é mobilizado

quando o cidadão liga para o Samu. Além disso, o treinamento das equipes de resgate e socorro está qualificando o serviço das duas corporações e melhorando a comunicação com os hospitais.

## SÃO JOSÉ DO RIBAMAR, MA

### Hospital Amigo da Criança

Unidade pública de saúde que recebeu o título de Hospital Amigo da Criança, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em reconhecimento às ações de incentivo ao aleitamento materno.

O hospital tem se destacado pela qualidade dos serviços e dos equipamentos e pelas ações de assistência às mulheres, tais como o projeto de incentivo ao aleitamento materno e a prática do parto humanizado.

(Ver: <http://www.saojosederibamar.ma.gov.br/noticia/maternidade-municipal-ganha-titulo-de-hospital-amigo-da-crianca>).

### SITES RELACIONADOS

#### São Paulo, SP - Lei da Cidade Limpa

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/78](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/78)

#### Carhuaz, Peru - Programa de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/79](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/79)

#### São Paulo, SP - Programa Ambientes Verdes e Saudáveis

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/74](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/74)

#### Estocolmo, Suécia - Veículos não poluentes

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/73](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/73)

#### Los Angeles, Estados Unidos - Plano de Ações para Limpeza do Ar

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/76](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/76)

#### Lisboa, Portugal - Mapa do Ruído de Lisboa

[http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas\\_praticas/exibir/176](http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/176)

## V. REFERÊNCIAS

### CARTILHA

#### O SUS no seu município: Garantindo saúde para todos

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_sus.pdf)

#### O Cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde O imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado\\_condicoes\\_atencao\\_primaria\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf)



## **IDSUS – Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde**

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id\\_area=1080](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1080)

### LEGISLAÇÃO

#### **Plano Nacional de Saneamento Básico**

Lei nº 11.445/07

#### **Política Nacional de Promoção da Saúde**

Portaria nº 687 MS/GM

### WEBSITES

#### **Biblioteca Virtual em Saúde**

<http://brasil.bvs.br/>

#### **Ministério das Cidades**

[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

#### **Ministério da Saúde**

[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

#### **Organização Mundial da Saúde**

[www.who.int](http://www.who.int)

#### **Organização Pan-Americana da saúde**

<http://new.paho.org/bra/>

#### **Pastoral da Criança**

[www.pastoraldacrianca.org.br/](http://www.pastoraldacrianca.org.br/)

#### **Saneamento Básico**

[www.saneamentobasico.com.br/](http://www.saneamentobasico.com.br/)

#### **Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental**

[www.snis.gov.br/](http://www.snis.gov.br/)

#### **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde**

[www.cebes.org.br](http://www.cebes.org.br)

### INSTITUTOS

#### **Instituto Brasileiro para Estudo e Desenvolvimento do Setor de Saúde**

[www.ibedess.org.br](http://www.ibedess.org.br)

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde do. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

OMS. **Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde**. Rio de Janeiro: World Conference Social Determinants of Health, 2011.





## II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER O AGIR DO LOCAL PARA O GLOBAL



A preservação do planeta tem de ser efetivada a partir do protagonismo local, como na conservação da biodiversidade, na superação da pobreza e redução das desigualdades socioeconômicas. Isso não significa que as mudanças globais sejam apenas a soma de ações locais, mas, sim, que a ação local estimula o engajamento da sociedade no processo de transformação mundial.

### AÇÃO LOCAL PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS

Essa é uma ação transversal, que passa pela saúde, economia, esfera judicial e o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, não deve ficar restrita à Secretaria do Meio Ambiente, mas abarcar todas as demais secretarias municipais, propondo medidas integradas que visem à preservação do meio ambiente e o abrandamento dos impactos das mudanças climáticas nas cidades.

(Ver: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/dai\\_pnc/ arquivos/volume5.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/ arquivos/volume5.pdf)>).

### PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR- PRONAF

Uma gestão pública sustentável deve fortalecer a agricultura familiar com práticas sustentáveis, que supere o conceito de baixa renda e pequena produção de subsistência, para um patamar que traduza o valor agregado do plantio e da colheita. Para que isso aconteça é necessário que, além de o capital pertencer à família, a agricultura familiar exerça influência socioeconômica no município e tenha potencial de comercialização com outros municípios, a fim de ganhar força e rentabilidade.



Segundo dados da FAO/ONU, o Brasil está entre os países que mais apoiam a agricultura familiar na América Latina, ao oferecer várias linhas de financiamento a essa atividade, com destaque para os créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nesse sentido, o Banco do Brasil e o Plano Safra para Agricultura Familiar colocaram à disposição financiamentos da ordem de R\$ 22,3 bilhões, relativos ao biênio 2012/2013, dos quais R\$ 18 bilhões para o crédito rural.

### PLANTAR ÁRVORES HOJE PARA TER SOMBRA AMANHÃ

Nas grandes e médias cidades há o fenômeno das ilhas de calor, nas quais as temperaturas são mais elevadas em certas regiões do que em outras. Essa diferença é resultado da concentração de mais prédios em determinadas áreas, menores vias e mais trânsito. Uma das saídas para a minimização desse problema é o plantio de árvores nos espaços públicos e privados, visando à criação de corredores verdes. O equilíbrio das temperaturas atmosféricas melhora diretamente a qualidade da saúde das pessoas.

Dessa forma, estudos projetam que, para redução da temperatura nas cidades a partir das sombras projetadas pelas árvores, as gestões municipais precisariam iniciar a plantação nos dias de hoje, a fim de obter uma plena quantidade de sombra em 2030. Isso porque são necessários entre 15 e 17 anos para o desenvolvimento da vegetação.



### III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO AÇÃO LOCAL PARA O GLOBAL

#### OBJETIVO GERAL



Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.

A contribuição local para o desenvolvimento sustentável global é cada vez mais importante, dado os impactos planetários relacionados às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade, num mundo cada vez mais globalizado.

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/vereixo/12>

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhar para atingir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito estufa.
- Integrar a política de proteção climática nas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas.

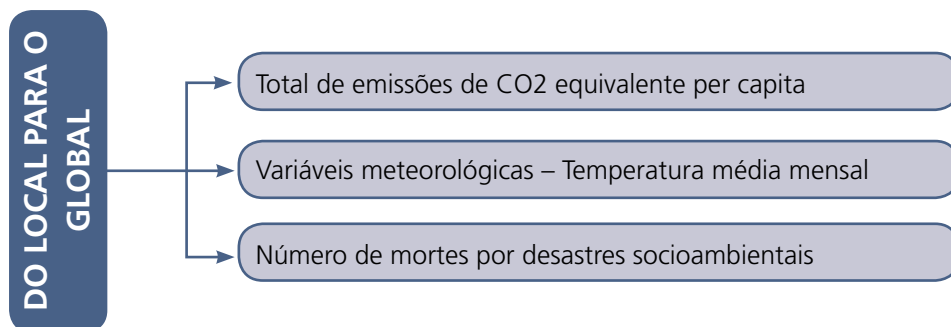
- Disseminar informações sobre as causas e os impactos prováveis das alterações climáticas, e promover medidas socioambientais de prevenção.
- Reduzir o impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental.
- Reforçar a cooperação regional, nacional e internacional de cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais e regionais, comunidades e demais atores relevantes.

Em 31 de outubro de 2011, a população total do planeta atingiu a marca de 7 bilhões de pessoas. Com efeito, quanto mais habitantes e mais cidades estiverem envolvidos nas ações de preservação, maiores são as chances de êxito.

A abordagem local tem a vantagem de atingir um número menor de pessoas e interesses e, portanto, de poder mobilizar e obter melhores resultados em prazos mais curtos.

#### INDICADORES REFERENTES AO EIXO DO LOCAL PARA O GLOBAL

(Indicadores detalhados: Consultar anexo no final deste Guia)



## OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores deste eixo focam os principais problemas causados pela deterioração do meio ambiente, pela poluição do ar, variações meteorológicas e pelos desastres ambientais.

### DICAS DE GESTÃO

1. Política municipal contra o aquecimento global: adoção de iniciativas contra o aquecimento global, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa, a exemplo do programa de inspeção veicular ambiental. Trata-se de uma medida que busca minimizar as emissões de poluentes pelos veículos registrados na cidade e estimular seus proprietários a fazerem a manutenção dos carros, a fim de manter a exalação de gases dentro dos padrões recomendados pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

2. Programa municipal de energias renováveis: ampliação da geração de energia por meio de fontes limpas e renováveis, tais como hidrelétricas, eólica, solar, maremotriz, entre outras. Os equipamentos podem ser instalados em prédios públicos ou em casas populares construídas por programas habitacionais do governo.

3. Aproveitamento do gás metano dos aterros: o metano é o poluente atmosférico mais abundante na camada inferior da atmosfera, sobretudo nas grandes cidades, por ser emitido junto ao solo. Esse gás é encontrado em aterros sanitários e formado por meio de ação anaeróbia (sem oxigênio). Atualmente, em virtude do avanço tecnológico, o gás metano pode ser usado como combustível para veículos, geração de energia, para queima do chorume dos aterros e como energia alternativa em tubulações de aquecedores a gás nas residências.

## IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre do local para o global, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o seu município:

### ACORDO MUNDIAL DE PREFEITOS E GOVERNOS LOCAIS PELA PROTEÇÃO DO CLIMA

Diferentes iniciativas tem surgido, inclusive prefeitos de diversas cidades do mundo e governos locais convocaram os governos nacionais para trabalharem em conjunto na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, visando ao comprometimento com a meta de manter em até 2 graus

Celsius o limite do aumento da temperatura na superfície terrestre. Trata-se do Acordo Mundial de Prefeitos e Governos Locais pela Proteção do Clima (Ver: <http://www.globalclimateagreement.org/index.php?id=10724>).

## INICIATIVAS DO GRUPO C40 DE GRANDES CIDADES PARA LIDERANÇA DO CLIMA

---

O Grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima reúne as maiores cidades do mundo, onde estão cerca de 50% da população mundial, que consomem 75% da energia mundial e produzem 80% dos gases de efeito estufa. O grupo foi fundado em 2005 com o objetivo de debater e propor medidas em relação às mudanças climáticas. O secretariado da entidade é baseado em Londres. Periodicamente, os prefeitos dessas cidades se reúnem para discutir soluções de sustentabilidade urbana. São Paulo, Rio de

Janeiro e Curitiba são as três cidades brasileiras que fazem parte do C-40. (Ver: <[www.c40cities.org](http://www.c40cities.org)>) e inclusive mais recentemente o grupo fez parceria com a Fundação Clinton C40-CCI (<http://www.clintonfoundation.org/main/our-work/by-initiative/clinton-climate-initiative/programs/c40-cci-cities.html>); similarmente as iniciativas do Climate Group (<http://www.theclimategroup.org/>) que já contam com a parceria do grupo LLGA (<http://www.llga.org/index.php>) para trabalhar com inovações nas cidades.

### PREFEITOS PELA PAZ

---

Um exemplo de união pela paz partindo da esfera local aconteceu em 1982, quando foi formada a Organização de Prefeitos pela Paz (Mayors of Peace). O grupo tem como foco a promoção da solidariedade e da boa vontade no relacionamento institucional entre as cidades

ao redor do mundo. Atualmente, o trabalho da entidade está concentrado no esforço de eliminar as armas nucleares até 2020.

(Ver: <<http://www.mayorsforpeace.org/data/pdf/otherlanguages/portuguese.pdf>>).

### REDE DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

---

Cidades Sustentáveis International é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Vancouver, no Canadá. Tem por missão catalisar ações em sustentabilidade urbana, a fim de capacitar as cidades para um desenvolvimento

sustentável. A iniciativa abrange comunidades marginalizadas, setor privado, governos, sociedade civil e instituições acadêmicas (Ver: <<http://sustainablecities.net/>>).

### ATERRO BANDEIRANTES, SP

---

#### O lixo que vira energia e crédito de carbono

O aterro Bandeirantes fica às margens da rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo. Debaixo do gramado estão enterradas mais de

40 milhões de toneladas de lixo, espalhadas pelos 140 hectares do aterro. Entre 1979 e 2007 funcionou como um lixão, recebendo metade de todo o lixo produzido diariamente em São Paulo. A diferença entre lixões e aterros é que os aterros tratam o lixo para evitar contaminação do lençol freático ou da atmosfera.



## CARTILHAS

### **SINDUSCONSP - Manual de Resíduos Sólidos**

[http://www.sindusconsp.com.br/downloads/prodserv/publicacoes/manual\\_residuos\\_solidos.pdf](http://www.sindusconsp.com.br/downloads/prodserv/publicacoes/manual_residuos_solidos.pdf)

## WEBSITES

### **C40 Cities Leaders**

[www.c40cities.org](http://www.c40cities.org)

### **Global Beauty Site**

[www.globalclimateagreement.org](http://www.globalclimateagreement.org)

### **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)**

[www.onu.org.br/onu-no-brasil/fao](http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/fao)

### **Prefeitos para Paz**

[www.mayorsforpeace.org](http://www.mayorsforpeace.org)

### **MDA - Secretaria da Agricultura Familiar – PRONAF**

[www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf)

### **MMA - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental**

<http://homolog-w.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=137>

## INSTITUTOS

### **Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas**

<http://inct.ccst.inpe.br>

### **Instituto Carbono Brasil**

[www.institutocarbonobrasil.org.br](http://www.institutocarbonobrasil.org.br)

### **MMA - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental**

<http://homolog-w.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=137>

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, R. L. de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Revista Econ. Aplic., 10(1): 75-89, jan-mar, 2006.

CONTI, D. M. et al. **Innovative Cities: the Way of Management, Sustainability and Future**. São Paulo: Journal on Innovation and Sustainability, Vol 3, No 1, 2012.

ETHOS, Instituto. **Documento de contribuição brasileira à Conferência Rio+20**. Brasília, 2011.

FRANÇA, C. V. et al. **O censo agropecuário 2006 e agricultura familiar no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília, 2009.

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. Revista São Paulo em Perspectiva, 18(2): 95-103, 2004

IBGE: **Censo Demográfico 2000**. Brasília, 2001.

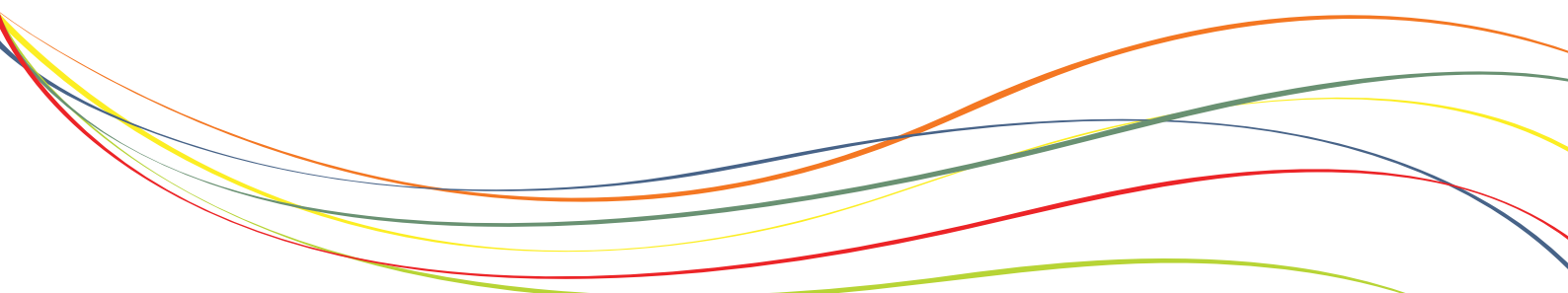
IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006**.

STAFFORD, A. et al. **The Retrofit Challenge: Delivering Low Carbon Buildings**. Center for Low Carbon Futures. UK, 2011.



# ANEXOS

Governança .....	120
Bens Naturais Comuns .....	121
Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz .....	123
Gestão Local para a Sustentabilidade .....	125
Planejamento e Desenho Urbano .....	125
Cultura para a Sustentabilidade .....	126
Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida .....	127
Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável .....	129
Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida.....	130
Melhor Mobilidade, Menos Tráfego .....	131
Ação Local para a Saúde .....	133
Do Local para o Global.....	135



## GOVERNANÇA

Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
Mulheres empregadas no governo do município.	Percentual de mulheres empregadas no governo do município, em relação ao total de funcionários.	Número total de mulheres empregadas no governo, dividido pelo total de funcionários do município (x 100).	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão	Garantir a igualdade de participação de homens e mulheres no Executivo e no Legislativo do município.
Negros empregados no governo do município.	Percentual de negros empregados no governo do município, em relação ao total de funcionários.	Número total de negros empregados no governo, dividido pelo total de funcionários do município (x 100).	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão	Garantir a igualdade de participação de negros e brancos no Executivo e no Legislativo do município.
Pessoas com deficiência empregadas no governo do município.	Percentual de pessoas com deficiência, empregadas no governo do município, em relação ao total de funcionários.	Número total de pessoas com deficiência empregadas no governo, dividido pelo total de funcionários do município (x 100).	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão	Garantir a inclusão de pessoas com deficiência no Executivo e no Legislativo do município.
Conselhos Municipais.	Percentual de secretarias de governo que possuem conselhos municipais com participação da sociedade, em relação ao total das secretarias.	Número de secretarias de governo que possuem conselhos municipais com participação da sociedade, dividido pelo total das secretarias (x 100).	Secretaria Municipal de Participação e Parceria	Conselhos Municipais funcionando, no mínimo, em todas as secretarias de governo.
Espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade.	Listar os espaços de participação deliberativos que existem na cidade. Qual é a periodicidade dos encontros? Qual o número de participantes? Com quanto tempo de antecedência são convocadas as reuniões? Quais veículos de comunicação são utilizados para fazer a convocatória?	-	Secretaria Municipal de Participação e Parceria	Públicar em formato aberto e atualizar constantemente todas as informações relativas aos espaços de participação que existem na cidade. Promover encontros periódicos com a participação efetiva do maior número possível de cidadãos. Convocar as reuniões, no mínimo, com uma semana de antecedência por meio de diferentes veículos de comunicação, buscando atingir o maior número possível de pessoas.
Orçamento executado decidido de forma participativa.	Percentual do orçamento executado, decidido participativamente, em relação ao total do orçamento.	Valor total do orçamento, em reais, decidido participativamente, dividido pelo total orçado no município.	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão	Implantar o Orçamento Participativo, divulgá-lo em formato aberto e atualizar constantemente todos os dados referentes ao orçamento da cidade.



Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
Concentrações de SO <sub>2</sub> (dióxido de enxofre).	Media anual diária de concentrações de SO <sub>2</sub> (dióxido de enxofre).	Número total de concentrações de SO <sub>2</sub> registradas no ano dividida pelo número de dias medidos.	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que: - a concentração média de SO <sub>2</sub> durante 10 minutos de exposição seja de, no máximo, 500 µg/m <sup>3</sup> ; - a concentração média de SO <sub>2</sub> durante 24 horas de exposição seja de, no máximo, 20 µg/m <sup>3</sup> .
Perda de água tratada.	Percentual de perda de água no sistema de abastecimento, em relação ao total de água tratada.	Número total, em m <sup>3</sup> , de água perdida, dividido pelo total de água tratada do município ( x 100).	Empresa de Saneamento ( em São Paulo - SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)	-
Abastecimento público de água potável na área urbana.	Percentual da população urbana do município que é atendida pelo abastecimento público de água potável.	Número total de domicílios, da região urbana, que são atendidos pelo abastecimento público de água potável, dividido pelo total de domicílios da região urbana do município (x 100).	IBGE - Censo demográfico - Banco de dados: Sidra	100% da população urbana do município atendida pelo abastecimento público de água potável.
Rede de esgoto.	Percentual de domicílios urbanos sem ligação com a rede de esgoto, em relação ao total de domicílios.	Número de domicílios sem ligação com a rede de esgoto, dividido pelo total de domicílios do município (x 100).	IBGE - Censo demográfico - Banco de dados: Sidra	100% de domicílios urbanos ligados à rede de esgoto.
Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento.	Percentual de esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento, em relação ao total de esgoto gerado.	Número total, em m <sup>3</sup> , de esgoto sem tratamento, dividido pelo total gerado de esgoto pelo município (x 100).	Empresa de Saneamento ( em São Paulo - SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)	100% do esgoto tratado.
Consumo de energia produzida por fontes renováveis.	Proporção de energia produzida por fonte renovável, em relação ao total de energia produzida.	Número total, em kwh, produzidos por fonte renovável, dividido pelo total de energia produzida pelo município.	-	Fazer o levantamento das fontes da energia consumida pelo município e incentivar a geração por fontes renováveis.

\* As PM<sub>10</sub> são um tipo de partículas inaláveis, de diâmetro inferior a 10 micrometros (µm), e constituem um elemento de poluição atmosférica.

\*\* As PM<sub>2,5</sub> são um tipo de partículas inaláveis, de diâmetro inferior a 2,5 micrometros (µm), e constituem um elemento de poluição atmosférica.



Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
Crimes sexuais.	Número de crimes sexuais (estupro e atentado violento ao pudor), por 10 mil habitantes.	Número total de crimes sexuais, dividido pela população total do município (x 10.000).	Secretaria Estadual de Segurança Pública	Zerar os crimes sexuais na cidade.
Crimes violentos fatais.	Número de crimes violentos fatais ocorridos no município, por 10 mil habitantes.	Número total de crimes violentos fatais, dividido pela população total do município (x 10.000).	Secretaria Estadual de Segurança Pública	Zerar os crimes violentos fatais na cidade.
Homicídio juvenil.	Número de mortes por homicídio, na faixa etária de 15 a 29 anos (inclusive) ocorridos no município, por 10 mil habitantes.	Número total de mortes por homicídio, na faixa etária de 15 a 29 anos (inclusive), dividido pela população total do município (x 10.000).	Secretaria Municipal de Saúde	Zerar as mortes por homicídio de jovens de 15 a 29 anos.
Adolescentes envolvidos em ato infracional.	Número de atos infracionais praticados por pessoas da faixa etária de 15 a 18 anos, sobre o total de atos infracionais.	Número total de atos infracionais praticados por pessoas na faixa etária de 15 a 18 anos, dividido pelo total de atos infracionais ocorridos no município (x 100).	Secretaria Estadual de Segurança Pública	Zerar o número de adolescentes envolvidos em atos infracionais.
Homicídios.	Percentual de óbitos por homicídio, em relação a população residente, por 10 mil habitantes.	Número total de óbitos por homicídios, dividido pela população total do município (x 100).	Secretaria Municipal de Saúde	Zerar as mortes por homicídio.
Roubos (total).	Percentual de roubos, em relação a população residente, por 10 mil habitantes.	Número total de roubos, dividido pela população total do município (x 100).	Secretaria Estadual de Segurança Pública	8 roubos para cada 10 mil habitantes.
População em situação de rua - moradores de rua*.	Percentual da população em situação de rua, em relação ao total da população.	Número total de indivíduos em situação de rua, dividido pela população total do município (x 100).	Secretaria Municipal de Assistência Social	Zerar a população em situação de rua (moradores de rua).
Distribuição de renda.	Distribuição por faixas de renda (pessoas de 10 anos ou mais).	-	IBGE - Censo demográfico - Banco de dados: Sidra	Diminuir as distâncias entre as faixas de renda da população.
Domicílios com acesso à Internet de banda larga.	Percentual de domicílios com acesso à Internet de banda larga, em relação ao total de domicílios.	Número de domicílios com acesso à Internet de banda larga, dividido pelo total de domicílios do município (x 100).	Comitê Gestor da Internet	100% dos cidadãos com acesso integral à banda larga.

\* Pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, embaixo de viadutos, terrenos baldios e áreas externas de imóveis.



## CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
Campanhas de educação cidadã.	Percentual de recursos destinados às campanhas de educação cidadã, em relação ao total da verba destinada à comunicação/publicidade do município.	Valor total, em reais, destinado às campanhas de educação cidadã, dividido pela verba total destinada a comunicação/publicidade do município (x 100).	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento	100% de recursos destinados às campanhas de educação cidadã, sobre o total da verba destinada à comunicação/publicidade do município.
Centros culturais, casas e espaços de cultura.	Número de centros culturais, espaços e casas de cultura, por 10 mil habitantes.	Número de centros culturais, espaços e casas de cultura (x 10.000).	Secretaria Municipal de Cultura	No mínimo um centro cultural a cada dez mil habitantes, por menor unidade administrativa, distribuídos de forma a garantir o acesso fácil e rápido por toda a população.
Acervo de livros infanto-juvenis.	Número de livros infanto-juvenis disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante na faixa etária de 7 a 14 anos.	Número de livros infanto-juvenis disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante na faixa etária de 7 a 14 anos.	Secretaria Municipal de Cultura	Dois livros per capita, por menor unidade administrativa, com bibliotecas distribuídas de forma a garantir o acesso fácil e rápido por toda a população.
Acervo de livros para adultos.	Número de livros disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante com 15 anos ou mais.	Número de livros disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante com 15 anos ou mais.	Secretaria Municipal de Cultura	Dois livros per capita, por menor unidade administrativa, com bibliotecas distribuídas de forma a garantir o acesso fácil e rápido por toda a população.





Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta de referência
Jovens com ensino médio concluído até aos 19 anos.	Percentual de jovens com ensino médio concluído até 19 anos, em relação ao total da população nesta faixa etária.	Total de indivíduos com 19 anos ou mais com ensino médio concluído, dividido pelo total da população da mesma faixa etária no município (x 100).	Secretaria Estadual de Educação	Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola.	Percentual de crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola, em relação ao total da população nesta faixa etária.	Total de indivíduos de 4 a 17 anos (inclusive) na escola, dividido pelo total da população da mesma faixa etária no município (x 100).	Secretaria Estadual de Educação	Até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados e frequentando a escola.
Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos.	Percentual de crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos, em relação ao total da população nesta faixa etária.	Total de indivíduos de até 8 anos (inclusive) plenamente alfabetizados, dividido pelo total de indivíduos na mesma faixa etária no município (x 100).	IBGE - Censo demográfico - Banco de dados: Sidra	Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2ª série ou 3º ano do Ensino Fundamental.
Demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais.	Percentual de matrículas sobre o total de procura por vaga em pré-escolas municipais.	Número total de matrículas em pré-escolas, dividido pela soma dos matriculados e em lista de espera do município (x 100).	Secretaria Municipal de Educação	100% da demanda atendida em pré-escolas até 2016.
Demanda atendida de vagas no ensino fundamental.	Percentual de matrículas, em relação ao total de procura por vaga no ensino fundamental.	Número total de matrículas no ensino fundamental em escolas públicas municipais e estaduais, dividido pela soma dos matriculados e em lista de espera do município (x 100).	Secretaria Estadual de Educação	100% da demanda atendida de vagas no ensino fundamental até 2016.
Demanda atendida de vagas no ensino médio.	Percentual de matrículas, em relação ao total de procura por vaga no ensino médio.	Número total de matrículas no ensino médio em escolas públicas municipais e estaduais, dividido pela soma dos matriculados e em lista de espera do município (x 100).	Secretaria Estadual de Educação	100% da demanda atendida em vagas no ensino médio até 2016.

\* O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados, (Prova Brasil ou Saeb) - realizados pelos estudantes ao final da 4ª série do ensino fundamental, com informações sobre o rendimento escolar. O índice varia de 0 a 10.

\*\* O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é uma prova realizada pelo Ministério da Educação do Brasil. Ela é utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio no país e seu resultado serve para acesso ao ensino superior em universidades brasileiras.



## CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
Consumo total de águas.	Média mensal do consumo de águas (residencial, comercial, público, industrial e misto) estimado, em metros cúbicos (m <sup>3</sup> ), por habitante, por mês.	Total de água consumida em m <sup>3</sup> , dividido pela população total do município/12.	Empresa de Saneamento ( em São Paulo - SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)	Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cada pessoa necessita de 3,3 m <sup>3</sup> /pessoa/mês (cerca de 110 litros de água por dia).
Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva.	Percentual de catadores incluídos no sistema de coleta seletiva, em relação ao número total de catadores da cidade.	Número de catadores incluídos no sistema de coleta seletiva, dividido pelo total de catadores do município.	Secretaria Municipal de Serviços	Incluir todos os catadores avulsos existentes na cidade no sistema de coleta seletiva.
Coleta seletiva.	Percentual de domicílios que dispõem de coleta seletiva em relação ao total de domicílios.	Número de domicílios com coleta seletiva, dividido pelo total de domicílios do município (x 100).	Secretaria Municipal de Serviços	100% de domicílios com cobertura de coleta seletiva de lixo.
Quantidade de resíduos per capita.	Média mensal de resíduo urbano, em quilos, por habitante, por mês.	Total de quilos de resíduo urbano, dividido pela população total do município (x 30).	-	-
Reciclagem de resíduos sólidos.	Percentual de resíduos sólidos que é reciclada, em relação ao total produzido na cidade por ano.	Total de quilos reciclados de resíduo urbano, dividido pelo total de resíduos urbano gerado pelo município (x 100).	Secretaria Municipal de Serviços	Reciclar 100% dos resíduos da cidade (secos e orgânicos).
Resíduos depositados em aterros sanitários.	Percentual de lixo da cidade que é depositado em aterros sanitários por ano, em relação ao total gerado.	Número total, em quilos, de resíduo urbano depositado em aterros sanitários, dividido pelo total de resíduos urbano gerado pelo município (x 100).	Secretaria Municipal de Serviços	Eliminar lixões até 2014.
Consumo total de eletricidade per capita.	Média mensal de eletricidade consumida, em kwh, por habitante.	Total de energia consumida, em kwh, pelo município, dividido pela população total.	Empresa concessionária de distribuição de energia (em São Paulo - Eletropaulo)	Estimular a fabricação, comercialização e uso de produtos mais eficientes, do ponto de vista energético, minimizando os impactos ambientais, e promover campanhas de educação cidadã para a redução do consumo e a eliminação do desperdício comercial, industrial, público e doméstico.



Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
Ciclovias exclusivas*.	Porcentagem de quilômetros (km) de ciclovias permanentes, em relação ao total de quilômetros de vias da cidade.	Número de quilômetros (km) de ciclovias, dividido pelo total de quilômetros (km) de vias do município (x 100).	Secretaria Municipal dos Transportes	-
Divisão modal.	Distribuição percentual da média diária dos deslocamentos: a pé, por transporte coletivo e por transporte individual (carros, taxis, motos, ônibus, bicicletas).	-	-	Implementar metodologia de medição.
Orçamento do município destinado a transporte público.	Porcentual do orçamento do município destinado a transporte público sobre o total da área de transporte.	Valor total do orçamento, em reais, destinado a transporte público, dividido pelo total do orçamento da área de transporte do município (x 100).	Secretaria Municipal dos Transportes	Destinar 100% dos recursos públicos da área para a melhoria substantiva do transporte público.
Índice de Congestionamentos.	Média aritmética mensal, dias úteis, dos congestionamentos, em quilômetros (km), nos horários de pico (manhã e tarde).	-	-	Implementar metodologia de medição efetiva dos congestionamentos em todas as vias da cidade. Reduzir em 50% as médias até 2016.

\* Ciclovias devem ser definidas como infraestrutura voltada unicamente a ciclistas, não devendo abarcar as vias acessíveis a ciclistas e a outras formas de transporte simultaneamente.



Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
Mortalidade infantil.	Proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes.	Número total de óbitos de residentes com menos de um ano de idade, dividido pelo número total de nascidos vivos de mães residentes no município ( x 1.000).	Secretaria Municipal de Saúde	-
Mortalidade Materna.	Proporção de óbitos femininos por causas maternas, em relação aos nascidos vivos de mães residentes no município.	Número total de óbitos por causas maternas, dividido pelo número total de nascidos vivos de mães residentes no município (x 10.000).	Secretaria Municipal de Saúde	Zerar a mortalidade materna.
Mortalidade por doenças do aparelho circulatório.	Número de mortes por doenças do aparelho circulatório, por 10 mil habitantes.	Número total de óbitos por doença do aparelho circulatório no município (x 10.000).	Secretaria Municipal de Saúde	Reduzir, a cada ano, 10% da mortalidade, até 2016.
Mortalidade por doenças do aparelho respiratório.	Número de mortes por doenças do aparelho respiratório, por 10 mil habitantes.	Número total de óbitos por doenças do aparelho respiratório no município (x 10.000).	Secretaria Municipal de Saúde	Reduzir, a cada ano, 10% da mortalidade, até 2016.
Pessoas infectadas com dengue.	Número de pessoas infectadas com dengue, por 10 mil habitantes, por ano, no município.	Número total de pessoas infectadas com dengue, no ano, no município (x 10.000).	Secretaria Municipal de Saúde	Zerar número de pessoas infectadas com dengue na cidade.
Pré-natal insuficiente.	Percentual de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal.	Número total de nascidos vivos que as mães realizaram menos de 7 consultas pré-natal, dividido pelo número total de nascidos vivos no município ( x 100).	Secretaria Municipal de Saúde	100% das mães com no mínimo 7 consultas pré-natal. As consultas deverão ser mensais até a 28ª semana, quinzenais entre as 28 e 36 semanas e semanais posteriormente.
Unidades básicas de saúde.	Número de unidades básicas públicas de atendimento em saúde, por 10 mil habitantes.	Número de unidades básicas de atendimento em saúde no município (x 10.000).	Secretaria Municipal de Saúde	Garantir, no mínimo, uma UBS (Unidade Básica de Saúde) com Programa Saúde da Família para cada dez mil habitantes, por menor unidade administrativa, distribuídos de forma a garantir o acesso fácil e rápido por toda a população.





Relação de especialistas que foram entrevistados na produção dos Vídeos (disponibilizados no site do programa):

<b>NOME</b>	<b>ENTIDADE</b>
Ana Carla Fonseca	Garimpo de Soluções
Ananda Grinkraut	GT Educação
Beloyanis Bueno Monteiro	SOS Mata Atlântica
Benedito Abbud	Arquiteto
Caio Magri	Instituto Ethos
Claudia Visoni	Agricultura Urbana
Diego Conti	NEF - PUC-SP
Dudu	Movimento dos Catadores
Edison Carlos	Trata Brasil
Eloise Armado	Arquiteta
Flavia Scabin	FGV
Flávio Munhoz	GT Juventude
Guilherme Castagna	Fluxus
Isis de Palma	GT Cultura
Jorge Abrahão	Instituto Ethos
Jose Vicente	Univ. Zumbi dos Palmares
Ladislau Dowbor	NEF - PUC-SP
Lala Deheinzelin	Crie Futuros
Lindalva Feitosa Oliveira	GT - Educação
Marcelo Furtado	Greenpeace
Marcus Nakagawa	Abraps
Mário Bracco	Médico
Mauricio Broinizi	Rede Nossa São Paulo
Mauricio Piragino	GT Governança
Mônica Borba	5 Elementos
Nina Orlow	GT Meio Ambiente
Oded Grajew	Rede Nossa São Paulo
Odilon Guedes	GT Governança
Paulo Saldiva	Médico
Rubens Borns	Vitae Civilis
Samantha Neves	GT Educação
Tasso Azevedo	GT Bens Naturais
Tião Suarez	GT Cultura
Vagner Diniz	W3C - Dados Abertos
Victor Barau	Atletas pela Cidadania
Vinnícius Vieira	Hiria
William Lisboa	GT Assistência Social

Patrocínio:

